

ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

RELATÓRIO FINAL DO VI CONAD

Vitória, 17 a 19 de setembro de 1982

ANDES-SN - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

RELATÓRIO DO 6º CONAD

1 – PARTICIPANTES

- 1.1. Diretoria
- 1.2. Associações Docentes

2 – PROGRAMA

3 – PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS

- 3.1. Ata da Plenária de Abertura
- 3.2. Ata da Plenária Final
- 3.3. Reunião de Diretoria

- ANEXO I - Relatório aprovado pela plenária final sobre: Campanha pelo Ensino Público e gratuito, Reestruturação da Universidade, Situação Política Nacional.
- ANEXO II - Relatório aprovado pela plenária final do Setor das IES Particulares.
- ANEXO III - Relatório aprovado pela plenária final do Setor das IES Fundações.
- ANEXO IV - Relatório aprovado pela plenária final dos Setor das IES Estaduais.
- ANEXO V - Relatório aprovado pela plenária final do Setor das IES Federais Autárquicas.
- ANEXO VI - A questão da avaliação do trabalho docente (posição da Diretoria).
- ANEXO VII - Contribuição da Diretoria da ANDES á discussão do item Campanha de Ensino Público e Gratuito.
- ANEXO VIII - Pontos para avaliação do momento político educacional (Diretoria da ANDES).

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR
6º CONSELHO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES

Vitória, 17, 18 e 19 de setembro de 1982

Local de realização: Campus Universitário de Goiabeiras – UFES
Coordenação Administrativa: ADUFES

1 – PARTICIPANTES

1.1 - Diretoria da ANDES

Luiz Pinguelli Rosa	Presidente
Flávio Luiz S. Valente	1º Vice-Presidente
Aloísio M. Oliveira	2º Vice-Presidente
Newton Lima Neto	Secretário Geral
Raul Guenther	1º Secretário
Ubirajara D. Rebouças	2º Secretário
Marco Antônio S. Leite	1º Tesoureiro
Maria José F. Ribeiro	2º Tesoureiro
Rubens Pinto Liya	Suplente da Presidência
Woliyang Leo Maar	Suplente da Secretaria
Emmanuel José Appel	Vice-Presidente Regional Sul
Carlos Martins	Vice-Presidente Regional São Paulo
Alexandre Magalhães	Vice-Presidente Regional Rio de Janeiro
Eugência Célia Raizer	Vice-Presidente Regional Leste
Sadi Dal Rosso	Vice-Presidente Regional Centro Oeste
Agamenon T. de Almeida	Vice-Presidente Regional Nordeste I
Sebastião Alves Carneiro	Vice-Presidente Regional Nordeste II
Ilka Dias Bichara	Vice-Presidente Regional Nordeste III
Zuleide P. X. Ponte	Vice-Presidente Regional Norte
Renato de Oliveira	Suplente/Vice-Presidente Regional Sul
Edmundo Fernandes Dias	Suplente/Vice-Presidente Regional São Paulo
Lenilda Austrilino Silva	Suplente/Vice-Presidente Regional Nordeste III

1.2 - Associações Docentes:

Região	Delegado	Observadores
Norte		
ADUA	1	-
ADUFPA	1	-

Região	Delegado	Observadores
Nordeste I		
ADUFC	1	-
ADUFPI	1	-
Nordeste II		
ADUFPB-CG	1	-
ADUFPB-JP	1	-
ADUFURNE	1	-
ADUFPe	1	-
ADUFRPe	1	1
Nordeste III		
ADUFAL	1	-
APUB	1	-
Leste		
PRO-AD – Ouro Preto	1	1
ADUFES	1	16
APES.J.F	1	1
ASPESAL	1	1
APUBH	1	-
ADUFU	1	-
Rio de Janeiro		
ADUR-RJ	1	-
ADUFF	1	-
ADUFRJ	1	1
ADUSU	1	-
São Paulo		
ADUFSCAR	1	2
ADEPM	1	-
ADUNIMEP	1	-
ADUNICAMP	1	-
APROPUCC	1	-
APROPUC-SP	1	2
ADUSP	1	-

Região	Delegado	Observadores
Centro Oeste		
ADUNB	1	-
ADUFMAT	1	-
APUC	1	-
SUL		
ADUNISINOS	1	-
ADUFRGS	1	-
ADUPUF- Paraná	1	1
ADU-Caxias do Sul	1	-
APROFRUG	1	1
APUFSC	1	1
APUSM	1	-
ADPV/RS	1	1

2 – PROGRAMA

17-9-82

20:00h às 23:00 (Abertura do 6º CONAD – Plenária de Abertura)

18-9-82

09:00h às 24:30h (Trabalho em Grupos Setoriais e Mistos)

19-9-82

10:00h às 15:00h (Plenária Final)

3 – PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS

3.1 – Ata da Plenária de Abertura

Início : 21:00h

Mesa: Luiz Penguelli Rosa, Newton Lima Neto, Eugencia Célia Raizer

Após a sessão de abertura do 6º CONAD, que contou com a participação na mesa do Presidente e Secretário Geral da ANDES, Vice-Reitora da UFES, Presidente da ADUFES, Presidente da UPES e SIMPROES, oportunidade em que, foi lançado o livro “Universidade e Movimento Docente” do Professor Rubens Pinto Lira, foi dado início a primeira sessão plenária com os informes da Comissão Organizadora sobre número e ADs participantes, local dos trabalhos, alimentação, transporte e festa de confraternização. Foi encaminhada a proposta de alteração da pauta do 6º CONAD pela Mesa e a Comissão Organizadora e aprovada por unanimidade.

1 – PLENÁRIA DE ABERTURA

- Aprovação da Pauta
- Questões de credenciamento
- Informes

2 – GRUPOS MISTOS

- Campanha pelo Ensino Público e Gratuito
- Reestruturação da Universidade
- Avaliação do Movimento Político Educacional
- Situação Política Nacional

3 – REUNIÕES SETORIAIS

- Federais autárquicas
 - Campanha salarial
 - Questões da carreira: avaliação da atuação dos CPPDS, distorções na carreira, avaliação do desempenho dos docentes
- Federais Fundações
 - Questões apontadas no relatório do Setor do 5º CONAD
- Particulares
 - Questões apontadas no relatório do Setor do 5º CONAD
- Estaduais
 - Detalhamento a ser proposto

4 - PLENÁRIA FINAL

- Aprovação dos relatórios dos grupos
- Discussão sobre problemas da posse de terra no Brasil
- Definição de local e data do CONGRESSO/CONAD
- Moções
- Encerramento

Foi constatado que das 28 ADs presentes, nenhuma apresentava problemas de credenciamento. Quanto às questões da tesouraria, foi solicitado o pagamento do 5º CONAD, realizado em Belo Horizonte em junho passado, informou-se aos presentes as ADs devedoras e respectivo débito, aquelas que estão quites e as reposições já efetuadas. Após apresentação de argumentos pelo 1º Tesoureiro da ANDES foi aprovada por unanimidade a alteração do cálculo do custo médio para CONAD, tendo por base passagem do delegado de avião a partir de 250 km de distância da Sede do evento. Foi aprovado ainda que o rateio deste CONAD já deverá ser efetuado com base nesta decisão.

Em seguida o Secretário Geral deu alguns informes do movimento e da Diretoria da ANDES e várias ADs deram informes (ADUNB, APROPUC-SP). Foram apontadas e aprovadas as moções:

MOÇÃO DE APOIO À UNIÃO DOS PROFESSORES DO ESPÍRITO SANTO

O VI Conselho Nacional de Associações de Docentes, reunidos em Vitória – ES, nesse mês de setembro, para debater a melhoria da qualidade de ensino, vem a público afirmar a sua mais irrestrita solidariedade à UPES – União dos Professores do Espírito Santo e seu mais veemente protesto e repúdio à atitude arbitrária do Governador do

Espírito Santo ao suspender o desconto em folha da contribuição de 1% autorizado pelos professores da Rede Oficial de Ensino, para a UPES.

Num momento em que o povo brasileiro clama pela criação de reconhecimento de sua dignidade profissional, concretizando esse esforço na luta por melhores condições de vida, trabalho e ensino, ao ordenar a suspensão do desconto em folha para a UPES, o Governo demonstrou o descaso tanto para com a situação real dos professores, como também para com o ensino que sob a batuta da Secretaria de Educação vem sendo progressivamente privatizado no 1º e 2º Graus.

Vitória, 17/09/82.

Luiz Pinguelli Rosa
Presidente da ANDES

MOÇÃO DA APROPUC/SP E CONSTITUINTE DA PUC/SP

1 – Considerando que as Universidades Brasileiras continuam marcadas por práticas autoritárias, amparadas pela legislação e estatutos em vigor que cerceiam a cidadania e a participação comunitária e impedem a autonomia Universitária.

2 – Considerando que a PUC/SP vem desenvolvendo um processo de democratização de todos os setores da comunidade nas decisões, através de eleições diretas para cargos de direção e redefinição dos órgãos de gestão da Universidade.

3 – Considerando que a Comissão Constituinte da PUC/SP foi eleita paritária e democraticamente por todos segmentos desta comunidade, com a tarefa de elaborar um novo estatuto que assegure institucionalmente as novas relações democráticas em desenvolvimento.

4 – Considerando que o novo estatuto da PUC/SP em seus objetivos assegura a liberdade de manifestação e expressão fundamentais á produção do conhecimento e ao debate critico, define um compromisso social em especial com as classes populares e uma estrutura acadêmica administrativo baseada nos princípios de eleição direta aos cargos de direção e paridade nos órgãos de deliberação.

5 – A ANDES e as Associações de Docentes presentes no VI CONAD realizado de 16 a 19 de setembro de 1982, em Vitória, Espírito Santos, hipotecam irrestrito apoio à prática democrática desta Universidade e a seu ante-projeto de estatuto e reivindicam do MEC e CFE a homologação plena deste, em respeito à autonomia Universitária e princípios democráticos hoje reclamados pela sociedade civil brasileira.

Por acreditarmos que somente a democracia e autonomia Universitária poderão indicar um caminho que supere a grave crise que vive hoje a Universidade Brasileira.

Aprovada na Plenária de Abertura em 17/08/82, devendo ser enviada ao MEC e ao CFE.

3.2 – Ata da Plenária Final

Início: 10:00h

Mesa: Luiz Pinguelli Rosa, Newton Lima Neto, Agamenon Tavares de Almeida e Célia Raizer

Inicialmente o Prof. Newton lamentou o atraso de duas horas para início dos trabalhos, considerando a falta de “quorum” dos delegados e confirmou a presença de 19 ADs. Foi observada a pauta proposta e aprovada na Plenária de Abertura.

1 – Campanha pelo Ensino Público e Gratuito

Após diversas intervenções foram aprovadas as conclusões constantes no relatório ANEXO I

2 – Reestruturação da Universidade

As discussões, cujos resultados encontram-se no relatório ANEXO I, ressaltaram a importância da articulação com as entidades representativas de estudantes e funcionários. Quanto à solicitação da audiência com a Ministra da Educação, o Prof. Newton esclareceu que a data da audiência depende do MEC.

3 – Situação Política Nacional

O tema “Movimento Sindical” foi amplamente discutido, sendo que surgiram algumas posições: Uma era de que a ANDES participasse de reunião dos dois grupos existentes no movimento sindical como observadora, propondo unificação dos mesmos e defendendo uma única CUT. Outra posição defendida, foi a de que a ANDES só deverá participar de uma reunião com delegado para ocupar espaço, lutar pela unificação e abster-se nas demais questões. O prof. Sadi defendeu a posição da Diretoria da ANDES que foi vitoriosa com 23 votos para 6 como observadora e 4 com um delegado pleno conforme relatório Anexo I. O delegado indicado pela Diretoria e eleito pela Assembléia será o presidente, sendo que a ANDES se fará representar também, como observadores, pelo 1º Vice-Presidente e Secretário Geral.

4 – Lutas Setoriais

Procedeu-se a leitura dos relatórios dos Grupos Setoriais iniciando-se a pedido, pelo Relatório dos participantes (ANEXO II). Após diversas intervenções o Prof. Pinguelli ressaltou a necessidade de uma discussão aprofundada sobre o problema das particulares – inclusive, propondo soluções, debatendo a questão dos subsídios, e apoiando abertura de horário noturno nas IES Federais Autárquicas. Foi aprovada a criação do Grupo de Trabalho (ANEXO II) e foi recomendado pelo Prof. Renato que cada ADs colabore com Cr\$ 5.000, para apoiar financeiramente o GT e que seja assinado pela Diretoria da ANDES, através de documento político sobre a importância das questões as particulares.

Foi recomendada a divulgação da luta das IES particulares acerca da base de cálculo dos reajustes salariais Fundações (Relatório – ANEXO III).

- Estaduais (Relatório – ANEXO IV).

- Autarquias (Relatório – ANEXO V).

Devido ao adiantado da hora o Grupo das Federais Autárquicas não aprofundaram as discussões da questão da avaliação do trabalho docente. Os delegados entregaram uma síntese sobre esta situação em suas IES (a ser encaminhada posteriormente). A Diretoria da ANDES apresentou sua posição sobre esta questão ANEXO VI.

5 – Associação Nacional de Médicos Residentes

Foi dada a palavra à Jandira Fegalli que falou sobre a Campanha Nacional em defesa da residência Médica e a importância da definição de uma política nacional de saúde, distorções nas condições de trabalho, inclusive da inexistência de direito trabalhistas e o

desenvolvimento do processo de organização e luta dos médicos residentes. Se posicionou contra a política do governo de extinção da residência médica e substituição pelo trabalho de estagiários, possibilidade de deflagração de greve nacional caso o governo não atenda às reivindicações.

O PROF. Newton propôs em nome da Diretoria da ANDES uma moção de apoio à luta dos médicos residentes o que foi aprovado por aclamação.

6 – Definição de Local e Data do Congresso/CONAD

A proposta da Diretoria, aprovada pela Plenária, foi de que fosse realizado o CONGRESSO, no Nordeste. Decidiu-se por Fortaleza 18 votos contra Maceió e 6 votos – ficando estabelecida a data de 31 de janeiro à 4 de fevereiro de 1983, para a realização do II CONGRESSO da ANDES.

7 – Questões da Terra

Ressaltado pela representante do Pará a questão da terra como componente do processo de expansão capitalista, conflitos tratados de forma repressiva com o Estado assumindo papel conivente. Destacou-se a atuação da UFPA face a questão e sugere que a questão da terra seja ponto de pauta do próximo Congresso.

O Prof. Wagner (ADUF-CG) encaminhou documento a ser incorporado na presente ata (Obs.: deverá ser remetido posteriormente pela Secretaria Geral).

8 – Custo médio do 6º CONAD

- Cr\$ 47.200,00 calculado apenas considerando passagens aéreas, visto não ter passagens terrestres.

9 – Moções

Foram aprovadas as seguintes moções

MOÇÃO SOBRE ELEIÇÕES

As eleições de novembro de 1982, representam no cenário política nacional um processo de maior importância, exigindo a ativa participação de todas as pessoas comprometidas com a construção de uma sociedade justa e democrática. Os professores universitários, entendendo a importância e a gravidade deste momento político não podiam deixar de se manifestar.

Apesar da importância desse evento eleitoral na conjuntura política do país, o autoritarismo e a arbitrariedade continuam presentes no cotidiano, impedindo a expressão de manifestação livre da vontade popular.

A lei Falcão coíbe a livre propaganda eleitoral dos partidos, o voto vinculado prejudica a livre escolha dos candidatos; a cédula eleitoral eliminando a referência partidária, propicia a manipulação e a confusão dos eleitores; a livre organização partidária encontra obstáculos numa legislação arbitrária; a censura e a lei de imprensa servem para calar as reivindicações democráticas; a Lei de Greve continua oprimindo os trabalhadores; a Lei dos Estrangeiros intranqüiliza grande parte da população.

A própria Constituição proíbe aos cidadãos o seu direito fundamental de elegerem diretamente o Presidente da República.

As ADs reunidas em Vitória no VI CONAD em 17, 18 e 19 de setembro, manifestam-se pelo repúdio á toda arbitrariedade e a toda legislação autoritária que impede a livre

manifestação e organização de todos os setores da população, necessária para o efetivo caminho democrático que constitui a mais legítima aspiração dos brasileiros. É importante que o exercício do voto do professor também se oriente pelo compromisso dos candidatos com as reivindicações próprias do movimento.

Pelo fim da Lei Falcão

Pelo fim do voto vinculado

Pelo fim da atual cédula eleitoral

Pelo fim da censura em todos os níveis

Pelo fim da legislação anti-greve

Pelo fim da Lei de Imprensa e da Lei de Segurança Nacional

Pela Livre organização partidária

Por eleições diretas em todos os níveis

Pela eleição livre e direta do Presidente da República

Pelo fim da Lei dos Estrangeiros.

MOÇÃO

Continua se desenvolvendo o processo do constrangimento e de intimidação iniciado contra o Prof. José Correa Fletes, chefe do Departamento de Ciências da Estatística e da Computação da UFSC, com a invasão do seu domicílio por agente da Polícia Federal. Agora será instaurado inquérito policial para apurar “Infrações Penais” que tiverem sido praticadas pelo professor.

No dia 15 de setembro último o ritual teve prosseguimento: nosso colega foi interrogado, indiciado, processado e identificado pelo sistema datiloscópico com base na Lei dos Estrangeiros.

As Associações Docentes, reunidas durante o 6º CONAD, realizado durante os dias 17, 18 e 19 de setembro:

1 – Repudiam a violência praticada pela Polícia Federal ao invadir a casa do professor;

2 – Manifestam sua irrestrita solidariedade ao colega José Correa Fletes;

3 Reforçam sua posição pela revogação da famigerada Lei dos Estrangeiros.

Vitória, 19 de setembro de 1982
APUFSC

MOÇÃO DE APOIO

O 6º CONAD, reunido em Vitória nos dias 17, 18 e 19 de setembro, vem manifestar o seu apoio à iniciativa da ADUFES de tentar impedir que a Administração Central da UFES proceda a Reestruturação Acadêmica da Universidade, como o está fazendo, de forma apressada e sem ouvir a comunidade Universitária.

MOÇÃO

As Associações de Docentes reunidas no 6º CONAD apóiam a luta dos professores do 1º e 2º Graus contra o Art. 12º e 13º da Portaria nº 162 de 6 de maio de 1982, que permite a cassação ou suspensão temporária do registro do professor caso seja aprovada a desídia no cumprimento do dever. O ato ministerial não apenas é ilegal e inconstitucional mais traz o mesmo caráter abertamente repressivo das Leis Ditatoriais.

MOÇÃO

A Diretoria da ANDES parabeniza a ADUFES pelo excelente trabalho de organização do 6º CONAD.

Aprovado por aclamação

3.3 – Reunião da Diretoria da ANDES

A Diretoria da ANDES reuniu-se antes da abertura do 6º CONAD e durante a sua realização, nos intervalos de alimentação e após os trabalhos num total de 4 vezes. Foram produzidos os documentos constantes no Anexo VI, Anexo VII, Anexo VIII.

ANEXO I

RELATÓRIO APROVADO PELA PLENÁRIA FINAL SOBRE CAMPANHA PELO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE SITUAÇÃO POLÍTICA NACIONAL

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO

PROPOSTAS

1 – Que o CONAD sugira à Comissão Coordenadora Nacional da Campanha (por consenso):

1.1. Seja mantida a data de 30/09 para encaminhamento das assinaturas obtidas ao escritório da ANDES em São Paulo e que a Comissão as compile e as apresente ao movimento para se avaliar a situação;

1.2. Seja continuado permanentemente o processo de coleta de assinaturas preparando-se assim uma ação concreta contra a eventual retomada da questão pelo MEC a partir de 16 de novembro;

1.3. Seja solicitado empenho na obtenção de apoio nas reuniões das inter-sindicais a serem realizadas entre outubro e novembro;

1.4. Sejam realizadas manifestações a nível local e nacional, em torno de 15/10/82 com encaminhamentos ao MEC de Manifesto com divulgação nacional unificada.

2 – A nível de ADs:

2.1. Sejam envolvidos todos os segmentos sociais, inclusive grupos de educação popular, movimentos populares e partidos políticos, distribuindo documentos didáticos sobre a realidade educacional em todos os seus níveis;

2.2. Tentar obter apoio parlamentar para a campanha e comprometer candidatos às próximas eleições com o ensino público gratuito;

2.3. Estabelecer, por AD, metas de coleta de assinaturas;

2.4. Seja recomendado às ADs repensar a campanha, aprofundando o estudo da situação.

Crítica de um grupo: houve pouca mobilização dos professores das federais, pois ficamos apenas nas questões gerais do processo de privatização do ensino. Nesse sentido, grupo recomenda que seja elaborado um documento colocando a estes professores como tal processo interfere com suas condições de trabalho (carga horária, horistas, etc).

Um grupo considera importante dar maior flexibilidade a cada comitê atuar de acordo com suas especificidades quanto às etapas da campanha;

2.5. O documento, referido no item deste relatório, deve conter o conjunto de argumentos e dados que embasem as Diretorias das ADs na argumentação em defesa do ensino público e gratuito.

- Recomendou-se que as ADs mantenham a Comissão da ANDES permanentemente informada sobre o andamento da campanha.

REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

1. Que a primeira quinzena de outubro seja considerada uma quinzena de mobilização dos docentes para reestruturação, seja de retomada de posição e denúncia.
2. Que as ADs estejam atentas aos problemas locais e que estudem os projetos de regimentos comparativamente com o documento da ANDES, a fim de não perderem contato com as suas realidades.
3. Interiorização das discussões sobre a reestruturação, significando aprofundar a discussão dessas questões a nível interno da Universidade a partir do documento da ANDES.
4. Dia Nacional pela democratização da Universidade pela forma mediante a qual o MEC trata de implementar medidas de reestruturação, na 2ª quinzena de outubro, com atividades diversificadas, elaborando um documento. Deverá ser solicitada pela ANDES uma audiência com a Ministra de Educação para este mesmo dia . Foi discutida a dificuldade, devido ao tempo e aos feriados da semana, de se realizarem eventos em todas as ADs do país e, na questão da audiência com o MEC, que ela deve ser tentada logo após este CONAD.
5. Que a Direção da ANDES entre urgentemente em contato com as Entidades de Estudantes e Funcionários objetivando a realização de um Encontro Nacional das entidades representativas dos três segmentos da comunidade universitária, sugerindo o período da 2ª quinzena de novembro, ao mesmo tempo que, recomenda às ADs que encaminhem o mesmo processo em cada instituição. O objetivo básico seria de avaliar, discutir e incentivar a campanha pela reestruturação da Universidade. As características e formas desse Encontro Nacional serão definidas pelas Entidades representativas.
6. Denúncia da tática do MEC de colocar o CFE como fórum de decisão acerca da reestruturação.
7. Denúncias sobre a tática dos Reitores e MEC de modificações estatutárias/regimentais com prazos exíguos, sem condições para discussão democrática, buscando manter a estrutura de poder e flexibilidade financeira.
8. Que as ADs encaminhem, até 10/10/82, à 1ª Secretaria da ANDES, informes das iniciativas de reformulação interna. Em dois grupos, estes informes foram colhidos em relação a algumas ADs, mas os relatores sentiram dificuldades em formular precisamente os relatos dos delegados.
9. Divulgar as experiências de reformulação de Estatutos, Regimentos e outras medidas de reestruturação de estatutos e regimentos contrários à proposta da ANDES de democratização da Universidade.
10. Com base na proposta da ANDES para Universidade Brasileira, formular anteprojeto de lei para discussão a nível de ADs procurando identificar com as propostas dos estudantes e funcionários.
11. Recomenda-se que seja reavaliada a tática do movimento docente, diante da nova moderação das administrações, visto que algumas ADs perdem apoio sem a tática de confronto.
12. Recomenda-se que se busque aperfeiçoar a apresentação de conteúdo do Boletim da ANDES para aumentar o interesse dos docentes.
13. Recomenda-se que se tenha cuidado na questão da denúncia da tática, que poderá significar a aceleração de um processo que não está claramente definido.
14. Devido ao fato de o documento final da ANDES sobre reestruturação da Universidade não contemplar algumas das bandeiras de luta de parte do setor das

particulares, houve dificuldade e em alguns casos até impossibilidade na implementação da discussão do mesmo no âmbito das ADs.

15. Necessidade de definir o regime jurídico da Universidade na proposta da ANDES.
16. Que se elabore um documento de análise, aprofundando o da Diretoria, que aborde o significado das mudanças de estatuto, as fundações dentro das Universidades, as taxas, o papel do CFE, etc.
17. Moção ao Congresso da UNE sobre reestruturação e campanha pelo ensino público e gratuito.
18. Exigir posicionamento do MEC quanto à reestruturação.
19. Que a ANDES discuta a questão da proliferação das fundações de caráter privado e outros organismos assemelhados no interior das Universidades públicas e que seja feita uma coleta destas informações a nível nacional para podermos discutir com profundidade esta questão no próximo Congresso, sob responsabilidade da 1ª Secretaria.
20. Necessidade de um comprometimento maior das ADs dos outros setores com a criação e sustentação do movimento das IES privadas.
21. Criar um documento de denúncia das arbitrariedades cometidas pelas mantenedoras (um "Livro Negro das Mantenedoras").
22. Elaboração de carta-manifesto.

DISCUSSÃO SOBRE O TRABALHO DO PROFESSOR E A PESQUISA

1. Que as ADs realizem encontros de pesquisadores, para fazerem um levantamento da situação da pesquisa em cada IES, abrindo assim, espaço para discussões por áreas.
2. Que as regionais da ANDES realizem encontros de pesquisadores propondo como pontos de discussões:
 - controle pelos departamentos
 - carga horária para pesquisa
 - financiamento
 - preparação de pesquisadores
3. Considerando a necessidade de sistematização da discussão do tema trabalho docente e pesquisa sugere-se que seja elaborado um documento pelo grupo de Política Educacional contemplando os itens: a) qualidade do trabalho docente em sala de aula; b) posição dos departamentos na discussão dos programas e avaliação; c) relação ensino-pesquisa, utilidade das pesquisas no melhoramento da docência, do aprendizado e da sociedade; d) relação entre curso de graduação e pós-graduação, para servir de subsídios às discussões das ADs, concluindo-se como tema para o próximo Congresso.
4. Que se aprove o documento elaborado pelo Professor Raul Guenther quanto à posição do movimento sobre os documentos do CRUB.

SITUAÇÃO POLÍTICA NACIONAL (Movimento Sindical)

1. Abrir um espaço de debate sobre o assunto, em especial, sobre o movimento sindical e comissão nacional Pró-CUT no Boletim da ANDES.
2. Que a ANDES participe da reunião da Comissão Nacional Pró-CUT com um delegado pleno, caso esta seja uma reunião unitária, se não a participação da

ANDES será como observadora. Esta participação deverá basear-se nas orientações do Congresso da ANDES e em outras deliberações a partir da dinâmica do movimento. O delegado eleito da ANDES foi o Presidente Prof. Luiz Pinguelli cujo mandato de delegado irá até o próximo Congresso da ANDES.

3. Quanto à participação da ADs nas inter-sindicais deliberou-se que se deve manter a decisão do Congresso, indicando rediscussão da questão pelo Movimento.
4. Que as ADs participem do CONCLAT, com critérios de participação iguais aos dos sindicatos (segundo nº de categoria).
5. Que seja compilada pelas ADs e enviadas à ANDES a forma de relação com os sindicatos de professores.

RELAÇÃO COM MOVIMENTOS ESTUDANTIS E DE FUNCIONÁRIOS

1. Que se eleve em discussões conjunta com o movimento acerca das questões comuns.

PROBLEMAS DE REPRESSÃO

1. Que a ANDES se posicione contra a Lei Falcão, a vinculação de votos e outros casuísmos eleitorais pela revogação da legislação federal concernente às entidades estudantis e participação nos colegiados Universitários.
2. Que se continue denunciando e analisando os reflexos de todas as formas de repressão dentro das Universidades.
3. Que as Regionais organizem assessorias jurídicas para tratar das questões específicas de repressão.
4. Que as ADs respondam prontamente aos pedidos de solidariedade para os casos de repressão.
5. Que neste 6º CONAD seja formada uma comissão para preparar um documento sobre os problemas de repressão a todos os níveis, que venham ocorrendo, a ser encaminhado pela Diretoria da ANDES.

ELEIÇÕES

1. Que a ANDES e as ADs não assumam qualquer posicionamento que possa ser subentendido como de favorecimento a qualquer partido político.
2. Que o CONAD recomende que as ADs promovam debates com os candidatos de todos os partidos, obtendo posicionamento referentes às propostas da ANDES (ensino público gratuito, reestruturação da Universidade, etc).
3. Que o Boletim da ANDES abra espaço para o debate dos diversos posicionamentos dos partidos políticos sobre os assuntos contidos no item 2 (acima).

ANEXO II

RELATÓRIO APROVADO PELA PLENÁRIA FINAL DO SETOR DAS IES PARTICULARES

PAUTA:

1. Proposta de Reestruturação da Universidade da ANDES no que se refere às IES.
2. Plano de Carreira
3. Campanhas salariais e estabilidade
4. Democratização e autonomia
5. Situação das ADs

ADs presentes: PUC-Goiás, ADUNIMEP, APROPUC-SP, ADPPUCRS, ADURNE, ADUNISINOS, APROPUCSP, ADUSU, ADUCS

INFORMES

ADPPUCRS – Discussão sobre o papel do docente na Universidade, que entendem se chocar com a proposta da ANDES.

- Elaborando trabalho sobre Plano de Carreira.
- A partir do Plano de Carreira, possível propor discussão sobre democratização da universidade.
- Preocupados com pesquisa e aperfeiçoamento docente nas IES privadas.

ADUCS – Trabalho de mobilização em cima de questões específicas, basicamente salariais.

- Organização de Conselho de Representantes da AD, que não havia.
- Preocupados em discutir papel do Conselho Diretor da Universidade, formado por representantes das “mantenedoras” da Universidade, buscando, em conjunto com os estudantes, ampliar e mudar composição do Conselho.
- Plano de Administração da Universidade. Conseguiram que fosse discutido por professores, funcionários e estudantes antes de ir ao Conselho Diretor.

ADUSU – Diretoria nova (3 meses)

- Luta pela implantação do Plano de Carreira e mobilização dos professores.
- Problemas de demissões de funcionários ligados à Associação de Funcionários.

APROPUC-SP:

- Acordo trabalhista.
- Encontro professores PUC abril/maio de 82. Circulou Caderno com resoluções do Encontro.
- Apoio, mobilização e iniciativa de discussões sobre Constituinte da Universidade. Preocupação de mobilizar discussões mais do que fazer promessas ou apoiar grupos. Julgam experiência positiva, sendo o grande momento de mobilização da Universidade.
- Entrando em processo eleitoral.

- Preocupados em fazer aprovar o Estatuto da Universidade, que não obedece legislação federal.
- Grande discussão política partidária na Universidade.
- Inauguração do Centro de Vivência dos Professores recentemente.

ADUC-Goiás

- Mudança de Reitoria, que era extremamente autoritária.
- Diretoria tomou posse em maio.
- Trabalho conjunto com o SINPRO
- Tem proposta de Plano de Carreira, todavia não conseguem encaminhar a discussão.
- Não acham viável discussão da proposta da ANDES, por ser omissa com relação às IES privadas.
- Planejam para curto prazo Congresso Universitário.
- ANDES é criticado por professores por omissão com o ensino privado.

ADURNE:

- Problemas de atraso no pagamento dos professores.
- Problemas de falta de critérios na contratação de professores, favoritismo, etc., em aproximadamente 1/3 do total de professores.
- Nível salarial baixíssimo.
- Lutando por horas à disposição do Departamento remuneradas.
- Lutando para criar Centro de Pesquisa e Extensão.

ADUNIMEP:

- Conquistou a reivindicação de um representante eleito por professores no Conselho Universitário.
- Abrindo sub-sede SINPRO (região de Campinas) na cidade.
- Reajuste de setembro é negociado e Reitoria propõe fazer cálculo do reajuste s/base de 180 horas.

O Setor das Particulares manifesta seu descontentamento com relação ao tratamento problemático das IES particulares, tratamento este que tem oscilado entre a omissão e a generalização de posições que pouco tem ajudado no sentido de orientar a intervenção das ADs do setor, que culminou no posicionamento assumido no documento de reestruturação.

Neste sentido, o setor sublinha a importância do documento da ADPPUCRS em levantar a discussão sobre as particulares, praticamente omitida na proposta de Universidade da ANDES, e propondo como documento de trabalho de um Grupo de trabalho, a ser formado neste CONAD.

A tarefa do referido Grupo de Trabalho seria a de definir as linhas gerais de posicionamento da ANDES sobre o ensino superior privado, a ser encaminhada sob forma de proposta ao próximo Congresso da ANDES.

Além disso, o setor propõe que nos próximos Boletins da ANDES, seja dedicado um espaço para a divulgação de posições sobre o tema, a começar pelo documento da ADPPUCRS.

As nove ADs assumem a constituição do Grupo, juntamente com os Diretores do Setor e aberto à paralisação de ADs de outros setores.

Propõe-se também que seja definida uma luta pela ocupação do espaço ocioso das IES federais, particularmente com aulas no horário noturno.

**I ENCONTRO DO GRUPO DE TRABALHO DAS IES PARTICULARES
DATA: 30/31 DE OUTUBRO / 01/02 DE NOVEMBRO
LOCAL: SÃO PAULO – CAPITAL
APROPUC-SP
Monte Alegre, 984 – Sala 28-A – Tel.: 263-0211 – R. 209**

ANEXO III

RELATÓRIO APROVADO PELA PLENÁRIA FINAL DO SETOR DAS IES FUNDAÇÕES

A reunião das Fundações contou com a presença das seguintes Associações:

APROFURG – Rio Grande

ADUnB – Brasília

ADUFS – Sergipe

ADUFSCar – São Carlos

ADUFU – Uberlândia

ADUFMAT – Mato Grosso

ADUFPI – Piauí

ADUA – Amazonas

Contou a presença de participantes de Ouro Preto, embora não como delegados, já que não existe associação.

Após uma rodada de informes sobre os trabalhos desenvolvidos por cada AD, passou-se a discutir a seguinte pauta:

- Salário
- Carreira e Salário
- Sindicato
- Colaboradores e Auxiliares

Foram aprovadas as seguintes propostas:

1. Lutar pela garantia de implementação do mínimo do INPC integral para o reajuste salarial, encaminhar ao MEC e reitores. Elaboração de documento, inclusive para apresentação na reunião dos Reitores*(1). Que as ADs enviem a ADUFSCar, um quadro salarial contendo os salários dos diversos níveis, e como foram aplicados os reajustes em setembro/82, para posterior divulgação entre as Fundações.
2. Carreira e Salário – até o próximo Congresso, o projeto de carreira da ANDES para Fundações, deverá ser submetido a um esforço de implantação nas IES Fundações.
3. Não foi devidamente discutido.
4. Colaboradores e Auxiliares – que a ANDES envie um ofício ao MEC solicitando audiência para reivindicação junto à Ministra o enquadramento imediato dos colaboradores e professores visitantes “permanentes” da Universidade de Brasília, assim como a inclusão dos auxiliares de ensino na carreira docente da Universidade Federal de Sergipe, o fim dos professores colaboradores remanescentes da Universidade do Rio Grande e os auxiliares de ensino contratado à partir de 80 no Acre.

*(1) a ser realizada em Manaus no próximo 10 de outubro.

ANEXO IV

RELATÓRIO APROVADO PELA PLENÁRIA FINAL DO SETOR DAS IES ESTADUAIS

Entidades presentes: ADUSP e ADUNICAMP

1 – LUTA SALARIAL COORDENADA em São Paulo (ADUSP, ADUNICAMP e ADUNESP)

- 1.1. Reivindicações: Plataforma comum tirada pelas Diretorias, Assembléias Gerais e Conselho de Representantes.
 - a. Reajustes Salariais compostos de dois itens:
 1. correção inflacionária de período
 2. reposição do nível salarial em direção aos maiores índices do período (1975/1976)
 - b. Reajustes Semestrais;
 - c. Pleno acesso ao regime de tempo integral e dedicação exclusiva;
 - d. Valorização das categorias iniciais da carreira;
 - e. Luta por uma porcentagem fixa no orçamento do Estado de São Paulo para as Universidades (USP, UNICAMP e UNESP).

2 – LUTA PELA AUTONOMIA E DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

- 2.1. - Em 1981: UNICAMP – Luta contra a intervenção efetuada pelo Governo do Estado, através da mobilização da comunidade para indicação de candidatos a REITOR.
- Em 1982: USP, UNICAMP e UNESP – Paralisação Geral de 22 a 26 de março por motivo da luta salarial.

LUTAS ATUAIS:

USP

- Luta contra a multiplicação das fundações (de direito privado) na autarquia.
- Estudos para reformulação estatutária e estrutural da Universidade.
- Derrota do Regimento dos Museus (Museu Paulista, MAC, Museu de Zoologia, Museu de Etnologia). Aprovação pelo Conselho Universitário do novo Regimento elaborado pela ADUSP, redigido por comissão de 25 pesquisadores dos Museus. Campanha já concluída e vitoriosa.
- Luta contra a descaracterização do Hospital Universitário.
- Defesa do desenvolvimento da Unidade de Ensino e Pesquisa.

UNICAMP

- Luta pela reforma dos Estatutos, através de ampla participação da comunidade e democratização de todos os órgãos colegiados da UNICAMP.
- Desvinculação da carreira docente administrativa como uma das reivindicações básicas da campanha.

3 – PROPOSTAS

- Pela realização de um Encontro das 3 Estaduais Paulistas
- Elaboração de um Boletim Especial da ANDES sobre a situação das Estaduais Particulares nos moldes do Boletim sobre as Fundações, e que seja aprovado e elaborado pela Regional de São Paulo.

ANEXO V

RELATÓRIO APROVADO PELA PLENÁRIA FINAL DO SETOR DAS IES FEDERAIS AUTÁRQUICAS

1 – CAMPANHA SALARIAL

1.1. Sobre o conteúdo das Reivindicações:

O grupo setorial das federais autárquicas houve por bem adotar a proposta de a luta de reivindicações feita pelo Grupo de trabalho da ANDES nos seguintes pontos:

a) Reposição salarial de 23,8%, a partir de novembro próximo, referente aos salários vigentes em maio de 1982.

b) Também a partir de novembro próximo, reajuste igual ao INPC do semestre, sobre os salários recompostos de acordo com o item anterior.

c) Que, daí em diante, os salários sejam reajustados a cada semestre,

Além disso, o grupo setorial recomenda a adoção das seguintes reivindicações:

d) que a aposentadoria seja feita com base no salário integral de cada docente. A propósito, o colega Nader, da Paulista de Medicina, informa que sua AD recebeu a guisa de respostas a interpretação feita ao MEC, ofício da SESu reconhecendo a ilegalidade da não incorporação de DE à aposentadoria e informando que o Ministério pretende corrigir o problema através de modificação dos instrumentos legais que regulamentam a carreira.

c) Que os celetistas passem a fazer jus às vantagens específicas dos estatutários e vice-versa.

1.2. Quanto às Formas de encaminhamento da Campanha, o Grupo Setorial faz as seguintes recomendações e propostas:

a) Que a argumentação a ser utilizada na Campanha Salarial não faça alusão à situação de remuneração das Fundações.

b) Que a Campanha se desenvolva em articulação com os demais funcionários públicos.

c) Que a Campanha Salarial seja encaminhada juntamente com aquela referente à reestruturação da Universidade.

d) Que seja imediatamente enviado documento ao MEC com as reivindicações e que seja dado ao MEC o prazo de 15 de outubro próximo a resposta.

e) Que a ANDES promova, juntamente com as ADs, a denúncia da política salarial do governo no seu aspecto de escalonamento de reajustes conforme a faixa salarial.

f) Que, de 16 a 22 de outubro, as ADs realizem assembléias para discutir a Campanha.

g) Que as ADs das Federais Autárquicas voltem a se reunir, a 23 e 24 de outubro próximo, para avaliação do resultado das assembléias sobre questões de carreira e campanha salarial em local a ser definido pela Diretora da ANDES.

2 – QUESTÕES DA CARREIRA

2.1. Avaliação e Desempenho dos Docentes:

Dado o adiantado da hora, o grupo setorial julgou-se sem condições de empreender uma discussão séria do problema. Como isto ocorreu pelo segundo CONAD consecutivo concluiu-se que deveria ter havido mais tempo para as discussões de âmbito setorial, o que fica como recomendação para os próximos encontros. Decidiu-se que os delegados das ADs de autarquias deveriam, ainda neste CONAD, entregar ao relator deste grupo setorial informe sobre a situação da discussão deste problema no âmbito de suas IESs. Decidiu-se, outrossim, solicitar do companheiro Maciel, da APUFSC que apresente o quanto antes à ANDES o resultado dos estudos que ficou encarregado de fazer sobre a questão. Decidiu-se, finalmente, que a ANDES providencie o envio deste material às ADs diretamente interessadas.

2.2. Outras Questões da Carreira:

- Que a ANDES incorpore no documento a ser enviado ao MEC as distorções já conhecidas e definidas, inclusive as soluções aprovadas pelo movimento e que na reunião setorial de 23 e 24 de outubro sejam levantados todos os problemas de distorções da carreira e definidas propostas de solução.
- Recomendar às ADs que tenham experiências de encaminhamento jurídico para solucionar questões de distorções de carreira que encaminhem às demais ADs.

2.3 – Professores Visitantes:

Vários companheiros relataram a situação dos visitantes em suas respectivas IESs. Configurou-se um quadro de tratamento heterogêneo dos mesmos. Algumas universidades conseguiram enquadrar os visitantes na carreira. Naquelas instituições em que não houve o enquadramento os visitantes em geral acham-se ameaçados de desligamento e, no caso de estrangeiros, de perder seus vistos de permanência no país.

2.4 – Creches

Propôs-se, finalmente, que a ANDES procure articular as diversas ADs que estão buscando encaminhamento para a questão de criação de creches que se inclua como ponto de pauta do próximo evento da ANDES.

ANEXO VI

A QUESTÃO DA AVALIAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE (Posição da Diretoria)

A questão da avaliação do trabalho docente é concretamente colocada no movimento em várias ADs na discussão dos critérios de promoção de professor auxiliar e assistente e deste a adjunto nas universidades federais autárquicas, dentro da nova carreira.

Avaliar o trabalho do professor pode sempre ser uma arma repressiva não só no terreno político ideológico, mas também na discriminação de diferentes escolas de pensamento, de diferentes áreas do conhecimento, de diferentes tipos de atividades (ensino, pesquisa, apoio a comunidade, administração). Daí todo o cuidado que o problema merece. Entretanto, o movimento docente não pode deixar de entrar na discussão de um problema tão sério e que está no cume da universidade: a que devem fazer os professores no seu dia-a-dia, em tempo integral, com as horas de que dispõe além da atividade dentro da sala de aula.

Acumulação indevida de cargos, os empregos paralelos fora da Universidade, afastam o professor do ambiente de trabalho tornando-o indisponível para atender aos alunos fora de classe, orientar teses e participar de pesquisa com colegas, tomar parte em seminários, para viver a Universidade e lutar pela sua democratização e autonomia. Com o movimento das ADs defende estes pontos como essenciais para a transformação democrática da universidade, ele na acha correto a ausência, exceto para trabalho acadêmico, a displicência e a falta de dedicação e de competência de algum professor e deve manifestar isto claramente. Neste sentido, a avaliação do trabalho do professor e a questão dos critérios para fazê-la devem ser discutidos por todos os colegas e não deixados apenas a cargo das CPPDs. São os departamento, em reuniões plenárias com todos os docentes e representantes dos alunos, os locais naturais para deliberar sobre o assunto, seguindo os princípios gerais do movimento. As ADs em todas as suas instâncias devem abrir o espaço para esta discussão ter lugar e encaminhar à ANDES as conclusões a que chegar para definir uma posição de princípio a nível nacional que respeite as especificidades das universidades, áreas de conhecimento, autonomia departamental, etc...

Esta posição deverá ser decidida na reunião das ADs das universidades federais autárquicas a se realizar em meados de outubro deste ano.

Diretoria da ANDES

ANEXO VII

CONTRIBUIÇÃO DA DIRETORIA DA ANDES À DISCUSSÃO DO ITEM CAMPANHA DO ENSINO PÚBLICO GRATUITO DA PAUTA DO 6º CONAD

CONSIDERANDO:

1. As dificuldades de mobilização que vem enfrentando a Campanha, conforme relatado na Circular nº 04/82 da Comissão Coordenadora Nacional;
2. A ainda pequena quantidade de assinaturas de apoio à Campanha que vem sendo obtidas nas cidades onde foram criados núcleos ou comitês e as dificuldades existentes para coleta nas cidades, onde sequer a Campanha foi lançada;
3. A importância de só se encaminhar um dossiê ao Presidente da República de, em todos os Estados pela defesa do ensino público gratuito;
4. A posição atual do MEC arquivando – mesmo que temporariamente – o projeto de cobrança de mensalidades nas IES Públicas, constituindo-se, nesse momento, numa importante baralha vencida pelo movimento dos docentes, nessa guerra em que se encontra envolvido;
5. As dificuldades reais constatadas em função da atenção dedicada por todos às eleições de novembro quanto à organização de manifestações públicas específicas, como a realização, em 15 de outubro, o dia nacional pelo ensino público e gratuito;
6. Propõe que o CONAD sugira à Comissão Coordenadora Nacional da Campanha:
 - seja suspensa, nesse ano, a realização do dia nacional de Luta pelo Ensino Público e gratuito;
 - seja mantida a data de 30/09 para encaminhamento das assinaturas obtidas ao escritório da ANDES em São Paulo e que a Comissão as compile e as apresente ao movimento para se avaliar a situação;
 - seja continuado permanentemente o processo de coleta de assinaturas preparando-se assim uma ação concreta contra a eventual retomada da questão pelo MEC a partir de 16 de novembro, em especial solicitando empenho na obtenção de apoio nas reuniões das inter sindicais a serem realizadas entre outubro e novembro.

DIRETORIA DA ANDES

ANEXO VIII

PONTOS PARA UMA AVALIAÇÃO DO MOMENTO POLÍTICO EDUCACIONAL

Este texto é resultado da discussão realizada pela Diretoria da ANDES em reunião de 17/09 e objetiva ser uma referência inicial para o debate dos grupos do 6º CONAD.

1. A definição pelo Congresso de Florianópolis da Campanha pelo Ensino Público e Gratuito como eixo central da luta do movimento docente em 1982 e o encaminhamento da discussão da Reestruturação da Universidade marcam um salto qualitativo na vida da ANDES que, sem abandonar as lutas pela reivindicações salariais e trabalhistas, assume o papel de mobilizar a Universidade, sensibilizar a opinião pública e buscar a aliança de diferentes segmentos organizados da sociedade na luta política e ideológica contra o projeto privatizante e fragmentador do MEC/CRUB.
2. Apesar das dificuldades organizativas, a receptividade da Campanha pelo Ensino Público e Gratuito, a adesão de importantes entidades na denúncia das ameaças de implantação do ensino pago nas IES Públicas e a constatação dos óbvios prejuízos eleitorais que essa medida implicaria para o governo determinaram que já o Ministro Ludwig manifestasse a permanência da tese mas o reconhecimento de sua “inoportunidade”, reafirmando, aliás, pela Ministra Esther Ferraz.
3. A elaboração do documento-proposta da ANDES teve o efeito de demonstrações genéricas como a condição de garantir a unificação interna em torno de proposições programáticas para a Universidade e, tão importante quanto isso, de conquistar o respeito e a adesão de setores ponderáveis da comunidade para as posições dos docentes e, com isso, garantir uma posição de relativa força de negociação diante do MEC.
4. Paralelamente a esse fortalecimento da ANDES, três fatos indicam um fortalecimento da hegemonia do setor mais abertamente privatista na esfera da política educacional:
 - a. a indicação de Esther Ferraz, defensora histórica do ensino pago, para o cargo de Ministro;
 - b. a indicação do Reitor da Universidade Católica de Minas Gerais para a presidência do CRUB na próxima gestão, num movimento articulado previamente pela ABESC – Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas.
 - c. a substituição, decorrente da indicação da Prof^a Esther, do CRUB pelo Conselho Federal de Educação – CFE, como instrumento e canal privilegiado do encaminhamento do processo de reestruturação.
5. A definição da hegemonia clara do setor privatista, entretanto, não supera as dificuldades do MEC diante do fortalecimento do movimento docente e da própria conjuntura eleitoral. Apesar da evidente receptividade que a indicação da nova Ministra obtém junto aos veículos de comunicação, o MEC ensaia um recuo que o movimento não pode, entretanto, deixar de reconhecer como tático e diversionista.

As opções estão declaradamente mantidas, o processo de implementação está evidentemente alterado.

6. No atual momento, esta tática do MEC, contando com o apoio do CRUB (ainda que entre este o MEC se possam delinear divergências) apresenta características específicas, entre as quais cumpre salientar:
 - a. Tentativa de colocar a questão da Reestruturação da Universidade no plano de uma avaliação da experiência da Reforma Universitária de 1968, consubstanciada na proposta de discussão da questão a partir da análise da Lei nº 5.540.
 - b. Utilização para isso e revalorização da máquina tecnoburocrática do MEC, através da recuperação do CFE como instrumento de definição da política educacional para o ensino superior, o que inclusive, não agradou a certos setores do próprio CRUB. Em última instância, o MEC procura burocratizar a questão da reestruturação mas, essencialmente impedir a sua discussão democrática.
 - c. Tentativa de implantação imediata de certas medidas de reestruturação forma da Universidade, concretizada nas diferentes propostas de reformulação dos Estatutos e/ou Regimentos em andamento em várias Universidades (por exemplo: Bahia, Paraíba, Minas Gerais, UNICAMP, etc). Em alguns casos, evidencia-se uma tentativa de fortalecimento das estruturas de poder interno, inclusive com retrocessos no que tange às conquistas já obtidas no sentido de uma maior participação das comunidades universitárias nos processos decisórios da Universidade. Em geral, verifica-se que tais mudanças não tendem a favorecer a democratização e autonomia das universidades.
 - d. Nesse contexto e, paralelamente, podem ser detectadas tentativas de implementação de uma perspectiva de eficiência gerencial, como cursos de treinamento para administradores universitários, exigências de capacitação gerencial para o exercício de determinados cargos, etc.
 - e. Estas diferentes medidas, cuja implementação sugere uma estratégia definida nacionalmente exigem uma reavaliação do movimento docente que, orientado pela expectativa do tratamento da reestruturação como pacote unitário, configurado em projeto, pode ser surpreendido pela implementação de pontos básicos do projeto do MEC através de ações aparentemente isoladas que deslocam a luta da reestruturação do terreno do MEC – ANDES para o enfrentamento fragmentado nos organismos colegiados das IES, local privilegiado dos setores mais conservadores das Universidades.

PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO IMEDIATO

1. Realização ao nível dos grupos e consolidação pelos relatores de um mapeamento completo das iniciativas de reformulação interna das IES, indicando condições políticas, amplitude do debate, prazos e pontos essenciais visados pelos anteprojetos ou sugestões de reformulação indicados pelas administrações. Esse mapeamento é básico tanto para avaliar o grau de organização e pontencial de mobilização das ADs em torno dessa questão quanto para tentar a definição de uma estratégia unitária.

2. Aprovação pelo CONAD de um manifesto dirigido à comunidade docente e universitária e à opinião pública, alterando para a nova tática do MEC e preparando a mobilização do movimento docente para o enfrentamento.
3. Insistência e eventual denúncia pública na definição de uma audiência entre a nova Ministra e a ANDES.
4. Avaliação e definição de um evento nacional de repercussão, a ser realizado em torno de 15 de outubro, cuja natureza depende de uma avaliação, por este CONAD, da capacidade de mobilização. Exemplos a avaliar: Dia Nacional de Mobilização com eventos descentralizadores, paralisações, reunião nacional de entidades, posicionamento de partidos políticos, etc.

A experiência histórica do relacionamento do movimento docente com o MEC tem mostrado a capacidade do Governo de, rapidamente, redefinir suas táticas de implantação de uma política educacional cujo eixo básico é a privatização do ensino superior, através de ações diversionistas. Mais uma vez se verifica, o que impõe ao movimento a necessidade de refletir, avaliar e, fundamentalmente, propor uma linha de ação que não só neutralize esse processo, mas também faça avançar as nossas propostas.

ANDES

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

ANO II - Nº 10 - OUTUBRO DE 1982

O 6.º Conad e as lutas dos docentes

Durante a 6.ª reunião do Conselho Nacional de Associações de Docentes foram definidas as próximas etapas a serem percorridas pelo movimento dos professores. Nesta edição, as deliberações do Conad (Pág.3) e as principais lutas setoriais do movimento (Págs. 4 e 5).



Particulares

Criado Grupo de Trabalho

Fundações

Salário, Carreira e luta contra a 6.733

Estaduais

Lutas e reivindicações

Autarquias

Paralisação nacional no dia 4

Uma audiência cheia de evasivas

Numa audiência pouco produtiva e cheia de evasivas, pelo menos uma garantia: até o final de sua gestão, a ministra manterá a gratuidade do ensino superior público. (Última pág.)

**Partidos, Eleições e Educação
A Comissão Pró-CUT em debate**



Novas táticas de uma velha estratégia

Após a audiência com a sra. ministra da Educação (veja matéria na última página), os diversos diretores presentes sentiram o quanto era precisa a análise da atual política educacional apresentada pela diretoria da ANDES no último Conad. Tão precisa e realista que utilizaremos o espaço deste editorial para reproduzi-la. Com isso, preocupamo-nos em embasar os colegas docentes sobre as novas táticas da velha estratégia governamental para a Educação brasileira, às vésperas do velho estratégia governamental para a Educação brasileira — as dificuldades financeiras vividas pela Universidade serão ainda maiores. O texto em questão, denominado "Pontos Para Uma Avaliação do Momento Político Educacional", é reproduzido a seguir.

A definição pelo Congresso de Florianópolis da Campanha pelo Ensino Público e Gratuito como eixo central da luta do movimento docente em 1982 e o encaminhamento da discussão da Reestruturação da Universidade marcaram um salto qualitativo na vida da ANDES que, sem abandonar as lutas pelas reivindicações salariais e trabalhistas, assume o papel de mobilizar a Universidade, sensibilizar a opinião pública e buscar a aliança de diferentes segmentos organizados da sociedade na luta política e ideológica contra o projeto privatizante e fragmentador do MEC/CRUB.

Apesar das dificuldades organizativas, a receptividade da Campanha pelo Ensino Público e Gratuito, a adesão de importantes entidades na denúncia das ameaças de implantação do ensino pago nas IES públicas e a constatação dos óbvios prejuízos eleitorais que essa medida implicaria para o governo determinaram que já o Ministro Ludwig manifestasse a permanência da tese mas o reconhecimento de sua "inopuntividade", reafirmado, aliás, pela Ministra Esther Ferraz.

A elaboração do documento-proposta da ANDES teve o feito de demonstrar não apenas a capacidade do movimento docente de ultrapassar o nível de formulações genéricas como a condição de garantir a unificação interna em torno de proposições programáticas para a Universidade e, tão importante quanto isso, de conquistar o respeito e a adesão de setores ponderáveis da comunidade para as posições dos docentes e, com isso, garantir uma posição de relativa força de negociação diante do MEC.

Paralelamente a esse fortalecimento da ANDES, três fatos indicam um fortalecimento da hegemonia do setor mais abertamente privatista na esfera da política educacional:

- a. a indicação de Esther Ferraz, defensora histórica do ensino pago para o cargo de Ministro.
 - b. a indicação do Reitor da Universidade Católica de Minas Gerais para a presidência do CRUB na próxima gestão, num movimento articulado previamente pela ABESC — Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas.
 - c. a substituição decorrente da indicação da Profa. Esther, do CRUB pelo Conselho Federal de Educação — CFE, como instrumento e canal privilegiado do encaminhamento do processo de reestruturação.
- A definição da hegemonia clara do setor privatista, entretanto, não supera as dificuldades do MEC diante do fortalecimento do movimento docente e da própria conjuntura eleitoral. Apesar da evidente receptividade que a indicação da nova Ministra obteve junto aos veículos de comunicação, o MEC ensaia um recuo que o movimento não pode, entretanto, deixar de reconhecer como tático e diversionista. As opções estratégicas estão declaradamente mantidas, o processo de implementação está evidentemente alterado.
6. No atual momento, esta tática do MEC, contando com o apoio do CRUB (ainda que entre este e o MEC se possam delinear divergências) apresenta características específicas, entre as quais cumpre salientar:
 - a. Tentativa de colocar a questão da Reestruturação da Universidade no plano de uma avaliação da experiência da Reforma Universitária de 1968, consubstanciada na proposta de discussão da questão a partir da análise da Lei nº 5.540.
 - b. Utilização para isso e revalorização da máquina tecnoburocrática do MEC, através da recuperação do CFE, como instrumento de definição de política educacional para o ensino superior o que, inclusive, não agradou a certos setores do próprio CRUB. Em última instância, o MEC procura burocratizar a questão da reestruturação mas, especialmente, impedir a sua discussão democrática.
 - c. Tentativa de implantação imediata de certas medidas de reestruturação formal da Universidade, concretizada nas diferentes propostas de reformulação dos Estatutos e ou Regimentos em andamento em várias Universidades (p. ex. Bahia, Paraíba, Minas Gerais, UNICAMP, etc). Em alguns casos, evidencia-se uma tentativa de fortalecimento da estrutura de poder interno, inclusive com retrocessos no que fange as conquistas já obtidas no sentido de uma maior participação da comunidade universitária nos processos decisórios da Universidade. Em geral, verifica-se que tais mudanças não tendem a favorecer a democratização e autonomia universitárias.
 - d. Nesse contexto e, paralelamente, podem ser detectadas tentativas de implementação de uma perspectiva de eficiência gerencial, como cursos de treinamento para administradores universitários, exigências de capacitação gerencial para o exercício de determinados cargos, etc.
 - e. Estas diferentes medidas, cuja implementação sugere uma estratégia definida nacionalmente exigem uma reavaliação do movimento docente que, orientado pela expectativa do tratamento da reestruturação como pacote unitário, configurado em projeto do MEC através de ações aparentemente isoladas que deslocam a luta da reestruturação do terreno MEC — ANDES para o enfrentamento fragmentado nos organismos colegiados das IES, local privilegiado dos setores mais conservadores da Universidade.

Suplementações e prioridades

Os eternos problemas da Educação

Ressurge, no meio acadêmico brasileiro, um fantasma já conhecido que a cada final de exercício passava pelos Gabinetes, assombrando as administrações das IES públicas: a falta de recursos financeiros para manutenção das suas atividades essenciais. Isto se deve, basicamente, à insuficiência das suplementações de verbas que o MEC obtém da Secretaria de Planejamento, para distribuição entre as Universidades. No presente exercício, de uma suplementação solicitada de Cr\$ 15 bilhões, a SEPLAN concedeu apenas Cr\$ 5 bilhões. Essa quantia, irrisória face às necessidades provadas pelas Universidades, se não puder ser aumentada, terá agora de ser rateada entre 39 IES federais, abrangendo Autarquias e Fundações. Ora, só a Universidade Federal de Santa Catarina pediu Cr\$ 338.545.000,00 e o Paraná Cr\$ 700.000.000,00. Ou seja, as necessidades de apenas duas Universidades representam nada menos de 20% da suplementação obtida pelo MEC — diante dos homens fortes do Governo: os "ditadores" da área econômico-financeira e os que estabelecem as prioridades, na repartição dos recursos públicos, em função de interesses específicos, definidos de maneira fechada, centralizada e autoritária.

Assim, a suplementação obtida pelo conjunto das Forças Armadas soma a respeitável quantia de Cr\$ 166 bilhões conforme noticiam os jornais do dia 30/09/82. Anteriormente a área dos Órgãos de Informações já obtivera uma generosa suplementação para suas atividades, particularmente valorizada pela necessidade de mapear e dissecar o Brasil pré-eleitoral com o objetivo de municiar os laboratórios do Sistema com os dados necessários à elaboração dos "pacotes" eleitorais que aí estão a manietar a livre manifestação da vontade política do povo brasileiro.

Por outro lado, há poucos dias, os jornais noticiaram que a primeira dama do país, deslocou-se de Brasília a São Paulo, no jato presidencial, acompanhada de dez amigas, do maquiador, da cabeleireira e da filha.

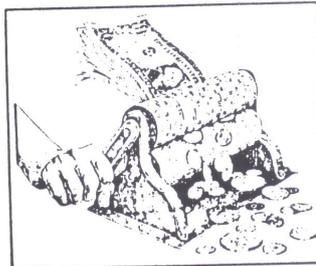
Objetivo: assistir, na Boite Regine's ao "Show" do cantor Júlio Iglesias. Enquanto isso, o Presidente em Nova York, alugava uma frota de custosas limousines para deslocar-se com sua comitiva no seu circuito norte-americano.

Assim, uma vez, constata-se que a carência de recursos públicos não afeta igualmente a todos os setores da vida nacional e que o estabelecimento das prioridades é uma questão de jogo de poder e de influências, dentro do círculo restrito de um Governo fechado, anti-democrático e sobretudo anti-social. Que numa única vez, corta recursos para a Educação para poder investi-los em armas, "informações" e mordomias. E que investe, como é notório, quantias não contabilizáveis na sustentação do esforço eleitoral do Partido Oficial na forma de viagens, propaganda, clientelismo e outros expedientes menos conhecidos.

Isto tudo acontece num momento em que um rearranjo dos cargos e das posições dentro desse círculo, colocou à frente do Ministério da Educação e Cultura, a profª Ester Figueiredo Ferraz, numa indicação até certo ponto surpreendente e que, supostamente gerou alguns dividendos pelo seu inditismo.

Até agora, não está claro para a comunidade universitária, quais as alianças, dentro do círculo do poder, que levaram a professora do CFE ao MEC. Uma coisa é certa: sua ascensão pouco tem a ver com eventual respaldo, junto à maioria dos professores e dos estudantes universitários. Certamente, essa aliança dificilmente será tentada pela ministra, tendo em vista a própria fonte do seu poder e o conjunto de idéias que defende. Esse poder, por sinal, parece periclitar diante do corte na suplementação que a SEPLAN, acaba de decretar, e de um inesperado ataque da artilharia inimiga, que já começou a batalha de desgaste. O artilheiro-mor, capitão de mar e guerra José Carlos Azevedo, reitor vitalício da UnB, e candidato permanente ao cargo de Ministro da Educação, acaba de declarar que o Ministério da Educação usa armadilhas e influências de pessoas bem situadas na sua estrutura para distribuir os recursos às IES brasileiras. A ministra declarou-se "perplexa" dizendo que vai esperar, nos próximos dias, as explicações do impetuoso reitor.

Perplexa, efetivamente, está a comunidade universitária diante dessa incrível soma de equívocos que ameaça a continuidade das suas atividades, com a diferença fundamental de que seus integrantes não vão ficar à espera de que a eurenêia e a escassez siloquem o ensino, a pesquisa e a extensão. Mais



uma vez, todos vão à luta na defesa da Educação, a qual não pode ficar sujeita às oscilações do jogo de poder, a alimentar a mística da pretensa eficiência de ministros fortes.

No momento mesmo em que levam ao conhecimento da opinião pública sua inconformidade com esta situação, os docentes universitários denunciam a hegemonia autoritária nas decisões governamentais, com enormes prejuízos para a área social, a despeito até da criação de um Fundo especial que já começou a arrecadar montantes que se medem em bilhões e superam, folgadoamente, as necessidades emergenciais da Educação.

A esse respeito é oportuno transcrever aqui a sábia denúncia do Conselho de Reitores, datada de setembro de 1980, após uma reunião setorial das Universidades federais:

"A insuficiência dos recursos orçamentários destinados à manutenção das universidades tem sido fator determinante na insatisfação tanto da comunidade intra quanto extra-universitária, sobretudo, no que toca ao desempenho que as IES federais têm apresentado em suas funções de ensino, pesquisa e extensão e no que poderia contribuir para o desenvolvimento social. A crescente escassez destes recursos tem comprometido a qualidade destas funções, gerando dificuldades para o adequado funcionamento de atividades acadêmicas e administrativas, indispensáveis ao alcance dos objetivos precípuos da universidade..."

Finalmente cabe lembrar, como um referencial importante, a posição da ANDES expressa em documento entregue ao MEC em audiência no dia 07 de julho p.p.

"A qualidade do ensino não pode ser pretendida abstratamente, sem dar as condições materiais à universidade. O ensino superior de boa qualidade está ligado indissolúvelmente à pesquisa, à atividade crítica e criativa. Não cabe ao professor apenas repetir informações em sala de aula e exibir um conhecimento estático e morto. Cabe a ele estudar, elaborar conhecimento de forma dinâmica e viva, atualizar-se e avançar na sua área de trabalho, estar disponível aos seus alunos fora das aulas, orientar e participar de pesquisas, realizar experiências, criticar e expor-se à crítica, participar democraticamente do trabalho científico com seus colegas e alunos. É para possibilitar este exercício pleno de magistério superior que os professores defendem um padrão de universidade, não no sentido elitista, mas que exija de todo e qualquer estabelecimento de ensino superior as condições para exercê-lo com dignidade."

Oswaldo Maciel (professor da Universidade Federal de Santa Catarina e ex-presidente da ANDES)

ANDES

Expediente

Boltem da ANDES — Órgão oficial da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
 Editado sob responsabilidade da Secretaria Geral
 R. Casimiro de Almeida, 940 Pontões
 CEP 05001, São Paulo, SP
 Tel: (011) 864-7559

Imprensa:

Cia. Editora Jorubs, Rua Cavalli da Cunha, 49
 Tel: 531-4000, São Paulo, SP
 Jornalista responsável: Renato F. Facchini
 registro profissional nº 13.020

Diagramação e Secretaria Gráfica:
 Arnes e Officinas — assessoria gráfica e editorial

Distribuição (via aérea):
 SAM Representações, Importação e Importação
 Ltda. R. Abasco, 92, Tel: 531-0225 e 241-0937

Tiragem:

40 mil exemplares
 (Circulação Nacional)

Um diagnóstico da saúde no País

O modelo econômico brasileiro, altamente concentrador de renda, tem gerado distorções evidentes na área da Saúde, submetendo a maioria da população a precárias condições de vida. A Universidade, diante desse quadro, deve ocupar espaços decisivos, apresentando propostas que visem à promoção da saúde da população, e participar ativamente na formulação das diretrizes de ação do sistema de Saúde.

Esses são alguns dos itens que integram o documento-síntese das discussões dos grupos de trabalho do II Encontro Nacional de Docentes da Área da Saúde, realizado em São Paulo nos dias 10, 11 e 12 de setembro, sob o patrocínio da ANDES e organização da Associação dos Docentes da Escola Paulista de Medicina (ADEPM).

Os temas que fizeram parte da pauta do Encontro foram: Promoção à Saúde, Assistência à Saúde, Ensino e Problemas dos Docentes da Área da Saúde, com debates nos grupos de trabalho e apresentação dos temas, a cargo dos professores Maria Cecília Domingos (Promoção à Saúde), José Carlos Braga (Assistência à Saúde), Oswaldo Luis Ramos (Ensino na Área da Saúde) e Flávio Valente. 1º vice-presidente da ANDES (Problemas dos Docentes na Área da Saúde). Também esteve presente à plenária de abertura o presidente da entidade, Luiz Fingueli Rosa.

Durante o Encontro foi eleita a Comissão de Saúde da ANDES, constituída pelos professores Diana Maul de Carvalho (coordenadora), Getúlio Dornelles Larrara, Adalberto Mata Peiroto, Wagner Sérgio Silveirini e Maria Auxiliadora Cordova Christoforo.

O documento final com as resoluções do Encontro foi enviado a todas as ADs, solicitando-se que seja discutido, com o envio de sugestões até o final de novembro para a coordenadoria da Comissão (A correspondência deverá ser dirigida à Diana Maul de Carvalho, Serviço de Ação Comunitária do Hospital Universitário da UFRJ - 5º andar, Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ). A seguir, os principais pontos do documento.

Promoção de Saúde

Partindo da análise da política econômica, o documento observa que "o modelo econômico adotado, altamente concentrador da renda e as prioridades de investimento da política econômica geram distorções evidentes na situação da Saúde. Por um lado, levando à precária

Realizado em São Paulo, o II Encontro Nacional de Docentes da Área da Saúde debateu os temas: Promoção à Saúde, Assistência à Saúde, Ensino e Problemas dos Docentes da Área da Saúde. A seguir, as principais deliberações do Encontro.



condição de vida da população e, por outro, caracterizada o baixo nível de investimento na área social, com sucessivos cortes dos recursos voltados para a saúde e educação."

Assim, "ao lado de programas que são atendidos precariamente, encontramos grandes investimentos em projetos de grande porte econômico, como energia hidroelétrica e nuclear, reconhecidamente não-prioritários no momento atual e dando uma falsa impressão de desenvolvimento."

O documento compara os indicadores de crescimento econômico com os da saúde, verificando que enquanto o Produto Interno Bruto do País é um dos maiores do mundo, nossa Taxa de Mortalidade Infantil é uma das mais altas da América Latina. "Isso retrata as nossas péssimas condições de saúde, não resolvidas pela política econômica vigente", conclui o relatório.

Esses fatos levam a uma situação contraditória entre o que ocorre na prática e o discurso oficial. Embora os programas governamentais prevejam uma cobertura assistencial completa, com atendimento médico-odontológico, imunizações e suplementação alimentar, na prática se limitam à simples extração dentária e à distribuição precária de leite e vacinação, o que tem ocorrido, por exemplo, nos programas de Assistência

Materno-Infantil da secretaria da Saúde do estado de São Paulo. Assim, conclui o texto, "quanto à avaliação de seus resultados, esses programas têm demonstrado que são ineficientes em relação à meta proposta."

O sistema de assistência à Saúde existente no País, acompanhando essa política, transforma os usuários em verdadeira mercadoria, impossibilitando qualquer trabalho de promoção da saúde, "uma vez que a docência torna-se mais rentável ou lucrativa e nunca é demais lembrar, entregue às empresas médicas e multinacionais da saúde."

Abordando também o papel da comunidade e sua relação com o Estado da Saúde, o Encontro posicionou-se no sentido de que "a Saúde é um direito de todos e é um dever do Estado garantir condições mínimas de alimentação, habitação, educação, saúde, trabalho, lazer e infraestrutura sanitária." Dessa forma, "a comunidade, através de seus movimentos populares, deve reivindicar sua participação na administração dos bens sociais, nas decisões políticas e buscar mecanismos de pressão que viabilizem suas necessidades e propostas."

Ensino e Docentes na Área da Saúde
A Universidade, por seu lado, deve

ocupar espaços decisivos, apresentando propostas que visem à promoção da saúde da população de um modo geral e "participando ativamente na formulação das diretrizes de ação". O documento propõe que se crie na Universidade um Jefeado das diretrizes de ensino, pesquisa e prestação de assistência, permitindo a superação da dicotomia hoje existente entre medicina preventiva e curativa.

"Os recursos carreados pela Universidade através de serviços assistenciais devem ter por objetivo o desenvolvimento de conceitos, normas e técnicas na área da Saúde para solucionar problemas comunitários." "A decisão sobre a alocação desses recursos deve caber à comunidade acadêmica em sua totalidade e democraticamente organizada, autonomia universitária." Da mesma forma, a Universidade deve posicionar-se contra a transformação dos hospitais de ensino em puramente assistenciais e, com relação à pesquisa, geri-la e executá-la de acordo com as necessidades da comunidade da qual faz parte.

A situação dos docentes da área da Saúde

Com relação aos problemas dos docentes na área da saúde, foram demonstradas inúmeras situações irregulares em

que se encontram professores do setor, como por exemplo: variação da carga horária, numa mesma instituição, de acordo com a renda obtida por ela; remuneração dos docentes com base somente nas horas-aula, sem levar em conta as funções administrativas e ou assistenciais que fazem parte do trabalho; surgimento de contratações irregulares (horistas, bolsistas, prestadores de serviço) e ausência de pesquisa em inúmeras instituições.

Além disso, o Encontro reafirmou as decisões anteriores do Congresso da ANDES em relação à autonomia salarial, à intra-associação de ensino, pesquisa e assistência, à estabilidade de emprego e carga horária e democratização das decisões nas Instituições de Ensino Superior. Foi apontada também uma sobrecarga de atividade assistencial e didática, tanto pela falta de distribuição equitativa do trabalho, como pela falta de docentes, o que prejudica a qualidade do ensino e pesquisa.

Recomendações

Como recomendações gerais, foram aprovadas as seguintes propostas: (1) que sejam amplamente divulgados os resultados do Encontro; (2) que se forme em cada AD uma comissão de Saúde interdisciplinar com o objetivo de encaminhar as questões específicas; (3) que as ADs lutem por representação de docentes no CONASP; e que analisem e divulguem o documento do Conselho; (4) que se divulgue a existência e o não-cumprimento da legislação trabalhista relativa à periculosidade e insalubridade a todos os profissionais de saúde; (5) que se lute por condições adequadas para o funcionamento dos Hospitais de Ensino; (6) que as ADs encaminhem para o Conselho Nacional de Saúde da ANDES um relatório diagnóstico da situação real de trabalho dos docentes nessa área; (7) apoio à luta dos médicos residentes pela não-redução dos programas de residência médica (com a aprovação de uma moção nesse sentido).

Para finalizar, o documento reconhece que grande parte dos problemas mencionados são produzidos em suas soluções "por não termos conseguido algumas das principais e fundamentais reivindicações das ADs e da ANDES, notadamente a ausência de democratização das Universidades e ausência de decisões de financiamento, planejamento curricular e de pesquisa."

As deliberações do 6.º Conad

Na 6.ª reunião do Conselho Nacional de Associações de Docentes, o debate das principais questões que envolvem o movimento dos professores.

Durante a 6ª reunião do Conselho Nacional de Associações de Docentes (Conad), realizada em Vitória (ES) nos dias 17, 18 e 19 de setembro, com a presença de quarenta delegados e 39 observadores num total de 29 Associações de Docentes e uma Comissão Pró-AD representadas - foram debatidas as principais questões que envolvem o movimento dos professores a nível nacional, suas lutas setoriais e aspectos da conjuntura política nacional, estabelecendo as próximas etapas a serem percorridas pelo movimento, até a realização do II Congresso Nacional da ANDES, marcado para o início de 1983.

No Conad, as lutas setoriais tiveram bastante destaque, principalmente em função do lançamento da Campanha Salarial de 82 das Federações Autárquicas e do debate sobre a questão dos subsídios às Instituições Particulares (ver matéria nas páginas 9 e 10). Com relação às lutas gerais, as discussões sobre a reestruturação da Universidade ressaltaram a importância da articulação com entidades representativas dos funcionários e dos estudantes, enquanto sobre a Campanha de Defesa do Ensino Público e Gratuito foi aprovada a proposta de que ela seja ampliada, tendo em vista atingir a todos os segmentos sociais.

O II Congresso da ANDES foi mar-

cado entre os dias 31 de janeiro e 4 de fevereiro e será realizado em Fortaleza. Durante a plenária de abertura, foi lançado o livro "Universidade e Movimento Docente", do prof. Rubens Pinto Lyra, da Universidade Federal do Paraná e diretor da ANDES.

O Conad deliberou também que se continue a denunciar e analisar toda a forma de repressão dentro da Universidade e que as Vice-presidências regionais da ANDES organizem assessorias jurídicas para tratar das questões específicas da repressão, além da formação de uma comissão para preparar um documento sobre o assunto, a ser encaminhado pela diretoria. Foram aprovadas moções de apoio à luta dos professores de 1.º e 2.º graus contra a Portaria nº 162 (que trata da questão da distrida), um ante-projeto de Estatuto elaborado pelo Constituinte da PUC-SP e a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo; de solidariedade ao prof. José Correa Fletes, da Universidade Federal de Santa Catarina, vítima da repressão, e de repúdio aos casuismos eleitorais (veja na página 6).

Sobre as eleições ficou estabelecido que tanto a ANDES quanto as ADs não devem assumir nenhum posicionamento que possa ser subentendido como de favorecimento a qualquer partido político; que as ADs promovam debates com os candidatos de todos os Partidos, obtendo posicionamentos sobre a questão da Educação e que o Boletim ANDES abra espaço para o debate dessas posições (veja página 6 e 7).

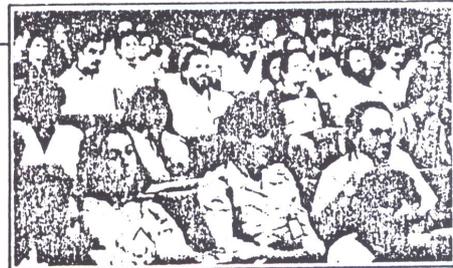
A principal deliberação do Conad com relação à reestruturação da Universidade refere-se à realização de um encontro Nacional das entidades representativas dos três segmentos da comunidade universitária, com o objetivo de ampliar o debate e determinar os próximos passos da Campanha.

Nesse sentido, a secretaria geral da ANDES encaminhou ofício à União Nacional dos Estudantes e à Federação das Associações de Funcionários das Universidades Brasileiras (Fasubra) em que propõe a realização de uma reunião de representantes das três entidades no dia 24 de outubro, na cidade do Rio de Janeiro, para discussão de proposta do Encontro.

Além disso, foi aprovada uma quinzena pela democratização da Universidade, com atividades diversificadas que objetivem uma interiorização das discussões sobre o assunto e aprofundando as discussões a nível interno da Universidade, a partir do documento da ANDES. Deliberou-se solicitar ao MEC, em

informações prestadas pelo prof. Sadi Dal-Rossa, Vice-presidente Regional Centro-Oeste que participou da reunião Pró-CUII. O principal aspecto tratado foi a questão das divergências existentes hoje no interior do Movimento Sindical.

O plenário aprovou a participação da ANDES na reunião da Comissão Nacional Pró-CUII com um delegado pleno, se foi uma reunião unitária; ou, caso contrário, como observador. O delegado eleito foi o presidente da entidade, que deverá basear sua participação nas orientações do I Congresso da ANDES e nas demais deliberações do movimento docente. A entidade estará representada também pelo 1.º vice-presidente, pelo secretário geral e pelo vice-presidente da Regional Centro-Oeste, na condição de observadores. Quanto à participação das ADs nas interinstitucionais, manteve-se a decisão do I Congresso de propor que elas participem do Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras com critérios de participação iguais aos dos Sindicatos (segundo o nº da categoria).



qualquer partido político; que as ADs promovam debates com os candidatos de todos os Partidos, obtendo posicionamentos sobre a questão da Educação e que o Boletim ANDES abra espaço para o debate dessas posições (veja página 6 e 7).

O Conad denunciou a tática dos reitores e do MEC de modificações estatutárias, regimentais nos vários esboços, sem condições de desenvolver uma discussão ampla e democrática.

Propôs também que seja discutida a questão da proliferação das fundações de caráter privado e outros organismos semelhantes no interior das Universidades públicas. Esta a cargo da 1ª secretaria coletar informações sobre essas questões. Foi aprovada também a formulação de um ante-projeto de lei para discussão a nível das ADs, com base na proposta da ANDES para a Universidade Brasileira e a criação de um documento de denúncia das arbitrariedades cometidas pelas mantenedoras (um "Livro Negro das Mantenedoras").

Situação Política Nacional

O tema Movimento Sindical foi amplamente debatido, a partir das

setores

As lutas do movimento docente

Nestas duas páginas, as principais lutas setoriais, desenvolvidas a partir das deliberações do 6.º Conad.

particulares

Criado Grupo de Trabalho

Durante o 6.º Conad, as IES particulares formaram um Grupo de Trabalho que terá a função de definir as linhas gerais de posicionamento da ANDES sobre o ensino superior privado, a ser encaminhada sob a forma de proposta no próximo Congresso da entidade.

As nove AD's presentes assumiram a constituição do Grupo, juntamente com os diretores do setor, estando também aberto à participação de AD's de outros setores. Será realizado nos dias 30, 31, 01 e 02 de novembro o 1.º Encontro do Grupo das IES Particulares, que será sediado pela APROPIUC de São Paulo (r. Monte Alegre, 984 - Sala 28-A - Tel.: 263-0211 - ramal 289).

Além disso, o setor propõe que nos próximos Boletins da ANDES seja dedicado um espaço para o debate da questão dos subsídios, (ver matéria nas páginas 9 e 10).

Também durante o Conad, foi aprovada uma moção de apoio à Constituinte que elaborou os novos Estatutos da PUC-SP, reproduzida abaixo.

Moção de apoio à Constituinte da PUC-SP

1. Considerando que as Universidades Brasileiras continuam marcadas por práticas autoritárias, amparadas pela legislação e estatutos em vigor, que cercam a cidadania e a participação comunitária e impedem a autonomia universitária;

2. Considerando que a PUC/SP vem desenvolvendo um processo de democratização de todos os setores da comunidade nas decisões, através de eleições diretas para cargos de direção e redefinição dos órgãos de gestão da Universidade;

3. Considerando que a Comissão constituinte da PUC/SP foi eleita paritariamente e democraticamente por todos os segmentos desta comunidade, com a tarefa de elaborar um novo estatuto que assegure institucionalmente as novas relações democráticas em desenvolvimento;

4. Considerando que o novo estatuto da PUC/SP em seus objetivos asseguram a liberdade de manifestação e expressão fundamentada à produção do conhecimento e ao debate crítico, define um compro-

misso social em especial com as classes populares e uma estrutura acadêmica administrativa baseada nos princípios de eleição direta para os cargos de direção e paridade nos órgãos de deliberação;

5. A ANDES e Associações de Docentes presentes no VI CONAD realizado de 17 a 19 de setembro de 1982, em Vitória, Espírito Santo, hipotecam irrestrito apoio à prática democrática desta Universidade e a seu ante-projeto de estatuto e reivindicam do MEC e CFE a homologação plena deste, em respeito à autonomia universitária e princípios democráticos hoje reclamados, não só por comunidade universitária, bem como pela sociedade civil brasileira.

Por acreditarmos que somente a democracia e autonomia universitária poderão indicar um caminho que supere a grave crise que vive hoje a Universidade Brasileira.

Aprovada na Plenária de Abertura em 17/09/82, devendo ser enviada ao MEC e ao CFE.

A luta pelas 162 horas



Entre as reivindicações básicas dos professores das Instituições de Ensino Particulares está a mudança da base de cálculo de 240 para 162 horas mensais. O atual sistema tem provocado uma perda efetiva de salário entre 2 e 11% a cada reajuste salarial. Incidindo um sobre o outro, o rebaixamento chega a 64% no salário do Titular, segundo dados da Associação dos Professores da Universidade Católica de Campinas.

O Sindicato dos Professores de São Paulo, inclusive, voltou em agosto com uma ação judicial reivindicando a alteração da base de cálculo para 162 horas, conforme determina a própria Consolidação

das Leis do Trabalho, no caso específico dos professores.

Os professores das escolas particulares tem seus salários reajustados semestralmente e aumentados anualmente de acordo com critérios gerais da lei nº 6.708/79, que estabeleceu inicialmente três faixas de reajuste, depois alteradas para quatro (até 3, de 3 a 10, de 10 a 15, de 15 a 20 e acima de 20 salários-mínimos).

Além disso, o artigo 318 da CLT estabelece que o professor não poderá faltar mais de seis horas diárias, enquanto o artigo 320 estabelece que a jornada mensal do professor horista é definida pela jornada semanal multiplicada por 4,5 semanas, o que resulta num total de 162 horas/aula mensais (6 horas diárias x 6 dias úteis x 4,5 semanas = 162).

Contudo, o salário hora-aula do professor é calculado hoje segundo a jornada de trabalho comum, de 8 horas por dia vezes 30 dias do mês (igual a 240 horas mensais).

Isso significa que os professores, cumprida sua jornada de normal trabalho de 162 horas-aula, já teriam direito ao salário-mínimo da categoria. No entanto, eles são enquadrados nas faixas de reajuste na base do salário-mínimo equivalente a 240 horas mensais, o que reduz o valor do salário mínimo por hora.

Assim, o enquadramento nas faixas de reajuste sobre uma distorção, jogando para as faixas subsequentes a diferença que deveria ser incluída na primeira faixa.



fundações

Salário, Carreira e 6.733

O grupo setorial das Fundações Federais debateu no 6.º Conad a questão salarial, da carreira docente, a situação dos colaboradores e auxiliares e a continuidade da luta pela extinção da lei 6.733.

Nesse sentido, foram aprovadas as seguintes propostas: (1) Lutar pela garantia de implementação, no máximo, do INPC integral para o reajuste salarial; (2) que até o próximo Congresso o projeto de carreira da ANDES para as Fundações deverá ser objeto de um esforço de implantação nas IES Federais; e (3) que se reivindique o enquadramento imediato junto ao MEC dos colaboradores visitantes "permanentes" da Universidade de Brasília (ver matéria nesta página), assim como a inclusão dos auxiliares de ensino na Carreira Docente da Universidade Federal de Sergipe, o fim dos professores colaboradores remanescentes da Universidade do Rio Grande e dos auxiliares de ensino contratados a partir de 1980 no Acre.

Além disso, as AD's das Fundações continuaram na sua luta pela extinção da Lei 6.733, que faculta única e exclusivamente ao Presidente da República a nomeação de dirigentes de fundações federais, sem limite de mandato. Em algumas Universidades têm sido desmontados processos de eleição direta para reitor, como na Federal de S. Carlos e na Federal do Mato Grosso.

A questão dos colaboradores

Dos 841 professores da Universidade de Brasília, 464 ocupam cargos temporários e estão aliçados da carreira do magistério, sendo que 413 são professores colaboradores. Essa é a situação real dos professores da UnB, segundo denúncia do presidente da AD/UnB, Volnei Garrafa, entregue à ministra da Educação, durante audiência com a ANDES.

Em consequência disso, esses professores não têm promoção funcional, não têm direito à licença sabática e não podem adquirir estabilidade após cinco anos, como os professores enquadrados.

Desses 464 professores, além dos 413 colaboradores, 51 são visitantes e auxiliares de ensino. Além disso, nada menos que 264 colaboradores são obrigados a renovar contrato de trabalho anualmente, semestralmente e até a cada quatro meses, o que contraria a Consolidação das Leis do Trabalho.

Essa questão, segundo a entidade, está relacionada a uma crise crônica em que a Universidade de Brasília está imersa nos últimos anos, com periódicos surtos agudos. Atualmente, os alunos dos cursos de seis departamentos estão em greve por condições mais dignas de ensino e aprendizado. Isso se deve, "a uma política equivocada", que "está levando a UnB a um processo descontinuo e crescente esvaziamento".

Para se ter uma idéia, em 1971, a Universidade possuía 626 professores e 2.212 funcionários para atender a 3.226 alunos. Em 1981 encontramos 775 professores e 1.651 funcionários para 9069 alunos.

Fórum de debates na UnB

Nos dias 24 e 25 de agosto, numa promoção conjunta da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (AD/UnB) e do Diretório Central de Estudantes (DCE), com apoio do Sindicato dos Professores e da Frente Interdisciplinar, foi realizado o II Fórum de Debates da Universidade de Brasília. As atividades foram paralisadas e compareceram à plenária de abertura cerca de mil pessoas.

Na pauta de discussões constaram três grandes itens: ensino e pesquisa, democracia e participação e Universidade e Sociedade, subdivididos em vários tópicos. Foram enfatizados os problemas de currículo, o aumento

Demissões na UFU

Continua a luta dos professores da Universidade Federal de Uberlândia contra as demissões arbitrárias de cinco docentes, Aldemar Geraldo Duarte, Cressie Pereira Santos, Fêdor Sanchez Pedroncini, Guilherme Azeiteiro e José Alves de Souza, ocorridas em fevereiro de 1982.

As demissões contrariam a legislação vigente que determina que ao reitor só compete demitir professores por proposta do Departamento a que tiver lotado, em obediência aos Estatutos e Regimento Geral da instituição.

Assim, cansado de aguardar negociação, o prof. Creuse Pereira ingressou judicialmente Ação de Reintegração no emprego que está em tramitação a nível de recurso na Tribunal

Eleições para reitor

As Universidades Federais de Mato Grosso e São Carlos estão vivendo um momento de fundamental importância na luta contra o Decreto-Lei 6.733, que delega total competência ao presidente da República na escolha e nomeação para os cargos de reitor e vice-reitor das Fundações: seus professores, alunos e funcionários estão desenvolvendo um processo de escolha de seus próximos reitores, à revelia da farragem da lei.

UFEMAT

Na UFEMAT, o corpo docente, discente e administrativo, através de seus órgãos representativos (ADUEMAT, ANSIMEI e DCE) estabeleceram um programa de debates e assembleias, com o objetivo de eleger democraticamente o nome que, segundo a comunidade, deverá ocupar o cargo.

O processo estabelecido para a escolha prevê inicialmente a discussão nos departamentos, com o levantamento de nomes e definição dos primeiros critérios, seguida da elaboração dos pontos básicos do perfil do reitor que atenderá aos anseios da comunidade, debates entre os candidatos, culminando com a realização de uma assembleia universitária para realização de eleições paritárias.

Entre os critérios definidos como fundamentais para o escolhido estão: respeito à democracia interna, debate com a comunidade universitária seu programa de trabalho, assunção de compromissos formais com a proposta da ANDES para a Universidade Brasileira e que integre a campanha pela extinção da lei 6.733.

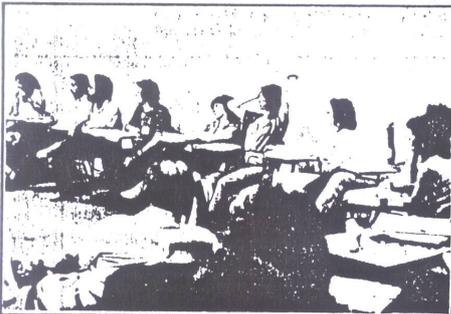
UFESCAR

A comunidade universitária da UFESCAR vem avançando gradativamente num processo de amadurecimento político e de conscientização democrática, participando da escolha, por voto direto, das chefias de departamento, das diretorias de Centro e elegendo uma lista sextupla para a escolha do vice-reitor, ratificada pelo Conselho Universitário (CPE) e enviada ao MEC. O cargo, porém, continua vago há quase dois anos. Hoje, esse processo democrático continua, com o desencadeamento de um processo eleitoral para a escolha do próximo reitor.

Contudo, com a existência do Decreto-Lei 6.733/79, que faculta aos presidentes da República a nomeação dos dirigentes das IES fundações, a garantia de que o nome indicado pela comunidade seja o escolhido só será possível com a mobilização ampla de estudantes, professores e funcionários.

Tendo isso em vista, as três entidades representativas do campus — a ADUFESCAR, a ASUFESCAR e o DCE-Livre — formaram uma Comissão Conjunta de Eleições do Reitor, elaborando uma proposta, encaminhada para discussão em assembleias das três entidades.

De acordo com o cronograma de trabalho, estão previstas as seguintes etapas: discussão nos setores, assembleias das três entidades, reuniões gerais para o levantamento de nomes, realização de mesas-redondas e elaboração de documento com as posições dos candidatos. As eleições deverão ocorrer de 30 de novembro a 2 de dezembro.



estaduais

Lutas e reivindicações

Em São Paulo, as associações de Docentes da Universidade de São Paulo, (ADUSP), da Universidade de Campinas (ADUNICAMP) e da Universidade de Juízo de Mesquita Filho (AUNESP) estão desenvolvendo uma luta salarial coordenada, com uma plataforma comum tirada pelas diretorias, assembleias e Conselho de Representantes.

As reivindicações do movimento são: reajustes salariais compostos de dois itens (correção inflacionária e reposição do nível salarial), reajustes semestrais, pleno acesso ao regime de tempo integral e de dedicação exclusiva, valorização das categorias iniciais da carreira e luta por uma porcentagem fixa no orçamento do Estado de São Paulo para a USP, UNICAMP e UNESP.

Nas reuniões do 6º Conad, foi aprovada a realização de um Encontro das três Regionais Paulistas e a elaboração de um Boletim Especial sobre a situação das estaduais.

Memorial de reivindicações

Dentro da luta salarial coordenada das Estaduais Paulistas, a Associação dos Docentes da USP (ADUSP) entregou no dia 11 de outubro ao governador do Estado memorial contendo a reivindicação salarial da categoria (80% de reajuste imediato) e o alerta para a profunda crise em que se encontram as universidades públicas estaduais.

"As universidades paulistas iniciaram o governo Maluf, em março de 1979 com os maiores salários dos docentes do País e terminaram a gestão entre os piores", segundo o prof. José Jeremias de Oliveira, presidente da

ADUSP. O documento também foi enviado a todos os candidatos ao governo do Estado, pedindo que respondam sobre as soluções que pretendem oferecer em relação à crise da Universidade.

Os docentes querem assegurar a alta qualidade do ensino, remuneração condigna para professores e funcionários, condições adequadas de trabalho, orçamentos suficientes para o funcionamento da Universidade, estrutura aberta à participação democrática, com interação permanente com a sociedade e reconposição dos quadros universitários.

Eleições para reitor

A comunidade universitária da Universidade Estadual de Maringá, a partir do final de agosto, estabeleceu um processo democrático para a escolha do reitor, elegendo uma lista sextupla que foi encaminhada ao governador do Estado, que resultou na escolha para o cargo do segundo nome indicado pela comunidade, o do prof. Paulo Roberto Pereira dos Santos.

O processo para a elaboração da lista ocorreu da seguinte maneira: houve uma votação pela comunidade (com 70% de votos de profes-

res) para indicar os candidatos reitoráveis. Foram definidos nove nomes e realizou-se um debate entre eles. Depois disso, houve nova votação, onde escolheu-se os seis mais votados para integrar a lista sextupla.

No final de setembro, o Conselho Universitário homologou a votação — de 35 membros, 30 aprovaram a lista — e no dia 4 de outubro o governador do Estado escolheu o nome mais votado pelo Conselho e o segundo nome mais votado pela comunidade para ocupar o cargo.

Fasubra aprova campanha conjunta

Em reunião do Conselho de Representantes da Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras, realizado nos dias 6, 7 e 8 de setembro em Natal, para discutir as propostas da Campanha Salarial dos Servidores, foi aprovado que as Associações de Servidores façam uma Campanha Unificada com as associações de Docentes, criando para isso uma Comissão Conjunta.

Os funcionários, liderados pela Fasubra, estão exigindo reposição salarial parcial de 61% a partir de 1º de novembro, reajuste semestral de

acordo com o INPC, também a partir do dia 1º, 13º salário para os estatutários, quinquênio aos celetistas e estabilidade no emprego.

O documento final de reivindicações foi encaminhado ao MEC no dia 22, tendo sido discutido em assembleias de cada entidade. A Campanha será coordenada por representantes do Rio Grande do Norte, Paraíba, Minas Gerais e Santa Catarina.

Foi aprovada também a realização de uma avaliação do movimento pela sua Coordenação Nacional, em conjunto com o movimento docente, realizada no Rio de Janeiro.

Lançada Campanha de 1982

Um dos pontos de destaque do 6º Conad foi, sem dúvida o lançamento da Campanha Salarial de 1982 das Universidades Federais Autárquicas. Durante as reuniões do setor foram definidas as reivindicações básicas da Campanha, que teve continuidade com a realização pelas AD's, no período de 16 a 22 de outubro, de assembleias para discutir seu encaminhamento e com a reunião das AD's do setor nos dias 23 e 24 de outubro, no Rio de Janeiro, para avaliação do resultado das assembleias. (Veja abaixo).

O setor adotou a pauta de reivindicações proposta pelo Grupo de Trabalho da ANDES, nos seguintes pontos: (1) reposição salarial de 23,8% a partir de novembro próximo, referente aos salários vigentes em maio deste ano; (2) reajuste a partir de novembro próximo igual ao INPC do semestre que termina em novembro (sobre os salários recompostos de acordo com o item anterior); (3) que daí em diante os salários

sejam reajustados a cada seis meses, de acordo com o INPC de cada semestre, sem escalonamento; (4) que a aposentadoria seja feita com base no salário integral de cada docente; (5) que os celetistas passem a fazer jus às vantagens específicas dos estatutários e vice-versa.

Carreira e Avaliação do Trabalho Docente

Com relação à carreira do magistério das Universidades Federais Autárquicas foram aprovadas as seguintes reivindicações: (1) que seja considerado todo o tempo de serviço anterior em cada categoria no enquadramento na nova Carreira, corrigindo a distorção criada; e (2) que sejam resolvidos os problemas dos visitantes e outros problemas e distorções específicos de cada Universidade, cujas soluções dependem do MEC.

Dia 4: paralisação nacional

Com a maioria das AD's do setor presentes, realizou-se no Rio de Janeiro, nos dias 23 e 24 de outubro, o Encontro Nacional das IES Federais Autárquicas, onde foi proposta uma pauta de reivindicações que prevê uma paralisação nacional no dia 4 de novembro, caso até o dia 3 o movimento não tenha obtido uma resposta do MEC às reivindicações constantes da pauta.

Houve um relato das assembleias ocorridas nas AD's e a apresentação da proposta da Diretoria da ANDES. A seguir, reproduzimos algumas das resoluções do Encontro e a proposta da Diretoria.

1 — Pauta de reivindicações

- 1 — As reivindicações salariais aprovadas no 6º Conad, às quais foram acrescentadas:
- 2 — Que sejam abertos concursos públicos para preenchimento de vagas do quadro de pessoal docente.
- 3 — Que os professores concursados e classificados nas Universidades Federal da Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba, Santa Catarina e outras, sejam contratados imediatamente e regularmente, de acordo com o que dispõe a Carreira do Magistério Superior das Federais Autárquicas (decreto nº 85.487 de 11/12/82).
- 4 — Que seja proibida toda e qualquer forma de contratação a título precário.
- 5 — Manter posição já definida acerca das distorções tal

como expressa em documento entregue ao MEC em 1981.

6 — Que o documento da ANDES seja tomado como base para a reestruturação da Universidade.

7 — Reivindicar a participação da ANDES nas discussões sobre "pré-condições" de reestruturação da Universidade.

II — Formas de encaminhamento

- 1 — Paralisação nacional no dia 4 de novembro. Que a partir desse dia as AD's fiquem sob regime de assembleia permanente.
- 3 — Que dia 3 de novembro seja o prazo para obtenção de resposta do MEC às reivindicações constantes da pauta.
- 3 — Que se constitua uma Comissão da ANDES para comparecer à Brasília no dia 3, para receber a resposta do MEC.
- 4 — Que no dia 6 de novembro seja realizado um novo Encontro Nacional das IES Federais Autárquicas, em Salvador.
- 5 — Que no dia 25 de outubro a diretoria da ANDES remeta carta à ministra da Educação, informando-lhe as deliberações expostas acima.
- 6 — Que a Diretoria das ANDES encaminhe às AD's e à Fasubra documento com resoluções aprovadas no Encontro.
- 7 — Que seja elaborado pela diretoria da ANDES, documento mostrando as relações entre a campanha salarial e a reestruturação.

Conjuntura e Movimento Docente

1 — Estamos vivendo um momento de aceleradas e profundas mudanças conjunturais. Ao nível econômico o estrangulamento do balanço de pagamentos atinge uma situação crítica e os indicadores apresentam um quadro que dificilmente permitirá à política econômica oficial saldar os compromissos externos de 1983. Os cortes no gasto público, a aceleração inflacionária e o aprofundamento da recessão e desemprego tensionarão o momento político e deverão colocar um volume de demandas sociais sobre o Estado, que dificilmente poderão ser atendidas, contempladas ou "negociadas".

A desobrigação do Estado frente a Educação e a Universidade, numa conjuntura de corte orçamentário tenderá a se agravar, associadas a medidas que já começaram a ser ventiladas como corte no investimento público das estatais, mudança na política salarial e outros programas marcadamente necessários.

2 — Neste quadro a mudança na pauta do MEC e a reorientação da problemática de reestruturação da Universidade parecem caminhar na direção de burocratizar as discussões e adiar as decisões.

O conservadorismo histórico da nova ministra, o caráter aparentemente provisório de seu mandato, seus vínculos com o CFE, neste contexto conjuntural inviabilizam qualquer possibilidade de implementação de um projeto de reestruturação que vá além das medidas tímidas já anunciadas.

A tendência no relacionamento MEC/ANDES deverá envolver por uma política oficial de evasivas e indefinições. As reivindicações do movimento serão transferidas por comissão de estudos intermináveis no CFE, reafirmando os limites conjunturais e a fragilidade do MEC no coletivo ministerial. Não teremos interlocutores viáveis nem poderes trabalhar com um calendário preciso, ao que tudo indica a política do MEC é neutralizar nosso potencial de movimento reivindicativo através de repostas vagas e provisórias.

3 — O quadro apresentado explicando, por um lado o acirramento da crise econômica — social e política e, por outro, as perspectivas colocadas pelo "novo" MEC no que tange ao encaminhamento da política educacional brasileira colocam para o movimento docente a necessidade de iniciar um processo mais aprofundado de discussão que lhe permita

reafirmar e/ou redirecionar objetivamente a sua estratégia e as táticas de luta.

Ainda que estas definições devam ser objeto do próximo Congresso da ANDES urge que as AD's já iniciem um processo de discussão destes pontos.

Vale ressaltar, no entanto, que mais e mais as possibilidades de unificação das lutas aumentam. A luta pela defesa do ensino público e gratuito e, dentro dela, as lutas em defesa da Universidade, pela reestruturação, aliadas ao conjunto das lutas específicas de cada setor formam o pano de fundo das questões que se colocam neste momento para a ANDES.

Tendo em vista o caráter desta reunião (AD's Autárquicas) coloca-se a necessidade de, face ao quadro deste setor, tentar trazer à discussão algumas propostas de encaminhamento, que articulem o nível real de mobilização e possibilidades de luta do setor com as exigências do momento político de sociedade brasileira e a reorientação da política educacional do MEC.

4 — Numa avaliação preliminar e parcial da situação do movimento docente, do ponto de vista do seu grau de mobilização, a Diretoria da ANDES constata que é geral a consciência da necessidade de dar uma resposta incisiva ao MEC fixando-lhe prazo para responder às reivindicações em pauta e definindo uma forma de encaminhamento da campanha que permita a um só tempo assegurar o atendimento daquelas reivindicações e acumular forças para enfrentar a situação dos próximos meses que seguramente vai exigir do movimento docente o reforço da luta em defesa da Universidade pública. Para isto, será indispensável articular a campanha dos docentes com a dos funcionários, apesar das especificidades das duas categorias.

Neste sentido a Diretoria encaminha ao plenário das AD's das federais autárquicas uma proposta inicial de um dia de paralisação nacional articulada com os funcionários, em data a ser fixada pelo plenário; durante a qual deverão realizar-se: Assembleias de professores simultaneamente com Assembleias de funcionários; mais rigorosa denúncia do caráter evasivo e desrespeitoso para com a ANDES da audiência com a Ministra da Educação, e da posição desta face às questões da reestruturação e da reivindicação salarial; empenhar-se para obter ampla divulgação da campanha na imprensa. A Diretoria considera que será necessário uma nova reunião de AD's federais autárquicas.

A Diretoria



Partido do Movimento Democrático Brasileiro

Diretrizes para a Educação

Nunca será demais insistir na importância das universidades e das instituições de pesquisa para o desenvolvimento econômico-social, tecnológico e cultural de uma nação, como mostra a experiência dos países desenvolvidos. Tal importância se acentua em face das drásticas alterações que ocorrem atualmente, como a crise energética, os problemas ecológicos, as exigências da nova divisão internacional do trabalho e a necessidade da valorização da cultura brasileira.

No Brasil, o poder público parece ignorar essa realidade. Ao invés de dar alta prioridade ao ensino e à pesquisa de nível superior, tem sido cúmplice do seu esvaziamento, conforme denúncias reiteradas de docentes, pesquisadores, diretores, reitores, alunos e funcionários.

O Estado de São Paulo não tem, infelizmente, fugido a esta regra nacional, sobretudo durante o atual governo. O enorme potencial representado por três universidades públicas estaduais, das melhores do País, bem como por dezesseis institutos governamentais de pesquisa, muitos deles pioneiros em suas áreas de atuação, tem sido desperdiçado de forma dramática. Declina a qualidade do ensino e da pesquisa, enquanto se difundem formas massificadas e de baixa qualidade do ensino superior privado, além de um verdadeiro comércio de diplomas. Hoje, de cada quatro universitários apena um estuda em escola pública e gratuita.

Por trás desse processo está a redução relativa dos recursos públicos destinados à pesquisa e ao ensino superior, sempre acompanhada de tentativas de implantação do ensino pago nas universidades paulistas, bem como a interferência governamental no sentido do interior das universidades. Ou ainda, no caso dos institutos de pesquisa, sua utilização como instrumento de clientelismo político. Como exemplo dos dois primeiros aspectos, cabe mencionar a contínua redução das dotações para o ensino superior no orçamento do Estado, de 5,1 para 3,3 por cento entre 1975 e 1982, e a introdução da lista sêxtupla para a escolha de reitores.

O Governo Democrático de São Paulo empenhar-se-á a fundo na mudança dessa situação, impulsionando — sem ferir sua autonomia — a reorientação das universidades e instituições de pesquisa para suas finalidades sociais, bem como sua democratização interna. As principais diretrizes serão:

1. Aumento gradual dos recursos destinados ao ensino superior e aos institutos de pesquisa, acompanhado da fixação de uma fração mínima do orçamento estadual para as universidades, o que lhes permitirá planejar seu desenvolvimento de médio e longo prazo. Uma das medidas preliminares a este respeito será a liberação das parcelas orçamentárias devidas à Fapesp no decurso do mesmo ano fiscal, procedimento que não vem sendo observado.
2. Estímulo à maior eficiência na utilização dos recursos e das instalações existentes. Isso permitirá, entre outras coisas, ampliar

substancialmente o número de vagas nas universidades públicas. Paralelamente, o governo deverá promover uma rigorosa revisão das aplicações de recursos públicos hoje feitas em empresas públicas ou instituições paraestatais que também desempenham funções de formação, treinamento e pesquisa, muitas vezes de forma redundante ou excessivamente custosa.

3. A reorientação dos esforços de pesquisa na direção dos problemas econômicos, sociais, tecnológicos e culturais considerados prioritários, bem como a maior canalização de recursos para esse setor, serão incentivadas mediante convênios, consórcios e contratos entre os diversos órgãos da administração estadual e suas empresas e autarquias, de um lado, e, do outro, as universidades e institutos de pesquisa, de comum acordo com seus funcionários, técnicos e professores.

4. A democratização interna das universidades públicas será estimulada tanto como um fim em si, quanto como um meio de elevar a eficiência na utilização dos recursos e melhorar adequar suas atividades às prioridades da população brasileira. Nesse sentido, será apoiada maior participação de todo o corpo docente em todos os órgãos colegiados e de direção, bem como uma adequada representação de alunos e funcionários. A própria comunidade universitária deverá encontrar os instrumentos democráticos de escolha e acesso aos diversos cargos e níveis da carreira universitária.

5. Serão organizados sistemas universitários regionais congregando as escolas superiores e centros de pesquisa de diversas regiões do Estado, respeitando sua autonomia e peculiaridades, mas promovendo sua articulação a nível regional com o objetivo de contribuírem para o desenvolvimento das regiões em que se encontram. Inicialmente serão propostas tarefas e/ou projetos específicos de ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade, para gradativamente obter maior integração em suas atividades.

6. Do mesmo modo, será estimulada a contribuição do sistema universitário a atividades específicas do setor público, como nas áreas da educação (reciclagem dos professores de 1º e 2º graus), saúde (reciclagem e atendimento médico da população), agricultura (pesquisas na área dos produtos alimentares de consumo básico).

7. A carreira do pesquisador científico será efetivamente implementada a aperfeiçoada, igualmente, os técnicos de nível médio, hoje em situação aviltante, terão sua carreira e padrão remuneratório valorizados no âmbito das instituições estaduais.

8. A extensão de serviços à sociedade também será incentivada, mediante a criação de um organismo inter-universitário de ensino, pesquisa e assessoramento de atividades comunitárias destinadas a prestar serviços às diferentes iniciativas adotadas por organizações de base, associações civis e representação social.

Partidos Políticos, El

Conforme deliberação do 6º Conad, a Secretaria Geral da ANDES protocolou em Brasília, n até o dia 8 de outubro um texto com suas posições relativas à Educação e ao ensino su

Moção sobre as eleições

As eleições de novembro de 1982 representam no cenário político nacional um processo de maior importância, exigindo a ativa participação de todas as pessoas comprometidas com a construção de uma sociedade justa e democrática.

Os professores universitários, entendendo a importância e a gravidade deste momento político não podem deixar de se manifestar.

As AD's reunidas em Vitória no VI CONAD em 17, 18 e 19 de setembro, manifestam-se pelo repúdio a toda arbitrariedade e a toda legislação autoritária que impede a livre manifestação e organização de todos os setores da população, necessária para o efetivo caminho democrático que constitui a mais legítima aspiração dos brasileiros.

A própria Constituição proíbe aos cidadãos o seu direito fundamental de elegerem diretamente o Presidente da República.

Pelo fim da legislação anti-greve

Pelo fim da Lei de Imprensa e da Lei de segurança nacional

Pela Livre organização partidária

Por eleições diretas em todos os níveis

Pela eleição livre e direta do Presidente da República

Pelo fim da lei dos estrangeiros.

PDS

Até o "fechamento" desta edição, a Secretaria da ANDES não havia recebido resposta ao of enviado ao PD e protocolado em Brasília.



Partido dos Trabalhadores

Pelo Ensino Público e Gr

O Partido dos Trabalhadores nasceu para dar expressão política e institucional aos movimentos de trabalhadores, contribuindo para a sua articulação autônoma e independente. A história da Universidade brasileira nestes últimos 18 anos é repleta de movimentos sociais cuja memória e alcance o PT pretende resgatar, em confronto com o processo contínuo de repressão e limitação a que foram submetidos. As diversas tentativas de modificação da estrutura de poder dentro das Universidades públicas e privadas, as campanhas salariais nas Universidades Federais e Estaduais, as campanhas pelo Ensino Público e Gratuito, feitas a partir de associações de docentes, funcionários e alunos, são exemplos de movimentos sociais autônomos, experiências de ação política que devem ser respeitadas e incentivadas.

por determinar orçamento, forma e finalidade das pesquisas.

Acrescente-se a isso a heteronomia da Universidade no plano financeiro e cultural, marca decisiva das condições de trabalho na sociedade contemporânea: a exploração e a dominação se realizam graças à separação radical entre os que dirigem e controlam o processo de trabalho (manual ou intelectual) e os que o executam.

A democracia, no entanto, significa uma prática que rompa esta divisão entre dirigentes e dirigidos. Por isso, é claro para nós o entrelaçamento necessário entre o pensar e o construir da democracia na universidade e, ao mesmo tempo, na sociedade. Em uma como na outra é preciso transformar a sua gestão e, com isso, suas finalidades e rumos.

Vemos, assim, o PT não como um partido que apenas traz propostas a serem executadas, mas também e principalmente, uma proposta de prática política que consiste em estimular o desenvolvimento de mecanismos de controle do Estado e da representação parlamentar, através de manifestações organizadas da população trabalhadora, tornando seus interesses prioritários na administração da coisa pública.

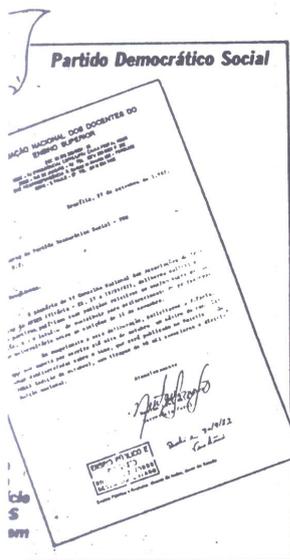
Se o debate sobre a viabilidade do PT já está superado, é um equívoco apontar o PT como partido do futuro, dizendo útil aquele voto dado a uma frente de correntes políticas. Esta frente, embora inclua em suas fileiras lideranças combativas, propõe-se, como um todo, não somente a domar o capitalismo selvagem, querendo fazer crer que os problemas brasileiros se resumem em uma melhor administração do Estado, que para ser legítimo basta ser de direito, sem nunca contestar de fato os interesses que ele está realmente servindo. A instrumentalização do poder público para forçar o trabalhador, pelo abaixamento do seu nível de vida, a arcar com o custo de uma crise econômica pela qual não é o responsável, não se torna legítima ou um mal menor, simplesmente por que o Estado é de direito ou a máquina governamental se encontra sob custódia de uma coligação oposicionista em vez de nas mãos do PDS.

E se há algo de interesse público é o conhecimento e a cultura, sua produção e transmissão, a análise crítica, estética e política neles contida e que deles é feita.

No entanto, sob a tutela do Estado, que longe de universal, representa não somente os interesses particulares que o controlam, nos é imposta a privatização do ensino, manifesta em mingaadas verbais para a Educação e um crescente número de fundações e convênios com empresas privadas e estatais, que acabam

ações e Educação.

o dia 30 de setembro, um ofício solicitando a todos os Partidos Políticos que enviassem perior no País para divulgação no Boletim da ANDES. Aquil, as respostas recebidas.



Partido Democrático Trabalhista

O problema educacional e o imperialismo

Um dos problemas que o Partido Democrático Trabalhista entende como fundamental, que é do programa do partido, é a assistência à criança e à juventude. Daí, há uma preocupação muito grande do PDT com a Educação.

A nossa visão do problema educacional brasileiro é que a Educação foi montada como consequência da estrutura econômica de exploração imperialista. Estruturou-se todo o sistema educacional, a partir do 1º grau até a Universidade em função de um sistema de mão-de-obra barato. Isso tem duas consequências: em primeiro lugar, ausência de recursos dirigidos ao cidadão e, em segundo, um sistema educacional extremamente falho, em termos de qualidade. Da falta de recursos para o setor, decorre uma formação deficiente.

No estado de São Paulo, por exemplo, o que assistimos nos últimos anos foi um relativo aparelhamento físico da rede escolar, que não foi acompanhado de um aparelhamento humano — o quadro de professores continua cada vez ganhando menos, com salários aviltantes, sem esquema de estruturação curricular em função das necessidades nacionais. O 1º e 2º graus dão, em termos de formação, um mínimo indispensável para o indivíduo poder prestar serviços às indústrias.

Isso tudo está associado às condições de pobreza geral do trabalhador, é parte integrante de um quadro geral de exploração. O PDT identifica como causa disso a exploração imperialista. Todo esse sistema que funciona hoje no País é sugado pela remessa de lucro, o que acaba fazendo com que não haja recursos para manter o sistema em funcionamento na área de Saúde, da Educação etc.

A nível da Universidade a situação fica mais drástica ainda. Até 1964, nós tínhamos uma Universidade que, embora pequena, e incipiente, tinha uma certa estruturação que permitia certos avanços significativos ao nível do conhecimento e da tecnologia nacional.

O que nós assistimos depois de 1964 foi a desmontagem sistemática desse quadro, reorientando o sistema universitário para a visão da exploração da mão-de-obra. Então, tolvou-se na Universidade a possibilidade de pesquisa, reorientando-a e tornando-a estéril em termos de conhecimento e tecnologia nacional.

Ao mesmo tempo, foi estimulado o aumento de vagas com as Universidades particulares, introduzindo a visão do profissional como mão-de-obra para a indústria. Por isso também ocorreu a desvalorização das matérias humanísticas dentro da Universidade.

O que nós consideramos fundamental é retomar na Universidade esse papel de formadora de conhecimento, cultura e tecnologia, que a nosso ver é uma ferramenta fundamental para a independência nacional.

Outro aspecto que deve ser levantado é a questão do ensino particular e do ensino pago. O regime introduziu a Universidade paga, baixou o nível e introduziu a visão de Universidade como uma forma de comércio. Então, existem hoje inúmeras Universidades particulares, abertas sem o menor critério. A maioria são meras firmas de vendas de serviço. Como consequência de todo esse processo, o professor universitário teve seu salário rebaixado. No fundo, isso também é uma peça desse processo de desmontagem da Universidade.

O professor também acaba tendo que entrar no sistema de exploração de mão-de-obra, tendo que dar aulas em várias escolas, principalmente as faculdades particulares — que revidem essa mão-de-obra para os alunos. Cobram muito do aluno e pagam pouco para o professor.

Nós temos como meta o ensino público e gratuito em todos os níveis. Esse é um dos objetivos do PDT, que faz parte de todo um processo de transformação da realidade que estamos preparando.

atuito

Está claro que esta não pode ser nossa visão. O Partido dos Trabalhadores nasce dos movimentos populares e sindicais, constrói seu programa a partir das reivindicações concretas dos trabalhadores, nas lutas do dia-a-dia. Assim o PT assume a proposta da ANDES para a Universidade em seus aspectos fundamentais por entender que esta proposta foi construída por aqueles que, no meio universitário, têm lutado pela organização da categoria e portanto são a grande força transformadora da Universidade, ao lado de funcionários e estudantes.

Assim, o Partido dos Trabalhadores defende a eleição direta dos dirigentes universitários, percentual fixo nos orçamentos para garantir o funcionamento adequado das Instituições Educacionais, a organização independente de alunos, professores e funcionários, a autonomia universitária manifesta concretamente em gestões democráticas, com discussão ampla de orçamentos e políticas, e melhores salários, e condições de vida e trabalho.

Defende um padrão único de qualidade da Universidade, respeitadas as diferenças regionais e repudia qualquer tipo de censura ou violação cultural o mercantilismo que toma conta do Ensino.

Defende o Ensino Público e Gratuito e a elaboração de uma política cultural que permita a participação do trabalhador como sujeito do conhecimento e da cultura.

O PT se propõe a lutar pelas propostas indicadas e a representar no Governo do Estado, nas Assembleias e Câmaras, a organização independente dos trabalhadores, única forma de garantir o atendimento de suas legítimas reivindicações.



Partido Trabalhista Brasileiro

Valorização do Docente

A igualdade de oportunidades para todos é para o Partido Trabalhista Brasileiro, condição fundamental em qualquer programa de ação governamental, como princípio básico da justiça social, sem a qual será sempre em vão falar em democracia.

No campo da educação, a igualdade de oportunidades é, ao mesmo tempo, o ponto de partida e a meta a que devemos chegar, pela pregação, atuação parlamentar e ação, no governo.

A fim de que se atinja a igualdade de oportunidades, só a ação do Estado poderá garantir a existência de escolas para todos. No caso do ensino superior, para todos os que, com a imprescindível condição bio-psicológica, dispõem da determinação, fator moral, para usufruir dos bancos universitários os resultados a que façam jus, no seu legítimo direito e no interesse da comunidade nacional. Assim sendo, a escola superior, como a de primeiro e a de segundo grau, há de ser aberta a todos. Sem distinção de cor, raça, credo ou qualquer outra conotação estranha à aptidão pessoal e ao esforço pedagógico.

A gratuidade do ensino superior oficial deve ser mantida.

Mas, não basta. É necessário e é urgente que se expanda a rede oficial de escolas superiores de modo a que possam alcançar os milhares de jovens que batem às portas do ensino universitário, todos os anos, sem que consigam, por falta de vagas ou de recursos próprios, alcançar a oportunidade a que têm direito. Os últimos tempos registram no país o congelamento da rede oficial de escolas superiores, ensejando o crescimento exclusivo das instituições particulares, cujo custo nem sempre é acessível ao bolso dos estudantes, marginalizando-se, assim, precisamente os que têm mais carência. As estatísticas nacionais com todas suas falhas conhecidas e reconhecidas, apontam, nas duas últimas décadas, um crescimento significativo do número de

estudantes nas Universidades e demais escolas superiores do Brasil. Mas, quando se exibem tais números, esquecem-se, via de regra, os que os comentam, de confrontá-los com o quadro da realidade nacional, no qual se constata que o aumento do alumnado brasileiro no ensino superior procede de uma verdadeira distorção no sistema educacional do país, que é a favorecida expansão, praticamente exclusiva, da rede de escolas particulares.

O ensino superior mantido pela iniciativa privada pode e deve prosseguir, expandindo-se pelos seus próprios meios. O PTB não adota tese totalitária do monopólio estatal do ensino. O Partido Trabalhista Brasileiro prega a educação como direito de todos e obrigação do Estado. E luta por isso. Mas, não se afasta do preceito democrático de que a educação é também livre à iniciativa particular, respeitada a legislação que deve regular a matéria. E é nessa legislação que se encontram os freios com que se deve evitar a deformação da escola que não pode, em hipótese alguma, estar colocada a serviço da ganância comercial.

A Nação toda reclama mais escolas de terceiro grau para a juventude que representa significativo percentual da população brasileira.

Simultaneamente com a expansão da rede oficial de escolas superiores, há que ser providenciada a localização adequada das novas escolas, com o propósito de ir melhor ao encontro dos que delas mais estejam necessitando.

Multiplicar as oportunidades de matrícula é uma das medidas que devem ser buscadas quanto antes. Mas, não é a única. Além da localização adequada das novas unidades de ensino superior, nos centros mais necessitados do país, é prioritária a preocupação com a qualidade do ensino. O clamor pela melhoria dos padrões pedagógicos da escola superior é uma constante. Não há como desconsiderá-lo.

Para atender à necessidade de melhorar a qualidade do ensino superior, é indispensável dotar a escola de recursos com que aproveitar melhor a capacidade dos professores e o esforço dos alunos. Nenhuma política educacional que se proponha a melhorar a qualidade do ensino, neste como em qualquer outro país, poderá ser levada a sério, se não partir da valorização do pessoal docente. As condições de vida e de trabalho dos professores podem condicionar o rendimento de seu trabalho profissional. Embora não haja dinheiro que pague o trabalho do educador, dada a sua peculiar natureza e significação social, o trabalho do educador deve ser pago também com dinheiro, porque, fora de função, ele é uma criatura humana como as outras, vinculada a exigências de ordem econômica e financeira, que não inventou, mas das quais não pode se desvincular.

Quanto ao relacionamento dos poderes públicos com o professorado, especialmente a postura do Executivo em face dos professores, o Partido Trabalhista Brasileiro defende o cumprimento, na prática, dos compromissos assumidos pela representação do Brasil, em nome do Governo Brasileiro, na Conferência das Nações Unidas, na UNESCO, em Paris, em 1966, quando votamos a favor e assinamos a "Resolução Relativa ao Pessoal Docente", histórico documento democrático que consagra os direitos universais e atuais dos professores e de suas entidades legitimamente representativas.

Não se pode enfocar as necessidades atuais do ensino superior no Brasil sem atentar, particularmente, para as responsabilidades sócio-econômicas da escola superior, sempre profissionalizante, tendo em conta a formação profissional diversificada para atender às necessidades nacionais e sociais do desenvolvimento integrado e às reais possibilidades do mercado de trabalho.

Ampliar a organização nacional dos trabalhadores e fortalecer a Pró-CUT

Debatida durante o 6º Conad, a questão da criação de uma Central Única dos Trabalhadores é, sem dúvida, um tema polêmico dentro do movimento docente. Tendo em vista explicitar esse debate, o Boletim ANDES abre espaço para a questão.



Ilustração de Seth para o jornal A Voz do Trabalhador Órgão da Confederação Operária Brasileira (17 de maio de 1913).

Em reunião realizada no dia 17 de julho de 1982 com a presença de 306 seus membros, a Comissão Nacional Pró-CUT, analisando documento produzido pela CONIAG-Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (1), revisa deliberação anterior favorável a realização do I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras durante o ano em curso e aprova por 29 votos a favor, contra um e seis abstenções o adiamento do referido Congresso para 1983.

Esta decisão motivou que três interiniciais - RS, SP e Goiás - tomassem a iniciativa de convocar reunião para São Paulo, marcada para dias 28-29 de agosto a qual compareceriam representantes de 15 estados, 6 com delegado, sendo as demais observadoras. Quanto ao caráter desta reunião, os presentes aprovaram por 11 votos contra 26 que não fosse deliberativa, tendo apenas caráter indicativo as proposições das resultantes (2).

A Comissão Nacional Pró-CUT, 17 de julho, marcou reunião para dias 11-12 de setembro, com a participação de três representantes de cada estado, além de seus naturais integrantes. A pauta desta reunião: (1) Balanço do Movimento Sindical; (2) Critérios para a reorganização da Comissão Pró-CUT; (3) Congresso (a) organização; (b) data e (c) local (3).

Este evento marcado para às 8:00 horas do dia 11 de setembro, teve início às 15:00 horas no mesmo dia, sendo precedida por reunião da Comissão Nacional Pró-CUT tendo como intuito apreciar proposta de ampliação das representações dos estados. 10 representantes ao invés de 3. Por 24 votos a favor contra 11, foi mantida a decisão anterior da Comissão Nacional Pró-CUT. Sendo, também derrotada outra proposta de que a votação em plenário se realizasse através do conjunto de um único voto por estado. I sua reunião sugeriu que os estados com mais de 03 delegados, decidissem os três companheiros e participassem da plenária. De 21 delegados presentes, sete se apresentaram com mais de três delegados - CE, ES, GO, RS, SP e PA (4).

Na plenária, após a abertura dos trabalhos e a definição frente a composição do Colegiado Eleitoral, houve breve interrupção por conta da insatisfação de algumas delegações que não aceitavam o critério de participação proposto pela Comissão Nacional Pró-CUT.

O início das atividades ocorre com a afirmação do presidente da mesa que prevaleceria a decisão tomada no interior da Comissão Nacional Pró-CUT.

Esta afirmação motivou intervenções em sentido contrário e, posteriormente, a declaração de representantes de 4 delegações e de delegado, individualmente que se retiraram da reunião manifestando seus pontos de discordância. Nesta oportunidade 9 membros da Comissão Nacional Pró-CUT julgaram seu mandato expirado e saíram da mesma forma (5).

Permaneceram na reunião 30 integrantes da Comissão Nacional Pró-CUT e 39 delegados.

A parte da discussão referente ao balanço do movimento sindical foi muito pobre. A falta de uma avaliação procedente do interior das entidades sindicais limita o balanço a um diagnóstico que oscila entre as críticas acirradas a Comissão Pró-CUT e uma apologia dos avanços das entidades sindicais.

A pouca profundidade das intervenções exauriu as análises num nível de consideração bastante primário que nos dá uma perspectiva e promessa de desdobramentos além da constatação do estado de organização precário em que se encontra o movimento sindical. Outro aspecto, que marca as intervenções é a tentativa de capitalização dos avanços do movimento sindical e a transferência das responsabilidades pelos doceristas para outros companheiros. Em linhas gerais devemos salientar que a maior parte das intervenções não conseguiram empreender as tarefas propostas na CONCIAT.

Na Democratização das Entidades, um Seguro Caminho a Seguir

Há uma tendência imobilista no seio do movimento sindical que tem suas raízes em vacilações, decorrentes da falta de clareza e da insegurança diante de incertezas a frente, em conceitos que privilegiam o processo de acumulação de forças e estão promovendo situações que colocam em risco o controle da direção do movimento; no temor de que divisões, secularizadas, estivessem no movimento sindical ganhem amplitude e se cristalizem, produzindo irreparáveis efeitos.

Acreditamos que, face a situação de refluxo passivo e ao esvaziamento das atividades programadas por muitas entidades de base, o choque de concepções no interior do movimento sindical adquire-se, nutrido-se, não da dinâmica, mas da ausência das massas, com isto se exacerbando no setarismo e as dificuldades afetas ao trabalho coletivo.

O avanço das lutas sindicais nos anos recentes demonstra que não vamos eliminar o cupulismo recorrendo a táticas "espúrias", aos cochinhos que inibem e que entupem a ação das massas. As massas devem ser entregues, todas as decisões. São elas que credenciam e dão suporte as nossas campanhas. O processo de democratização dos sindicatos se inicia com a adoção de toda a categoria as suas entidades de representação, com a sua sindicalização, com o questionamento, muitas das vezes elementar das práticas elitistas de suas direções.

Para que o movimento sindical mude de qualidade, continue crescendo, se faz necessário que nos desbrucemos num trabalho constante que conjunja a ampliação do

quadro de associados com a formação de novas ativistas, que aumente e renove às suas direções.

F a participação consciente e organizada do conjunto dos trabalhadores nos seus sindicatos e associações que vai depender a mudança de qualidade do movimento sindical. Confinado à disputa de espaço pela hegemonia, ou ao confronto de correntes, que muito têm contribuído com a reatuação das entidades de classe, o movimento sindical brasileiro dificilmente conseguirá fluidez com toda a pujança, com autenticidade, carregado de novas experiências, liberto dos skons que o deformam e retardam a emancipação dos trabalhadores.

A situação do movimento sindical a nível nacional não sofrerá mudança de qualidade sem que se alterem e se fortaleçam as condições de funcionamento das entidades de base, os sindicatos.

A democracia, necessária para que nossas iniciativas ganhem mais consistência, requer para sua implantação um envolvimento num profundo no terreno sindical, alargando-o para a participação de todos os ativistas em suas entidades de base.

Avançar Corretamente Nosso Papel e Organizar as Entidades e Interiniciais

Não podemos generalizar a ideia de que o conjunto das entidades possui uma organização e uma dinâmica semelhante a daquelas que configuram o tipo de participação desejada para o movimento sindical.

Tampouco devemos supor que substanciais mudanças de qualidade na atuação de um sindicato possam ser produzidas de fora para dentro, por força de aprovação de um programa mais avançado num evento interinicial, como se, mecanicamente, se estabelecesse uma relação de compromisso com tais resoluções, sem considerar o nível de consciência e o grau de mobilização atual na grande maioria das entidades de classe.

Tal e qual importância de nossas as avaliações refletam verdadeiramente as expectativas e a disposição de luta dos que integram as entidades ao invés de nossas concepções particulares sobre o movimento.

Ficamos muitas das vezes por indústrias a aprovação de propostas sem correspondência com a dinâmica real do movimento. Pensamos, posteriormente, e assumimos este erro. Por aínda é atribuído ao próprio movimento a inércia, desmotivação, subjugação a uma avaliação e a um prognóstico falhos.

Este tem sido em muitas oportunidades o procedimento adotado por algumas direções do movimento sindical. Vejamos, hoje e conjeturas de uma greve casual de ampla mobilização a partir de 1º de outubro de 81, comprometemos, o conjunto da classe trabalhadora com um elenco de proposições que escapam a sua consciência atual, exemplo é luta pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

As invés de sincera e serenamente registarmos os iminentes perigos e avanços compreendidos nas lutas travadas recentemente nos permitimos aceitar uma posição cômoda, atribuindo a algum companheiro nossos equívocos comuns. Ou então, o pior, cinicamente, acomodarmos, se seguirmos na brecha que vamos retirar a escada.

O movimento sindical exige de cada um de nós um grande esforço em prol da construção de alternativas que agreguem todos os segmentos comprometidos, com as lutas dos trabalhadores. As relações e as emulações, que não conseguem escender a disputa pela hegemonia, tem sufocado e causado grandes prejuízos ao processo de recondução da classe operária e dos demais trabalhadores da cidade e do campo ao cenário político.

A tentativa de caracterizar um amplo espectro de sindicalistas como "pelegos" ou como defensores de estrutura sindical vigente em nosso país, em oposição a um bloco "combativo" que se reivindica como o legítimo defensor da classe trabalhadora, serve, apenas, aqueles que pretendem estabelecer fronteiras, codex e condenar o movimento sindical a atrofia, tornando-o presa fácil das correntes que militam neste campo e buscam deter a hegemonia na condução deste processo, mesmo ao preço da falência do movimento.

Devemos ter claro que as questões intersetoriais as entidades sindicais são serão resolvidas por força da dinâmica que orienta a ação dos integrantes destas entidades. Patrinar o paralelismo ou procurar impor o "programa", modelado sem consideração as peculiaridades, o nível de consciência e a situação de luta dentro da grande maioria dos sindicatos é no mínimo uma postura ingênua.

Travada sem critérios, a luta pela hegemonia na condução deste processo tem esvaído um preço muito elevado para o conjunto dos trabalhadores. Esta hegemonia baseada mesmo ao preço do isolamento e da atrofia do movimento sindical, gera situações anômalas.

No Conjunto dos Trabalhadores o Verdadeiro Furo da Luta Política e Ideológica

A hegemonia no movimento deve ser conquistada dentro do movimento de massas e não à custa da sua anulação. Não foram os "pelegos" que amoldou os sucessos dos eventos interiniciais, que frearam as manifestações de 1º de outubro e 16 de novembro de 1982. Contudo foi o conjunto dos trabalhadores que compeliu a ida do Presidente da CNII as escadarias do Congresso na oportunidade em que era votado o Pacote da Previdência. Na medida em que sejam criadas as condições para a

participação ampla e plena dos trabalhadores no interior de suas entidades constituindo-se a consciência sobre a necessidade da criação de organismos de representação das diversas categorias da classe trabalhadora, o movimento sindical, como um todo, estará dando um significativo salto de qualidade.

Neste momento, o que não podemos supor, sob pena de estarmos incorrendo num sério equívoco é que pareça expressiva da classe trabalhadora já tenha assumido a construção da CUT, despetado para sua importância para a exigência de que seja um organismo democrático e autônomo, melhor dizendo, desarticulado do Estado.

A Central Única dos Trabalhadores ou será uma promoção conjunta dos trabalhadores da cidade e do campo, sendo constituída pela vontade de todos que atuam no movimento sindical, ou se converterá num apátrido do cupulismo, do aparelhismo ou da instrumentalização dos trabalhadores de base que ainda tímida e indolentemente participam desta iniciativa.

A CUT pela base representa não apenas a possibilidade de criação, mas a sobrevivência, a sustentação, a certeza de que o trabalho atenderá aos objetivos para os quais foi proposta organizar e mobilizar, nacionalmente, o conjunto dos trabalhadores na defesa de seus interesses.

A falta dicotomia estabelecida pelos companheiros que pressupõem o movimento sindical composto por "combativos" e "pelegos" não esclarece as dificuldades que estão a atuação no interior das entidades sindicais, nem tampouco oferece elementos para alterar o quadro de reflexos das lutas dos trabalhadores em todo o país. O compromisso permanente de todos os sindicalistas com o fortalecimento de suas entidades pressupõe e comporta iniciativas que visem a ampliar os canais de participação, abertos cada vez mais o movimento sindical a atuação de todos que buscam nele se integrar.

A nossa concepção de unidade não pode se constituir apenas numa declaração de intenções ou numa forma espúria de manipular ou instrumentalizar o movimento sindical.

A Unidade que Queremos...

O apelo à unidade tem sido a tônica do discurso de quase todos os militantes no campo sindical. Há algumas correntes que avancam a si uma índole unitária, na qualidade de "interiniciais da Unidade Sindical". Em verdade, muitas das vezes este discurso tem sido empregado como um subterfúgio para produzir o esvaziamento e a diluição das lutas dos trabalhadores. A unidade, essencial para a consecução dos objetivos imediatos e históricos da classe trabalhadora, incorpora-se a uma retórica que, abstrairdo movimento, favorece não somente a modificação da prática rotineira com todos os artifícios empregados para confundir e ludibriar os trabalhadores. Devemos denunciar e rechaçar todas as atitudes que promovem ou cristalizem estas lutas para o avanço de nossas lutas. Devemos, também, ter clareza que a manipulação pode estar presente no discurso que chama a unidade e não se compromete com as condições concretas. O chamado a unidade traduzido em mais sinceras expectativas do conjunto dos trabalhadores, haverá de reunir e somar todas as forças comprometidas com a luta por melhores condições de vida e trabalho, produzindo através de iniciativas unitárias transformações na estrutura sindical de nosso país. O apelo a unidade não pode se converter no canto de sereno dirigido aos trabalhadores.

Clair uma Sólida Conciliação sobre a necessidade da CUT

Criticamos as hesitações e alguns procedimentos da Comissão Nacional Pró-CUT. Na nova avaliação, contudo, estes equívocos refletem em grande parte as deficiências, a desorganização e a desmobilização do movimento sindical, mesmo do segmento que se reputa como seu polo mais avançado. A falta de iniciativas no encaminhamento da CONCIAT, o proclamação da decisão, só foram possíveis porque de fato estas questões ainda não ganharam corpo e, portanto, não suscitou grandes movimentações no seio das várias categorias de trabalhadores.

Saltando, então, na oportunidade, dentro dos canais próprios, formalizamos nossas críticas a estes procedimentos, observamos, também, que fica implícito o reconhecimento de lutas dentro da grande maioria dos sindicatos a direção legitimamente escolhida para promover a I CONCIAT. O processo de questionamento que pode se desdobrar no paralelismo ou na autoafirmação, não oferece alternativas que orientem no sentido da consecução do nosso mais caro objetivo: a criação da CUT. O movimento sindical, nos marcos do processo em curso, escolheu, diretamente, seus fóruns de deliberação como sendo a Pró-CUT, as Interiniciais, as ENCLIAS e o CONCIAT. É para estas instâncias que devemos dirigir proposições e nelas lutar pela eleição das propostas consideradas válidas pelo conjunto dos sindicalistas que a integram.

Em poucas palavras é a Pró-CUT que temos e não o que idealizamos a legítima direção nacional do movimento sindical.

Entre os sindicalistas devem ser rechaçadas todas as soluções de força e os golpismos que visam a impor medidas contrárias às práticas consagradas universalmente pelos trabalhadores.

Não coexistamos com os expedientes utilizados pela Comissão Pró-CUT e por seus integrantes, no plano

regional, para que prevaleça a eleição do adiamento do I Congresso das Classes Trabalhadoras. Usamos, ver não aos demais companheiros, nos eventos interiniciais dos quais participamos. Entretanto, nossos pontos de vista e nos submetemos, sejam as considerações em contrários, sejam as decisões adotadas democraticamente.

O nosso compromisso permanece e, em signt. Vamos construir uma Central Única dos Trabalhadores.

Nosso Compromisso: Construir Uma Central Única dos Trabalhadores

Compete ao movimento docente, como parte interessada no processo de organização da classe trabalhadora, e no avanço das lutas democráticas se integrar plenamente a este processo. Temos claro que a destinação de recursos organizacionais para a educação, como para a saúde, habitação e outros serviços públicos, só atenderá aos nossos anseios no quadro de uma sociedade democrática, gerada pelos trabalhadores.

O nosso plano das potencialidades da técnica e da ciência, a educação e uma proposta de universalidade, voltadas para o atendimento das necessidades de nossos povos, exigem para o seu definitivo desenvolvimento, a articulação e o compromisso do movimento docente com as lutas dos demais trabalhadores.

O movimento docente, através de suas entidades, não deve favorecer ou criar qualquer articulação que desvie o centro de decisões para fora das instâncias eleitas pelo movimento sindical. Especificar a participação das entidades nestas articulações representa para nós configurar a convicção de que a unidade se constitui no embate franco e fraterno de posições entre companheiros, nos fóruns constituídos através da experiência de lutas dos trabalhadores, as associações de classe e as interiniciais. Ao nos incutirmos como entidades que representam os interesses de lutas sindicais, buscando ter o claro entendimento dos prejuízos das elites e dos parafilarmos para o conjunto dos nossos companheiros.

As Associações de Docentes que produziram uma experiência impar no processo de organização da classe trabalhadora, com a fundação do ANDES e que propiciaram duas potentes demonstrações de mobilizações unitárias, democráticas e nacionalmente centralizadas, ao se incorporarem a Direção Nacional do movimento pela construção da CUT, oferecem uma postura, porfirio edificante, experiência que revela as potencialidades do nosso movimento autônomo, servindo como uma rica ilustração e um prognóstico do que vislumbramos como uma unidade de trabalhadores criada pela base.

Wagner Braga Baiter, Diretor da ADI FFB-CG e Delegado da Interinicial, Única de Paraíba e Representante Ampliada da Comissão Nacional Pró-CUT, 11 e 12 de setembro de 82.

REFERÊNCIAS

- 1 - Porque decidimos não participar do Congresso da Classe Trabalhadora e como pelo seu adiamento - Posição da CONIAG - 16/Julho/1982 (anonim).
2 - Informe da Reunião de São Paulo - Documento apresentado pela representação da Interinicial do Rio de Janeiro à Reunião de 18/29 de agosto de 1982 (anonim).
3 - Boletim Pró-CUT n.º 4 - Julho/82 pag. 4
4 - "As Trabalhadoras Brasileiras".

Quanto da Participação das representações Interiniciais na Reunião Ampliada da Comissão Nacional Pró-CUT

Estado	Membros da Pró-CUT	Delegados das Interiniciais
Amapá	0	1
Amazonas	0	1
Bahia	2	3
DF Federal	1	3
Ceará	1	3
ES	2	4
Goiás	1	2
Maranhão	1	2
Mat. Grosso	1	1
MG do Sul	1	2
MT	3	1
Paraná	1	3
Paraná	1	3
Paulista	1	1
R. Janeiro	4	1
R.G. Norte	2	4
R.G. Sul	2	4
S. Catarina	1	2
SP	1	2
Sergipe	1	1
Sergipe	1	1
Tocantins	1	1
Paraná	1	1

4 - "Impedido que os insurretos continuem" Jornal "O Trabalhador" n.º 149 (12/23 de setembro de 1982) pag. 4

A questão do ensino privado na proposta da ANDES

O movimento docente, quando da elaboração da Proposta da ANDES para a Universidade Brasileira, posicionou-se contra os subsídios às IES particulares. Contudo, durante o 6.º Conad, essa posição foi contestada por algumas AD's do setor, com a apresentação do texto elaborado pela Associação de Docentes e Pesquisadores da PUC-RS, reproduzido abaixo.



Introdução

Porque não aceitamos a proposta da ANDES em relação às IES particulares de supressão para o simples dos SUBSÍDIOS e a entrega das mesmas ao capital privado? No momento em que se propõe a reestruturação do ensino superior visando um único modelo de UNIVERSIDADE, através da melhoria da qualidade do ensino ministrado e das condições de trabalho dos docentes, bem como da maior democratização e autonomia às instituições, não é necessária uma análise mais apurada da realidade do ensino privado no Brasil.

"70% dos alunos e quase 50% dos docentes vinculados às IES Privadas"

Os dados de realidade nos apresentam aproximadamente 70% dos alunos e quase 50% dos docentes vinculados às IES privadas. Propor um modelo de Universidade ignorando esta realidade é não tratar com a devida seriedade um problema desta dimensão.

Motivados pela busca de um padrão único de Universidade e com o objetivo de oferecer elementos para a discussão entre as IES particulares é que elaboramos este documento preliminar, o qual gostaríamos de ver estudado, criticado e avaliado pelos colegas destas IES que se constituem em parcela considerável dos professores que a ANDES representa.

As mesmas tempo se pretende viabilizar a condução das discussões no interior das AD's das IES particulares bem como permitir a ampliação desta discussão naquela IES onde a formação de AD's foi muitas vezes impedida envolvendo, desta forma, toda a comunidade acadêmica nas bases de um padrão único de Universidade.

II - A Situação Atual do Ensino Superior no País e o Processo de Privatização e Seus Conseqüências.

a) O processo de privatização

O ensino superior no Brasil, articulado sob a forma integrada de Universidade, só surgiu depois de 1930. Até então se apresentava sob a forma de estabelecimentos isolados independentes que atendiam a uma clientela reduzida.

"A expansão das vagas começou a ocorrer de forma significativa somente a partir da década de 50"

A expansão das vagas começou a ocorrer, de forma significativa, somente a partir da década de 50, e se acelerou nos anos 60.

Se até meados dos anos 60 o Estado assumia basicamente o ensino de 1.º Grau e o Superior, deixando o 2.º Grau entregue à iniciativa privada, começará, a partir daí, a reduzir seu investimento no 1.º Grau e ampliar a rede pública no 2.º Grau. Sendo, assim, uma demanda adicional pelo ensino Superior. Da mesma forma, a equivalência ocorrida no início dos anos 60, dos cursos técnicos secundários ao curso colegial propedêutico para o curso de ingresso no 3.º Grau, aumentaram o número de aspirantes ao ensino superior.

Esta demanda real crescente, associada à imagem de ascensão social via ensino superior que os setores médios da população apresentaram, passaram a pressionar o Estado com vistas à expansão de vagas no 3.º Grau.

O não considerável de excedentes aos cursos Universitários que em 1968 chegou a atingir 125.000 estudantes foi crescendo nos anos subsequentes até atingir praticamente 184.000 em 1970, isto é, 55,9% dos inscritos no vestibular.

Para fazer frente a esta procura, o Estado, através do Conselho Federal de Educação, passou a liberar as autorizações para criação de novos cursos, provocando uma verdadeira avalanche dos mesmos: enquanto foram concedidas somente 10 (dez) novas autorizações em 1962, serão oferecidas 118 (cento e dezoito) em 1968 e 278 (duzentos e setenta e oito) em 1972.

A Reforma Universitária proposta em 1968 visa fazer frente, pois, a esta demanda dos setores emergentes da sociedade nacional, bem como ampliar a intensa mobilização estudantil do final dos anos 60, que apresentava como "palavra de ordem": mais vagas nas universidades.

An reconhecer a necessidade de ampliar as vagas no 3.º Grau, o Estado, contudo, não quis assumir a sua manutenção total, preferindo direcionar seus recursos para investimentos mais lucrativos (grandes obras viárias, grandes projetos energéticos, etc.) e abriu uma nova frente para a iniciativa privada.

"A expansão do ensino brasileiro significou na prática a privatização dos mesmos"

Desta forma, a expansão do ensino superior brasileiro significou, na prática, a expansão da privatização do mesmo.

Se até 1963 o Estado era o principal responsável pelo ensino superior no país, mantendo 62% das escolas, irá transferir esta responsabilidade para a iniciativa privada de forma a que esta, em 1970 seja a responsável por praticamente 75% do ensino superior, mantendo este percentual durante toda a década de 70 e atingindo em 1980, 71,9% do ensino de 3.º Grau no país.

O número de alunos matriculados no 3.º Grau se expande significativamente chegando em 1968 a representar 398,6% das matrículas em 1960 e, em 1970 atingirá 456,6%, em 1974, 1.005,4%, representando, em 1976, 1.412,7%.

Esta concentração, entretanto, se dará predominantemente nas IES privadas, pois enquanto o crescimento de matrículas no período 66-70 foi do 198% nas IES públicas, foi de 516% nas privadas. Da mesma forma, se este crescimento foi grande nas Universidades (entre 70 e 72 representou 440% das matrículas), no mesmo período a expansão das matrículas nos estabelecimentos isolados foi de 98,7%. Assim, se no início da década de 70 o número de matrículas no 3.º Grau era praticamente o mesmo nas IES públicas (49,3%) e privadas (50,7%), no final da década a privatização fica evidente quando encontramos somente 35,9% dos alunos em Universidades e/ou Estabelecimentos Isolados públicos e 65% nas privadas.

A Reforma Universitária implantada no final de 1968 preocupou-se em apresentar um modelo de sistema educacional no país que visasse a maior eficiência das instituições superiores através da obtenção da máxima produtividade com um "mínimo de custo operacional possível", defendendo o princípio

da desburocratização do Estado em atuar com todas as despesas da educação. Desta forma, incentiva a iniciativa privada através de subsídios vultosos que permitiram a criação de grandes campus universitários, impedindo, através do Decreto Lei nº 374/69, as IES, reduzir a oferta de vagas de forma a continuar absorvendo a procura e evitar as tensões provenientes do Movimento Estudantil Assim, Universidades que chegaram a possuir um orçamento majoritariamente coberto pelos subsídios governamentais, passaram a receber menos de 2% destes subsídios.

"A desburocratização do Estado em manter cursos superiores estimulará nos Estabelecimentos Isolados o caráter empresarial do ensino"

Para contornar as dificuldades dos setores médios que aliam à Universidade em atuar com os custos financeiros do ensino e reduzir a pressão sobre a rede pública, a tornar viável a sobrevivência do ensino privado, o Governo vai instituir o Programa do Crédito Educativo, fazendo o estudante financiar seus estudos mediante empréstimos a serem pagos após a conclusão do curso.

Se a oferta de vagas nas IES públicas se dá de uma forma mais homogênea entre cursos da "área das ciências exatas, de saúde e agrárias" e da "área das ciências humanas, letras e artes", nas IES privadas o comportamento das Universidades será distinto daquele dos Estabelecimentos Isolados.

Enquanto as Universidades procuram equilibrar a oferta nas duas áreas (41,2% das matrículas pertencem à 1.ª área e 58,8% à 2.ª área), nos estabelecimentos isolados as matrículas concentram-se prioritariamente na 2.ª área (73,9%).

Desta forma, a desburocratização do Estado em manter os cursos superiores estimulará nos Estabelecimentos Isolados o caráter empresarial do ensino, fazendo-os oferecer um tipo de curso que exige menos investimento, menos infraestrutura e absorve uma parcela considerável de demanda. Passam a desenvolver, então, um tipo de ensino massificado, super-utilizando e sub-remunerando sua mão-de-obra através da contratação, dos professores pelo regime de tempo de HORA/TA, e de desproporcionalidade com a criação de condições de trabalho e de aprimoramento profissional que garantem uma qualidade adequada do ensino oferecido.

"Somente 12,09% dos professores das IES Privadas possuem contrato por regime de tempo especial"

Quando comparamos a relação professor/aluno das IES públicas com as IES privadas, verifica-se que a proporção do número de alunos por professor é consideravelmente superior nas últimas, o que revela uma super-utilização da mão-de-obra empregada nas IES privadas.

Se, fôrmos considerar que cada aluno matricula-se, em média, em 5 disciplinas, nas IES públicas o professor teria turnos de, em média, 41 alunos, enquanto nas IES privadas, este mesmo professor teria aulas para turmas de, em média, 80 alunos, o que representa mais do que o dobro de alunos das IES públicas.

Da mesma forma, quando comparamos o número de docentes em tempo integral nas IES públicas e privadas em 1960, verificamos que enquanto 53,81% dos docentes de IES públicas são contratados em regime de tempo integral os restantes 46,19% são em regime de tempo parcial (120,130) somente 12,09% dos docentes em IES privadas possuem contrato por regime de tempo especial (integral ou parcial), ficando os 87,91% restantes na qualidade de horistas.

Estes dados servem para confirmar a dependência nas condições de trabalho entre os docentes das IES públicas e privadas e podem explicar a diferença na qualidade do ensino produzida nas últimas, bem como evidenciam a dificuldade que os mesmos encontram para apresentarem uma produção científica razoável.

Assim, enquanto as Instituições públicas habilitaram-se como centros de excelência acadêmica centrando seu investimento naqueles cursos que exigem maior complexidade: equipamentos, etc. e, com isso, obrigando-se a manter um número maior de professores com regime de tempo integral, incorporando a pesquisa e desenvolvendo programas de pós-graduação que visam todos, ao menos ideologicamente, o aprimoramento da qualidade de ensino, as IES privadas, no seu conjunto, não apresentam o mesmo quadro.

"Os retratamentos dos recursos públicos são colocou sobre os ombros dos alunos a manutenção das IES Privadas"

b) Conseqüências da Privatização

Se o Estado programou a privatização do ensino superior através do incentivo inicial à criação de IES privadas concedendo-lhes elevados subsídios, e criando dispositivos legais para forçá-las a atender a demanda, impedindo a oferta de vagas de forma a que os poucos (ou retirando os recursos) aplicados, desburocratizando-se da sua manutenção.

Essa desburocratização cresceu do Estado na sustentação das IES privadas, principalmente a partir da metade da década de 70 foi deixando sua manutenção cada vez mais nas mãos de seus usuários, OS ALUNOS.

Estes, através do pagamento de matrículas cada vez mais onerosas, passaram a ser os verdadeiros MANTENEDORES das mesmas.

O retratamento dos recursos públicos acabou colocando sobre os ombros dos alunos a manutenção das IES privadas, através do aumento da sua demanda, como fez com que o interesse pela lucratividade visasse a reduzir o corpo docente, seus salários, buscando obter a maior produtividade possível com o menor quadro possível, com reflexos evidentes sobre as condições de trabalho dos docentes e a qualidade de ensino nestas IES.

Os resultados dessa privatização, encontrados em maior ou menor grau nas IES privadas, pode ser assim especificado: inexistência de condições mínimas de trabalho - ensino e pesquisa, inexistência de carreira do magistério, existência de estabilidade ao professor, elevada rotatividade ao professor, regime de trabalho fundamentado na hora-aula, elevada ausência de projetos de pesquisa, precariedade das instalações materiais (bibliotecas, laboratórios, etc.), ausência de participação dos professores e comunidade na tomada de decisões fundamentais da Universidade e, finalmente, baixa qualidade do ensino.

III - Função Social da Universidade

Se a Universidade é uma "Instituição social de interesse público" deve estar voltada para atender as necessidades da sociedade em sua totalidade. Conseqüentemente, o ensino nela produzido, as análises efetuadas e as técnicas assimiladas devem, necessariamente capacitar seus egressos a: (1) obterem uma visão real e crítica da sociedade em que vivem, (2) munirem-se do instrumental técnico e intelectual capaz de faz-los detectar os problemas da sociedade e agir eficazmente para a sua solução dentro do objetivo maior de construção ou reconstrução de uma sociedade mais igualitária e melhor.

E como a Universidade pode atingir este objetivo? Sendo reestruturada segundo um padrão único - que lhe garanta atingir a qualidade adequada de ensino, pesquisa e condições de trabalho, assentadas sob um regime de participação igualitária da comunidade acadêmica que lhe permita, em conjunto, decidir democraticamente e autonomamente sobre as questões fundamentais da Universidade, sem a

interferência de interesses econômicos e ou políticos externos à sua finalidade.

IV - Garantia da Qualidade do Ensino

a) Necessidade

Pode-se afirmar que é consensual hoje, para o conjunto dos professores, que para que a Universidade possa atender aos seus objetivos, é fundamental que ela vise atingir um padrão único baseado na qualidade de ensino, pesquisa e condições de trabalho.

"Cabe ao Estado assegurar a manutenção do ensino, garantindo-lhe a gratuidade em todos os níveis"

Para isso é necessário que ela possa: (1) elevar o nível de ensino superior no País, corrigindo as distorções apresentadas no ensino e pesquisa atuais, direcionando-o para a criação de uma visão crítica da sociedade e seus problemas, e oferecendo aos estudantes os elementos para uma análise e diagnóstico das situações oferecidas, bem como o instrumental adequado para agir sobre esta realidade, modificando-a; (2) proporcionar condições de trabalho para os docentes que assegurem ao maior número possível dos mesmos - regime de horas em tempo integral ou, ao menos, parcial que lhes permita disponibilidade para preparar aulas, para atender os alunos, para orientar os trabalhos, para trabalhar em pesquisas e experiências, para aprimorar-se e dedicar-se à criação, bem como ensinar e expor-se às críticas; (3) oferecer condições materiais adequadas através de laboratórios, bibliotecas especializadas, espaço físico etc.; (4) diminuir o centralismo e autoritarismo, oferecendo liberdade de participação a toda a comunidade nas discussões e na implementação dos objetivos fundamentais da Universidade.

b) Condições

E como poderá-se atingir este padrão único de Universidade?

Até a década de 60, o Estado, a educação como uma prioridade do Governo, para ela designando os recursos financeiros necessários e exigindo a apresentação deste padrão único de qualidade.

Cabe ao Estado assegurar a manutenção do ensino garantindo-lhe a GRATUIDADE em todos os seus níveis a todos que deles quiserem fazer uso.

"Dentro desse contexto, a proposta de sobrevivência das IES privadas revela-se absolutamente irreal"

Dentro deste contexto a proposta de sobrevivência das IES privadas sem o financiamento do Estado, mas buscando recursos pelas suas mantenedoras junto ao capital privado, revela-se absolutamente irreal e incoerente uma vez que traz como conseqüência direta a INTERFERÊNCIA DO CAPITAL PRIVADO nacional e ou internacional nas decisões fundamentais da mesma.

Determinando a vinculação do saber produzido aos interesses dos investidores, prejudicando os interesses sociais da Universidade;

a determinação de "que conteúdos" serão oferecidos;

e "que profissionais" saíra das Universidades.

Este projeto, aliás, caracteriza a proposta de INTERFERÊNCIAS nas quais o Governo quis transformar as Autarquias e recebeu a veemente reprovção dos docentes e alunos das IES públicas. E, se ele não se serve às IES públicas, não serve, com a mesma razão, de solução às IES privadas.

Assim, em vez de ampliar o ensino público, esta proposta leva ao fortalecimento da iniciativa privada na educação, não garante a qualidade de ensino, não permite o livre acesso ao ensino superior elaborando um nível mais, não assegura a participação democrática da comunidade acadêmica na tomada de decisões fundamentais da Universidade, tampouco garante a sua autonomia. E, finalmente, descompromete o Estado com a manutenção do ensino superior.

A utilização do capital privado para a sustentação das IES particulares resultará na criação de dois segmentos numa mesma Universidade.

Continua na página 10

REVISTA BRASILEIRA DE ENGENHARIA

Formulário de inscrição para a Revista Brasileira de Engenharia. Inclui campos para nome, endereço, cidade, estado, país, e opções de assinatura (individual ou institucional).

Continuação da página 9

de um lado, um setor "mercantilista" da Universidade, que cria um saber dirigido pelo interesse do investidor e colocando à venda para quem tiver recursos para adquiri-lo e mantê-lo;

de outro lado, um setor "acadêmico", que transfere à sociedade o conhecimento produzido, despreocupado da vinculação com a realidade.

Esta situação cada vez mais elitista o conhecimento e privilegia o acesso ao saber a quem tenha poder econômico para alcançá-lo impedindo que a Universidade atenda a seus fins sociais.

Não obstante estaremos aumentando a concentração do poder para privilegiados (empresários e dirigentes) que se serviram das estruturas da Universidade em benefício próprio.

Assim, a proposta de obtenção de recursos na iniciativa privada CONTRADIZ o princípio de democratização e, ao invés de resolver, agravará o problema do ensino privado de caráter empresarial.

Interessados, então, saber o que acontecerá, num futuro imediato, com os professores e alunos, hoje, a eles integrados se, de um lado, o financiamento das IES pelo capital privado direciona o ensino nestas condições, para interesses específicos que não os da maioria da população e se, por outro lado, o aludido não tem a obrigação, nem tão pouco, condições de mantê-las via anuidades.

Que proposta alternativa apresentamos? Dentro dos princípios do Estado deve assumir a educação, e dentro do atual quadro de predominância do ensino superior privado no país, consideramos que os mesmos devem receber recursos financeiros do Estado, controlados pela comunidade universitária, e direcionados exclusivamente para:

- 1) Financiar o ensino (via bolsas), tornando o ensino superior GRATUITO também nas IES privadas e, desta forma, democratizando o seu ingresso;
- 2) Financiar o desenvolvimento da pesquisa e produção intelectual;
- 3) Assegurar condições de trabalho e remuneração adequadas ao pessoal docente;
- 4) Garantir condições materiais adequadas ao ensino, como: equipamentos, bibliotecas, etc.

Esta proposta tem como pressuposto a certeza de que o investimento estatal até hoje aplicado às IES privadas teve como finalidade estimular-lhes a proliferação, para posteriormente substituir o papel do Estado, e de que o montante dos investimentos privados nas mesmas não nos permite concluir que elas desaparecerão.

Esta nossa proposta não nos afasta da Campanha Nacional pelo ensino público e gratuito, mas visa atingir através do subsídio direcionado e controlado a possibilidade de assegurar a sobrevivência daquelas IES privadas que mostraram-se capazes de se

adequar ao modelo único de Universidade proposta pela ANDES, bem como visa garantir a gratuidade a todos os alunos das Instituições do Ensino Superior do país.

A proposta, igualmente, não abandona, ao contrário, a privacidade a todos os alunos das Instituições do Ensino Superior do país.

A proposta, igualmente, não abandona, ao contrário, a privacidade a todos os alunos das Instituições do Ensino Superior do país.

É necessário concentrar esforços no estabelecimento de mecanismos de participação da comunidade acadêmica (professores, alunos e funcionários) num processo de integração da Universidade ao corpo social a ela vinculado.

Neste contexto devemos lutar para que a sociedade, que sustenta e mantém a Universidade, através do Estado, possa exigir eficiência e adequação às necessidades e expectativas da maioria da população.

É a comunidade acadêmica o segmento social mais integrado à realidade do ensino, tem, portanto, pelo exercício democrático, condições de direcionar os interesses desta sociedade na vida universitária. A autonomia da comunidade acadêmica é a garantia contra as pressões e influências estranhas ao interesse da sociedade em geral.

Se o Estado poderá manter as IES privadas exigindo, em contrapartida, a garantia das condições de ensino, pesquisa e trabalho já especificadas.

Nossa proposta não é isolada. A manifestação de seis entidades nacionais representando profissionais dedicados ao ensino e a pesquisa é uma prova da importância de uma tomada de posição neste sentido:

"É claro que um ensino desta categoria é demasiado dispendioso para que instituições particulares desjosias de oferecer-lo possam arcar com seus custos: a contribuição de subsídios governamentais torna-se obrigatória."

"O setor público é a única fonte viável de recursos para o financiamento da pesquisa básica."

"Caberia ao MEC, sem dúvida, a responsabilidade pela manutenção da infraestrutura básica dos grupos de pesquisa de bom nível, não só nas universidades federais, como também nas várias instituições particulares onde estes existem. A alocação de recursos obrigatórios para este fim, seria altamente desejável para dar estabilidade a estes grupos."

Esta posição é assumida pela Associação Brasileira de Antropologia, Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Sociedade Brasileira de Computação, Sociedade Brasileira de Física, Sociedade Brasileira de Genética e Sociedade Brasileira de Química, quando se pronunciaram extensamente preocupados com os rumos da produção científica e tecnológica do Brasil.

AD em foco: ADUnB

Um exemplo de resistência

A atual diretoria da ADUnB foi eleita e empossada em novembro de 1980. De lá para cá, muita coisa mudou em termos de movimento docente dentro da Universidade de Brasília, que tem como reitor José Carlos de Azevedo, tristemente conhecido pelas invasões policiais que autorizou ao Campus da Democratização e, pela Lei 6.733, que procura perpetuá-lo como "dono" da UnB.



Volnei Garrafa: "A revelia do poder repressivo, a ADUnB foi se solidificando, crescendo e se tornando cada vez mais respeitada".

A Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB) foi fundada em maio de 1978, como consequência da grande greve de 1977 e da invasão policial sofrida pela Universidade de Brasília, culminando com a expulsão de mais de 60 estudantes, 30 dos quais enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Naquela época, a repressão era intensa e as primeiras reuniões para a fundação da entidade ocorreram às escondidas, nas casas de alguns professores.

Mesmo depois da criação da ADUnB, embora as reuniões fossem realizadas abertamente, ocorriam sempre em locais cedidos por outras entidades, nunca dentro do campus. A diretoria provisória coube a tarefa de implantação da entidade, à frente da qual permaneceu até o final de 1978, quando foram realizadas eleições.

A consolidação da entidade

Com a posse da atual diretoria, em novembro de 1980, de acordo com seu presidente, Volnei Garrafa, "o compromisso assumido foi o de sedimentar definitivamente a ADUnB, dar-lhe respeitabilidade interna e reconhecimento, levando sua sede, de uma vez por todas, para dentro do campus".

"A sede provisória foi estabelecida na sala do próprio presidente eleito e deve ser ressaltado que foram inúmeros os pedidos enviados à Reitoria no sentido de concessão de uma sede para a Associação e a resposta sempre foi negativa. Mas à revelia do poder repressivo, a ADUnB foi se solidificando, crescendo e se tornando cada vez mais respeitada".

Outros pontos importantes que caracterizaram o trabalho da atual gestão foram, segundo Volnei, a mudança de direcionamento da política interna da entidade, assumindo "uma franca postura política contra o poder centralizador e autoritário que vem organizando desde 1964 a falência nacional", e a preocupação não com a ampliação pura e simples do quadro associativo, mas com a disposição do docente para fortalecer a luta da entidade. Para Volnei, "era essencial que os sócios que realmente entrassem para a Associação tivessem um peso qualitativo considerável".

Além disso, Volnei destaca ainda, entre as atividades da ADUnB durante sua gestão, o funcionamento do Conselho de Representantes "que em muitos momentos deixou a desejar e agora é pelo menos satisfatório, com a maioria dos departamentos da Universidade tendo seus representantes eleitos em consultas internas e democráticas"; o processo de organização administrativa, com a reestruturação da secretaria da entidade; a realização do II Fórum de Debates, em agosto passado; a participação na "Frente de Entidades do DF" e a manutenção da periodicidade do Boletim da ADUnB e do ADUnB Urgente, os dois órgãos de informação da entidade.

UnB: "sem consciência, nem consciência".

De um modo geral, de acordo com Volnei, a situação da UnB é bastante precária: "é uma Universidade com muito concreto e badalção, e nenhuma consistência e consciência". "Na realidade, a UnB hoje é um gigante com pés de barro, com grande badalção externa, principalmente através da Rede Globo — Roberto Marinho é o terceiro doutor honoris causa da história da UnB, depois de De Gaulle e Lopez Portillo —, mas com contradições internas das mais profundas e chocantes."

Nos últimos anos, o número de professores está diminuindo gradativamente, ao mesmo tempo que novos cursos são criados, com um consequente aumento do total de alunos. Assim, a relação numérica entre professor e aluno na UnB é hoje uma das mais desastrosas

do País: um professor para 14 alunos, o que está bastante distante dos ideais preconizados.

Para Volnei, "é importante salientar que a UnB tem sido encaráda, por muitos administradores desavisados, como o modelo da 'Universidade-Empresa'. Sobre isso, há muito o que se falar, principalmente com relação à sua deficitária editoria, suas 'memoráveis' atividades de extensão — com a presença de autoridades tipo Henry Kissinger —, os altíssimos preços cobrados pelos apartamentos alugados aos professores (que chegam a 40% dos salários) etc."

"Dessa forma, principalmente através da supressão da contratação de recursos humanos, a UnB passa a dar lucro. E a qualidade de ensino e pesquisa baixa ano após ano.", concluiu Volnei.

A questão dos colaboradores

Talvez a questão mais grave que afeta atualmente o corpo docente da UnB seja o grande número de professor que estão excluídos, de forma ilegal, do quadro de carreira docente, sem nenhuma explicação. Em recente levantamento realizado pela ADUnB, foi constatado que aproximadamente 60% dos professores não integram o quadro de carreira, sendo a maioria contratada como Colaborador, alguns dos quais já estão na Universidade há mais de dez anos.

Para Volnei, "é verdadeiramente revoltante constatar que mais de 30% dos docentes da UnB são colaboradores, sofrendo todas as privações e limitações às quais esta explorada categoria está exposta". Nos últimos anos, a Reitoria instituiu uma nova forma de torturar mentalmente os professores e suas famílias, através da implantação do contrato de serviço por tempo determinado, com mais de 30% dos professores da UnB submetidos a essa situação, alguns com contratos renovados a quatro meses, com uma clara preocupação de fruição ideológica.

A ADUnB está atualmente de posse, pela primeira vez, de um completo relatório sobre as condições dos Colaboradores, com nome, cargos, tempos e contratação etc. e, na segunda quinzena de outubro, realizará uma ampla reunião para tomar uma decisão mais incisiva sobre a questão.

A ADUnB e o Simpro

A ADUnB tem desenvolvido uma importante experiência no que diz respeito ao trabalho conjunto entre Associação de Docentes e Sindicato dos Professores (Simpro). Em novembro de 1980, somente dois professores da UnB eram sindicalizados. Foi promovida a partir de então uma grande campanha de filiação e hoje mais de 30% dos professores da Universidade fazem parte do quadro do Simpro.

Essa aproximação, segundo Volnei, "facilitou o desenvolvimento de nossa luta salarial, uma vez que o reitor da UnB, nas ocasiões em que tentamos negociar, negou-se categoricamente a receber-nos."



Na próxima edição, será publicado texto elaborado pela Associação dos Professores da PUC de Campinas, com posições divergentes a este documento e cujo eixo central é a defesa do financiamento do Estado às atividades universitárias, em oposição ao subsídio à ação empresarial das mantenedoras.

Ensino Público e Gratuito Direito de Todos — Dever do Estado

O Movimento das AD's

O MOVIMENTO DAS AD'S

Vitória no TRT

A ADUNB e o Sindicato dos Professores do Distrito Federal conquistaram uma vitória significativa durante o dissídio coletivo, através de ação encaminhada ao Tribunal Regional do Trabalho que, em reunião plenária do dia 9 de agosto concedeu "aumento a título de produtividade da ordem de 4%" aos professores da Fundação Universidade de Brasília, de acordo com acordo publicado no dia 20 de agosto.

Essa vitória abre um importante precedente legal no que diz respeito às lutas salariais dos docentes.

A luta por creches

A luta por creches nas universidades vem ganhando força. Atualmente, a Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba — Campina Grande (ADUF-PB-CG) tem procurado ampliar, juntamente com outras AD's as discussões sobre as possibilidades de transformar essa luta numa campanha nacional.

O campus da UFPE-CG dispõe de uma creche conseguida graças à movimentação dos professores, estudantes e funcionários realizada durante 1978. Atualmente, foi formada uma comissão para dar andamento a uma campanha de ampliação e melhoria das condições de funcionamento da creche.

Também na Universidade Federal de São Carlos, reivindicada pela comunidade em 1979, a creche é hoje uma conquista. As lutas desenvolveram-se durante quatro campanhas salariais e em setembro de 1982 foi conseguida uma verba de oito milhões para a construção do 1º módulo, que terá início ainda este ano. A ADUFSCar, o ASUFSCar e o DCL-1-ivre realizaram reunião no final de setembro para discutir e deliberar sobre a localização e a implantação da creche.

Eleições para reitor

Em debate promovido pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ADURN), no dia 26 de outubro, com a participação de mais de 120 professores, a comunidade universitária decidiu desencadear um processo de escolha do próximo reitor através de eleições diretas, assim como dos pró-rectores, dos diretores e chefes de departamento.

Além disso, aprovou-se a necessidade de modificação dos Estatutos da UFRN e a formação de comissões de mobilização de professores, funcionários e estudantes. Esse foi o primeiro debate de uma série de reuniões que serão realizadas com a comunidade universitária, com o objetivo de estimular a participação na escolha do próximo reitor.

"Democracia e Luta"

Nas últimas eleições para a Diretoria da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco venceu a chapa Democracia e Luta, composta dos seguintes professores: Sônia Marques (presidenta), Anísio Brasileiro (1º vice), Oswaldo Lira (2º vice), Isabel Pedrosa (secretária), José Augusto Cabral (1º Tesoureiro) e Fátima Militão (2º Tesoureira).

Entre as propostas da plataforma da chapa eleita constam: no plano geral, dar continuidade à luta desenvolvida pela ANDES e, no plano específico, obtenção de sede para a ADUFPE, instalação de creche, implantação do depto. cultural e democratização da Universidade.

Greve na UFEPE

Há mais de três meses em greve, a Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco vive hoje uma grave crise, com deficiências infra-estruturais cada vez mais crescentes e com acentuada carência de atividades práticas no processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com a Associação dos Docentes da UFEPE, "da crise catastrófica que o Curso Médico vive tem como um de seus determinantes uma situação política, onde o Hospital das Clínicas, como órgão suplementar, é diretamente subordinado à Retoria e não mantém nenhum vínculo com o CCS e com seus departamentos". A crise foi agravada por inúmeros acontecimentos.

Os Departamentos de Medicina Clínica, Cirurgia, Neuro-Psiquiatria, Medicina Tropical, Materno-Infantil, Medicina Social e Patologia suspenderam suas atividades didáticas e assistenciais por falta de condições mínimas de trabalho, a Câmara de Graduação e Ensino Básico reconhece o caos e determina o adiamento "sine-die" das atividades acadêmicas do Curso de Medicina e os estudantes do ciclo básico e profissional entram em greve como forma de protesto ao descalço com o ensino médico.

Os professores, residentes e alunos, reunidos em várias assembleias, vêm encaminhando ao reitor as seguintes reivindicações: melhoria infra-estrutural para o ensino e a assistência, substituição do diretor do IIC e do coordenador de Residência médica e estruturação de um CIA para o IIC, com representantes eleitos nos diversos departamentos. Diante da intransigência da Retoria em não atender a nenhuma das reivindicações, a ANDES, durante audiência com a ministra convocou o MEC a urgência de um posicionamento frente às reivindicações da comunidade acadêmica.

Encontro da Regional Sul

O V Encontro de Associações de Docentes da Regional Sul da ANDES será realizado nos dias 5, 6 e 7 de novembro, em Caxias do Sul (RS), sob responsabilidade da Associação de Docentes da Universidade de Caxias do Sul (ADUCS), conjuvada pela Vice-presidência da Regional Sul da ANDES.

Os temas debatidos serão os seguintes:

- Dia 5 — Credenciamento (tarde). Aprovação da pauta (19h30), seguida do debate sobre "Questões do Ensino Superior Privado" (participação de Julio César Boeira, da ADPPUCRS, e Carlos Martins, da Apropuc - Campinas).
- Dia 6 (manhã) — Plano de

Careira para as Particulares, para as Fundações, para as Estaduais e para as Federais Autárquicas; lutas salariais, estabilidade, associação de docentes e Sindicato dos Professores e A questão do trabalho docente.

• Dia 6 (tarde) — O Ensino Superior Privado; O Trabalho do Professor e a Pesquisa nas IES da Região Sul, sobretudo nas Particulares; Democratização da Universidade (desdobramento da luta pela Reestruturação da Universidade e pelo Ensino Público e Gratuito).

• Dia 7 — Continuação dos trabalhos e reavaliação e planejamento da expansão da Regional Sul da ANDES.

Contratação dos concursados

Em nota pública emitida pela 2ª Secretaria da ANDES, a entidade manifestou sua preocupação com relação ao enorme número de professores concursados que aguarda contratação nas Federais Autárquicas. Segundo o documento "nos últimos meses foram realizados concursos em várias universidades Federais Autárquicas para preenchimento de vagas de seus quadros de pessoal docente. Os concursos foram realizados e homologados, mas a grande maioria dos professores aprovados ainda não foi contratada. Essa é a situação, em particular, da Bahia, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Na Bahia, 352 vagas foram postas em concursos e somente 49

foram professores aprovados foram contratados. O número de vagas foi definido pelos Depts em função das necessidades didáticas urgentes.

Assim finaliza o documento "considerando que a contratação dos professores concursados atenderia a necessidades urgentes das respectivas Universidades, evitando inclusive que um grande número de estudantes seja prejudicado, a ANDES vem tornar público seu apoio à reivindicação de contratação imediata dos professores concursados e fazer um apelo à prof. Ester de Figueiredo Ferraz, no sentido de promover as medidas necessárias ao atendimento dessa reivindicação".

Apoio aos operários poloneses

A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior manifesta publicamente a solidariedade dos professores das universidades brasileiras aos operários poloneses em greve e sua repulsa à opressão política do Governo Militar da Polónia, contrário à liberdade de organização e de manifesto dos trabalhadores naquele país, culminando com a proibição do

Sindicato Solidariedade. A posição da ANDES é coerente com a orientação do seu 1º Congresso e não poderia ser outra em face da experiência vivida pelos trabalhadores do nosso país, que foram igualmente reprimidos por um governo também militar e que proibiu greves e manifestações reivindicatórias por melhores salários e condições de vida.

serviço

Concursos na UFGO

Inscrições Abertas
• Prof. Adjunto (matéria: filosofia);
• Prof. Auxiliar (matéria: Método de Pesquisa).
Inscrições a abrir
• Prof. Assistente (matéria: Sociologia);
• Prof. Auxiliar (matéria:

Sociologia);
• Prof. Auxiliar (matéria: Política);
• Prof. Assistente (matéria: Filosofia).

Maiores informações: Direção do ICHL, da Universidade Federal de Goiás Campus Universitário - CEP 74.000 - Goiânia-GO.



Universidade e Movimento Docente

de Rubens Pinto Lyra

Cr\$ 300

Pedidos para:
Av. Cabo Branco, 3844
Edifício Tropical — CEP 58.000
João Pessoa — Paraíba

OCTUBRO DE 1982

Você sabe qual o periódico rural mais lido em São Paulo?

Correio Agro-Pecuario

A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral — CATI — da Secretaria da Agricultura, realizou uma pesquisa em todo o Estado de São Paulo para conhecer o perfil do produtor rural paulista. Foram entrevistados 2.858 produtores, que apontaram o Correio Agro-Pecuario como o periódico agrícola que mais lêem, onde mais buscam informação. As razões dessa preferência você sabe, com certeza: há 22 anos o Correio Agro-Pecuario informa corretamente no produtor. Discute corajosamente os problemas da agricultura crítica. Sugere soluções. Por isso o Correio Agro-Pecuario é na verdade o companheiro do produtor brasileiro.

Assine o Correio Agro-Pecuario, você vai ficar melhor informado.

Nome
Endereço
Cidade Estado

Assinatura Anual Cr\$ 3.000,00
Via Editora Juruê
Rua Henrique Monteiro, 90, 6º andar - Cep. 05423
Cx. Postal 20797 - São Paulo - SP

ANDES

... BOLETIM ANDES

Ministra recebe ANDES

Inúmeras evasivas e poucas garantias: essa o resultado da primeira audiência concedida pela ministra da Educação à ANDES.



Realizada no dia 15 de outubro num clima de austeridade e em meio a inúmeras respostas evasivas quanto às reivindicações encaminhadas, a primeira audiência da ANDES com a ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, mostrou-se pouco produtiva, procurando a ministra justificar a ausência de respostas concretas às reivindicações do movimento em função do pouco tempo à frente do MEC. Estiveram presentes os diretores da ANDES, Luiz Inguelli Rosa, Aluizio M. Oliva, Newton Lima Neto, Rauli Guerner e o presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília, Volnei Garrara.

Ficaram comprovados durante a audiência os principais aspectos da análise do momento político educacional apresentada pela diretoria da ANDES no 6º Conad (veja editorial na página 2): a reestruturação da Universidade pretendida é burocrática, fortalecendo o Conselho Federal de Educação, revendo tecnicamente a lei 5.540 — pela mesma equipe que a formulou — incentivando as universidades a mudanças internas mais imediatas e remetendo a análise de outras questões para o futuro.

Mais grave ainda é o fato de a profª Esther não manter o compromisso assumido pelo ministro anterior de discutir os

projetos de reestruturação diretamente com a ANDES, o que vem antecipar o caráter antagonístico das propostas a serem elaboradas pelo governo. A ministra revelou pouca informação sobre vários pontos e reduziu o poder de decisão, vinculando os problemas apresentados a outras esferas do poder.

De positivo, pode-se destacar a garantia de que, durante a sua gestão, não será implantada a cobrança de mensalidade nas escolas públicas, embora continue reafirmando sua posição a favor da medula, em outras oportunidades, o encaminhamento imediato de minuta de decreto-lei ao presidente da República, referente às distorções nas carreiras das Federais Autárquicas; a posição a favor da revisão do decreto-lei 6.733 e o encaminhamento pelo MEC ao CFE, para estudo, da questão salarial e de carreira da IES particulares.

A reestruturação da Universidade, segundo a ministra, está sendo encaminhada simultaneamente através do CFE e de grupo de trabalho do próprio MEC. No CFE foi formada uma comissão de "altíssima envergadura" (sic), composta por "elementos representativos" (sic), que vai ouvir professores, estudantes e entidades de classe para uma discussão, mais a longo prazo, sobre a lei 5.540. O grupo de trabalho do MEC está analisando as

várias propostas (da ANDES, do CRUB, da Fasuba etc.) com vistas a propor condições para a autonomia da Universidade que representem o consenso de todos os documentos. A ministra registrou que as propostas encaminhadas encontram resistência em outros setores do governo e que o MEC precisa formular "um documento viável".

Quando ao prazo anteriormente estabelecido pelo então ministro Ludwig de até o final do ano encaminhar essas condições, a ministra afirmou que o processo continua, mas que os prazos serão alterados, dada a necessidade de se re pensar algumas questões. De acordo com ela, não é possível estabelecer prazos, mas o MEC está empenhado em manter a rapidez do processo de reestruturação.

Apesar da grande insistência por parte dos diretores presentes, a ministra não quis manter o compromisso, firmado pelo ministro anterior, de discutir o projeto com a ANDES, antes de ser encaminhado a outras esferas do governo. Ela explicou ainda que recebeu um grande número de contribuições, livremente formuladas e, como não tem respondido a nenhuma delas, também não haverá resposta ao documento da ANDES.

As reivindicações das Federais Autárquicas

A respeito das distorções da carreira nas Federais Autárquicas, a diretoria da ANDES foi informada de que já existe uma exposição de motivos em fase final de apreciação pelo MEC, que será enviada à Presidência da República e, apesar da insistência dos diretores em tomar conhecimento de seu conteúdo, a ministra só revelou que ele contém todas as reivindicações dos docentes.

As alterações deverão ser concretizadas por meio de decreto-lei, ficando a

regulamentação para ser efetivada por intermédio de um decreto. As dificuldades no momento estão junto à área econômica, uma vez que algumas correções têm repercussão financeira forte, pois um número relativamente grande, principalmente de professores-assistentes, teria uma progressão rápida.

Diante das reivindicações de reajuste salarial a partir de novembro de 23,8% (referente ao salário vigente em maio), reajuste igual ao INPC (sobre os salários recompostos) e reajuste semestral de acordo com o INPC, a ministra declarou que não é o MEC que estabelece os índices de reajuste salarial. Comprometeu-se, contudo, a levar imediatamente as reivindicações à Presidência da República, não garantindo nenhum prazo para resposta, uma vez que "a definição compete a outros órgãos e o MEC não pode fixar prazo para os outros".

Reivindicações das Fundações Federais

Respondendo à reivindicação do setor das Fundações Federais de aplicação do reajuste igual ao INPC do semestre, a ministra e seus assessores sustentaram que a Lei Salarial é para todos. Assim, a questão não pode ser resolvida, a menos que os reitores dispõem de verbas próprias e desejem utilizá-las para esse fim.

Os diretores da ANDES discordaram dessa posição, afirmando que a própria lei faculta a negociação e, como toda a verba para o pagamento salarial provém do MEC, cabe a ele dotar verba específica para que os reitores possam atender à reivindicação dos professores. A ministra e seus assessores encerraram a conversa com o argumento de que o governo não vai diferenciar os professores dessas Universidades do servido-

res de outras Fundações ligadas ao Governo Federal (IBGE, por exemplo).

Sobre a revogação do Decreto-lei 6.733, a ministra declarou que o MEC está sensível ao problema, sendo estudada uma forma de resolvê-lo através do Legislativo, não dando mais detalhes.

Foi entregue à ministra pelo presidente da ADUnB um memorial detalhado sobre a questão dos colaboradores, solicitando-se uma ação do MEC para resolver esse problema. A ministra, em nome da "autonomia da Universidade" disse que o MEC não vai intervir no assunto, comprometendo-se no entanto a enviar a documentação ao reitor da UnB, solicitando dele a discussão do assunto.

Foram denunciadas também as precárias condições de trabalho das IES Particulares, em especial o problema dos professores-horistas e a inexistência de uma carreira do magistério, procurando destacar a total omissão do MEC frente à atuação das entidades mantenedoras, no que se refere às condições mínimas de ensino e trabalho. O MEC assumiu o compromisso de encaminhar ao CFE, à Comissão de Trabalho para a Reestruturação e às instâncias competentes um projeto que defina a posição dos professores sobre o cálculo salarial dos horistas e carreira do magistério.

A diretoria da ANDES encaminhou ainda à ministra um documento elaborado pela Associação dos Professores da Universidade Federal da Bahia sobre docentes concursados que aguardam vagas; um dossiê elaborado pela Universidade Federal de Uberlândia sobre demissões de professores e o pedido de um posicionamento do MEC frente às reivindicações da comunidade acadêmica da Faculdade de Medicina de Marília de Universidade de Pernambuco, há mais de três meses em greve; sob a incidência de perda do semestre letivo pelos estudantes.

Ensino público e gratuito

A adesão de setores populares

Desde que foi reestruturado em agosto, o Comitê Goiano de Defesa do Ensino Público e Gratuito — um dos maiores do País, composto por 70 entidades — tem se reunido regularmente e vem desenvolvendo diversas atividades, como por exemplo a distribuição de 15 mil exemplares do cordel "Justiça Social é Ensino Público e Gratuito" e a elaboração de uma programação de debates a serem realizados junto aos mais diferentes setores da comunidade: Escolas de 1º e 2º graus, Faculdades e Associações de Moradores.

O Comitê tem direcionado seu trabalho, entre outros, para o setor das entidades representativas de bairros. Integram o Comitê desde o Conselho Consultivo das Associações de Bairro, várias Associações de Moradores até a Comunidade de Invasores do Jardim Vila Iloa e a Associação dos Possuidores do Jardim Goiás e Areião. Esse trabalho representa uma significativa expansão da Campanha, atingindo diretamente um considerável setor da população que não tem acesso à Educação.

O Comitê aprovou também um plano de atuação junto a parlamentares, com a elaboração de um documento a ser assinado pelos candidatos de todos os Partidos Políticos, em defesa do Ensino Público e Gratuito, além da distribuição de texto contra as taxas escolares, rifas e milonias, que acabam por representar uma fonte indireta de pagamento pelo ensino nas escolas públicas de 1º e 2º graus.

Criado no final de setembro, o Núcleo Matogrossense em Defesa do Ensino Público e Gratuito é integrado pela

A Campanha em Defesa do Ensino Público e Gratuito continua, com o trabalho de coleta de assinaturas e volta-se para os movimentos populares, atingindo um amplo setor que não tem acesso à Educação.

ADUFMAT (Associação dos Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso), pela AMP (Associação Matogrossense de Professores), DCEI (Diretório Central de Estudantes da UFMT), AME (Associação Matogrossense de Estudantes), ASSUMT (Associação dos Servidores da UFMT), OAB/MT e Centros Acadêmicos da UFMT.

Apesar do pouco tempo de existência, o que impediu a realização de outras atividades além da divulgação do manifesto e coleta de assinaturas, o Núcleo mantene-se organizado, entregando no dia 14 de outubro um documento à Delegacia Regional do MEC em Cuiabá em defesa do Ensino Público e Gratuito em todos os níveis.

O Comitê de Defesa do Ensino Público e Gratuito da Paraíba, criado em abril, desenvolveu durante o prime-

ro semestre inúmeras atividades, tais como o apoio à luta contra os aumentos nos preços das refeições do restaurante universitário, participação em programas de rádio, produção de artigos para a imprensa e venda de cartazes e decalques. A nível da Universidade, o Depto. de Ciências Sociais da UFPe-JP ofereceu um Curso de Extensão sobre "Política Educacional e Reestruturação da Universidade", no qual o tema Ensino Público e Gratuito foi intensamente debatido.

O Comitê também esteve presente durante a realização do II Enclat, divulgando o manifesto da Campanha e apresentando moção pelo Ensino Público e Gratuito em todos os níveis, aprovada por aclamação. Há ainda a proposta de organizar um debate sobre o tema, ao mesmo tempo em que se continua reco-



lhendo assinaturas de apoio à Campanha.

Em determinado momento, o Comitê se ressentiu de um maior movimento de massas, restringindo suas reuniões às entidades coordenadoras da Campanha. Posteriormente, foram mantidos contatos com o Movimento Contra a Carestia para distribuição, junto as Associações de Bairro, do cordel "Justiça Social é Ensino Público e Gratuito".

O Comitê prestou também um apoio efetivo à greve dos professores, auxiliares de serviços, merendeiras e diretores das Escolas Municipais de Cabedelo, que reivindicam salário-mínimo para todos. A greve continua e já obteve salário-mínimo para os professores e meio salário para os demais funcionários.

Campanha lança concurso

A Coordenação Nacional da Campanha em Defesa do Ensino Público e Gratuito lança, a nível nacional, o concurso de monografia sobre "Ensino Público e Gratuito. Direito de Todos. Dever do Estado".

Art. 1º - O concurso visa a aprimorar, entre os estudantes universitários de todo o Brasil, a História da Luta em Defesa do Ensino Público e Gratuito;

Art. 2º - Poderão participar do concurso estudantes universitários de qualquer instituição de ensino superior do País, em cursos de Graduação e ou Pós-Graduação;

Art. 3º - Os trabalhos, datilografados em espaço dois, deverão conter no mínimo 10 laudas, devendo ser entregues assinados com pseudônimo do autor e acompanhados de envelope lacrado, com nome, endereço e curso frequentado pelo autor. Na parte externa do envelope, deverá vir o pseudônimo.

Art. 4º - Os trabalhos deverão ser encaminhados para a Coordenação da Campanha, na escritoria central da ANDES, até o dia 15 de dezembro de 1982.

Art. 5º - A escolha da melhor monografia será feita por uma Comissão Julgadora, a ser formada a critério da Coordenação da Campanha.

Art. 6º - Ao autor da melhor monografia será concedido como prêmio um crédito de Cr\$ 100.000,00 em livro de escolha do vencedor.

**ANDES - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO
ENSINO SUPERIOR**

SEDE PROVISÓRIA: APUFSC - CAMPUS UNIVERSITÁRIO
TRINDADE - 88.000 — FLORIANÓPOLIS — S.C.
FONE (0482) 33-2844

Of. Circular 009/82 - SG

São Carlos, 03 de agosto de 1.982.

DA: Secretaria Geral
PARA: ADs e Diretores

CONVOCAÇÃO DO 6º CONAD

Prezados Companheiros.

A Diretoria da ANDES, reunida em São Paulo nos dias 30 e 31 de julho, definiu, com relação ao 6º CONAD, o que se segue:

DATA: 17 (à noite), 18 e 19 de setembro

CIDADE: VITÓRIA - ES

ORGANIZAÇÃO: ADUFES/ANDES

PAUTA PROPOSTA:

- 1- Campanha pelo Ensino Público e Gratuito
- 2- Reestruturação da Universidade
- 3- Situação Política Nacional
- 4- Lutas Setoriais
- 5- Definição de local e data do 7º CONAD e/ou do 2º Congresso Nacional da ANDES.

Detalhamento da pauta

A Diretoria houve por bem indicar, em cada item, alguns assuntos específicos que devem merecer discussão das ADs:

- 1- Campanha pelo Ensino Público e Gratuito
Próximos encaminhamentos da Campanha
- 2- Reestruturação da Universidade
 - Discussão sobre o trabalho do professor e a pesquisa.
 - Posição sobre o documento do CRUB.
 - Desdobramento da luta pela Reestruturação.
- 3- Situação Política Nacional
 - Movimento sindical/CONCLAT

ENSINO PÚBLICO E
GRATUITO
[]

ANDES - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

SEDE PROVISÓRIA: APUFSC - CAMPUS UNIVERSITÁRIO
TRINDADE - 88.000 - FLORIANÓPOLIS - S.C.
FONE (0482) 33-2844

- Relacionamento com o movimento estudantil e dos funcionários.
- Problemas de repressão.
- Eleições de novembro

4- Lutas setoriais

Federais Autárquicas

- Campanha Salarial
- Questões de carreira: avaliação da atuação das CPPDS ; distorções na carreira; avaliação do desempenho dos docentes (especialmente com referência à progressão vertical).

Federais Fundações

Questões apontadas no relatório do setor do 5º CONAD.

Particulares

Questões apontadas no relatório do setor do 5º CONAD.

Estaduais

Detalhamento a ser proposto.

OBS 1:- Na plenária de abertura, propõe a Diretoria que além das questões de aprovação da pauta, credenciamento, finanças da entidade e informes (da Diretoria e das ADs) seja aberto um espaço para a discussão dos problemas da terra e da contínua e impune repressão aos posseiros e a quem os defenda.

OBS 2:- Solicitamos que as ADs tragam seus informes por escrito, para agilizar a plenária da abertura, bem como servir de material para o Boletim da ANDES.

OBS 3:- No dia 17 (sexta) às 14 horas, será realizada reunião da diretoria da ANDES.

OBS 4:- A plenária final deverá encerrar-se até às 19 hs. do domingo. Solicitamos que as passagens de retorno sejam marcadas após este horário.

**ANDES - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO
ENSINO SUPERIOR**

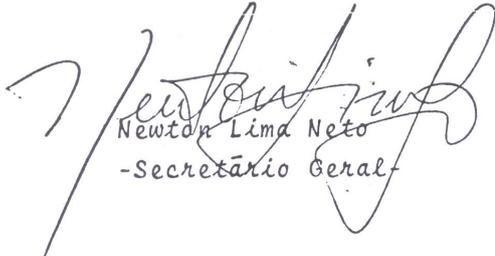
SEDE PROVISÓRIA: APUFSC - CAMPUS UNIVERSITÁRIO
TRINDADE - 88.000 — FLORIANÓPOLIS — S.C.
FONE (0482) 33-2844

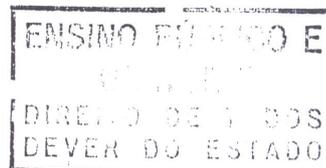
OBS 5:- Lembramos a necessidade de a AD estar em dia com a mensalidade de agosto/82, bem como de o delegado ser eleito em Assembleia.

Em anexo apresentamos proposta para o programa do 6º CONAD.

Sem mais para o momento, apresentamos nossas,

SAUDAÇÕES UNIVERSITÁRIAS


Newton Lima Neto
-Secretário Geral-



ANDES - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

SEDE PROVISÓRIA: APUFSC - CAMPUS UNIVERSITÁRIO
TRINDADE - 88.000 - FLORIANÓPOLIS - S.C.
FONE (0482) 33-2844

PROGRAMA DE PROGRAMAÇÃO DO CONAD

	SEXTA 17	SABADO 18	DOMINGO 19
M A N H Ã	<ul style="list-style-type: none"> - Credenciamento de delegados 	<ul style="list-style-type: none"> Grupos Mistos. Discussão dos Itens 1 e 2 da pauta 	<ul style="list-style-type: none"> Plenária sobre itens 1 e 2
T A R D E	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião de Diretoria - Credenciamento de delegados 	<ul style="list-style-type: none"> Grupos Mistos. Discussão do item 3 da pauta 	<ul style="list-style-type: none"> - Plenária sobre itens 3, 4 e 5 - Plenária final - Moções - Encerramento
N O I T E	<ul style="list-style-type: none"> Plenária de Abertura - aprovação da pauta - questões de credenciamento - informes - Discussão sobre mo- 	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões setoriais Discussão do item 4 da pauta 	

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

Vitória, 27 de setembro de 1982

Of. Cir. Nº 01/82 – SVPRL
Da: Suplente da Vice-Presidência Regional Leste
Para: ADs e Diretores

Prezados Companheiros,

Estamos encaminhando em anexo, o Relatório do 6º CONAD, ocorrido em Vitória – ES, nos dias 17, 18 e 19 deste mês.

Nesta oportunidade chamamos a atenção par ao DOCUMENTO ANEXO VI – Posição da Diretoria sobre a “Questão da Avaliação do Trabalho Docente”, cujos resultados das discussões das ADs deverão ser encaminhados para o Prof. Raul Guenther – 1º Secretário, antes dos dias 23 e 24 de outubro, data da reunião das IES Federais Autárquicas.

Sem mais, apresentamos as nossas

Saudações Universitárias

Eugênia Célia Raízer
Sup. Vice-Presidência Regional Leste

Brasília, 1º de setembro de 1982.

OF. V PR C-0 ANDES nº 05/82

Assunto: ADs Fundações

Na pauta do VI CONAD está previsto, para o setor das Fundações, a deliberação sobre a pauta discutida no V CONAD (Belo Horizonte)

Entretanto alguns outros pontos merecem ser incluídos:

- a) estudo da relação AD-Sindicato;
- b) o reajuste salarial de setembro. As ADs deveriam levar ao CONAD dados precisos sobre o reajuste salarial concedido em setembro, de modo a permitir comparação.
- c) carreira docente nas fundações e reestruturação universitária. Sabemos que algumas ADs conseguiram, entre um CONAD e outro, introduzir em suas IES planos de carreira docente, discutidos amplamente pelo corpo docente. Uma análise desses avanços e da condução da luta pela reestruturação da universidade em cada AD serão valiosos.

Em decorrência direta da portaria do MEC, foi criada uma comissão, dentro do Ministério, para assessorar as IEs, quanto a estatutos, regimentos, carreira e salário. Sabe-se que essa comissão (ou o próprio MEC) deverá além de assessorar, exercer uma função de controle sobre as Fundações, preenchendo, em parte, o papel de mini-DASP (das Fundações). Precisamos estar atentos para decorrência daquela portaria.

Enfatizamos a presença de todos os companheiros em Vitória, já que o VI CONAD tomará decisões fundamentais para dinamizar nossa ação pela reestruturação da universidade.

Abraços do

Sadi Dal-Rosso
Vice-Presidente da ANDES
Para Região Centro-Oeste



associação dos docentes da universidade federal do espírito santo
c.p.270-29000-vitória es

VI CONAD
Informações

Vitória, 31 de agosto de 1982.

Of. Circular nº 01/82

Da: Comissão Organizadora do VI CONAD

As: Associações de Docentes e Diretores da ANDES

Companheiros,

Com o intuito de facilitar a vinda dos participantes para o VI CONAD, que se realizará em Vitória (ES) de 17 a 19 de setembro apresentamos os seguintes esclarecimentos:

1. Credenciamento de Delegados

O credenciamento poderá ser feito a partir das 8:00 horas do dia 17 na Sede da ADUFES, no CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE GOIABEIRAS, no prédio da Sub-Reitoria Comunitária da UFES. Lembramos que para o delegado se credenciar é necessário estar quitos com a tesouraria da ANDES, e trazer documento da AD confirmando a indicação (cópia da ata ou declaração).

2. Recepção dos Delegados

Os Delegados que vierem por via aérea, ao chegarem ao AEROPORTO DE GOIABEIRAS, devem se dirigir ao Balcão da Encatur em busca de informações sobre o acesso a Universidade. O mesmo para quem vier de ônibus, ao chegar a Rodoviária.

3. Hospedagem

Segue em anexo relação de Hotéis situados próximo a Universidade além de hotéis, os delegados que assim o desejarem poderão se alojar em dormitórios ao preço de Cr\$ 100,00 por dia. As instalações do dormitório são as mais simples possíveis (beliches, sem



associação dos docentes da universidade federal do espírito santo
c.p.270-29000-vitória-es

café da manhã). Há também a possibilidade de hospedagem em residências de professores. Relação de endereços poderá ser obtida no ato do credenciamento.

Maiores informações poderão ser obtidas nos telefones:

Das 8:00 às 17:00 horas

227 01 87 - ADUFES

Qualquer horário

227 67 70 - Eugênia Célia Raizer

225 01 08 - Ademir Sartim

227 94 10 - Tania Mara Ferreira

Atenciosamente

Diretoria da ADUFES

Eugênia Célia Raizer
Comissão Organizadora

ANDES - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

CGC: 00.676.296/0001 - 65
SEDE - RJ (PRESIDÊNCIA): COPPE/UFRJ, CAIXA POSTAL 68509
20000 - RIO DE JANEIRO - RJ TEL.: (021) 280-9322 R. 232
END. P/CORRESPONDÊNCIA: R. Cardoso de Almeida 990 - PERDIZES
05013 - S. PAULO - SP TEL.: (011) 864-7485

Ofício nº 008/82 - 1a. Secretaria

Florianópolis, 30 de agosto de 1982.

Da: 1a. Secretaria

Para: ADs e Diretores

Assunto: REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Companheiros:

Estou enviando em anexo o documento "A proposta do CRUB e a da ANDES", cujo objetivo é estimular a discussão sobre a reestruturação da universidade.

Lembro que o VI CONAD, a ser realizado nos dias 17, 18 e 19 de setembro em Vitória - ES, tem como ponto específico de pauta o posicionamento da ANDES sobre a proposta do CRUB. Neste sentido, aproveito a oportunidade para lembrar a importância das ADs discutirem esta questão nas suas Assembléias que deverão anteceder o CONAD.

Informo ainda que a 1a. Secretaria dispõe e pode fornecer os seguintes textos que tratam da questão:

1. Considerações sobre o ante-projeto de lei proposto pelo CRUB - Prof. Joel Teodósio - ADUFRJ;
2. As propostas do MEC e do CRUB - Prof. Rubens Pinto Lyra - ADUFPb-JP;
3. Projeto do CRUB para a reestruturação da universidade: autonomia sem democratização? - Profs. Célio Espíndola, Luzete Adelaide Pereira, Marli Auras - APUFSC
4. Autonomia para as universidades ou para os Reitores? - Prof. Raul Guenther - APUFSC.

Assim sendo, as ADs interessadas devem se comunicar com a 1a. Secretaria pelo telefone (0482) 33-2844 durante o dia, (0482) 33-3557 à partir das 21:00 horas, ou no endereço:

Raul Guenther

Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 482 - Bl.1C - Ap.204
88.000 - Florianópolis - SC

Ensino Público e Gratuito: direito de todos, dever do Estado

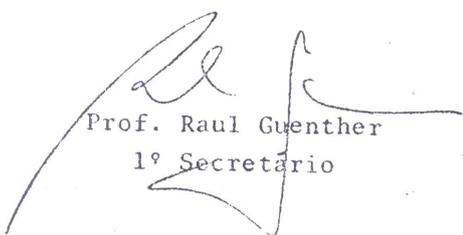
**ANDES - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO
ENSINO SUPERIOR**

CGC: 00.876.296/0001 - 65
SEDE - RJ (PRESIDÊNCIA): COPPE/UFRJ, CAIXA POSTAL 68509
20000 - RIO DE JANEIRO - RJ TEL.: (021) 280-9322 R. 232
END. P/CORRESPONDÊNCIA: R. Cardoso de Almeida 990 - PERDIZES
05013 - S. PAULO - SP TEL.: (011) 864-7485

Solicito ainda que as ADs que tiverem outros textos acerca da questão, façam a gentileza de remetê-los para a la. Secretaria, afim de que possam ser remetidos a outras Associações.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para apresentar as minhas mais cordiais

Saudações Universitárias.



Prof. Raul Guenther
1º Secretário

Ensino Público e Gratuito: direito de todos, dever do Estado

**ANDES - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO
ENSINO SUPERIOR**

CGC: 00.876.296/0001 - 65
SEDE - RJ (PRESIDÊNCIA): COPPE/UFRJ, CAIXA POSTAL 68509
20000 - RIO DE JANEIRO - RJ TEL.: (021) 280-9322 R. 232
END. P/CORRESPONDÊNCIA: R. Cardoso de Almeida 990 - PERDIZES
05013 - S. PAULO - SP TEL.: (011) 864-7485

Of. 011/82 - SG

São Carlos, 17 de agosto de 1.982.

DA: Secretaria Geral
PARA: ADs e Diretores

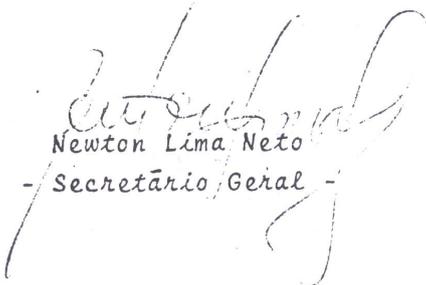
VI
CONAD

Prezados Companheiros.

Por solicitação do Presidente da ADUFPb-CG (cópia da carta em anexo), solicitamos às ADs que procedam à discussão da questão das creches, a ser incluída, em aprovado pela Plenária de Abertura, como ponto de pauta do 6º CONAD.

Sem mais para o momento, apresento minhas,

SAUDAÇÕES UNIVERSITÁRIAS


Newton Lima Neto
- Secretário Geral -

ANDES - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

CGC: 00.676.296/0001 - 65
SEDE - RJ (PRESIDÊNCIA): COPPE/UFRJ. CAIXA POSTAL 68509
20000 - RIO DE JANEIRO - RJ TEL.: (021) 280-9322 R. 232
END. P/CORRESPONDÊNCIA: R. Cardoso de Almeida 990 - PERDIZES
05013 - S. PAULO - SP TEL.: (011) 864-7485

Of. Circ. nº 005/82 - 1a. Secretaria

Florianópolis, 10 de agosto de 1982.

Da: 1a. Secretaria
Para: ADs e Diretores

Prezados Colegas:

Como Coordenador do Grupo de Trabalho de Reestruturação da Universidade cumpre-me:

1. Comunicar que na Reunião da Diretoria da ANDES realizada nos dias 30 e 31 de julho em São Paulo, o grupo de trabalho ficou encarregado de:

- a) Editar o documento "Proposta das Associações de Docentes e de ANDES para a Universidade Brasileira", no intuito de remetê-lo entidades, confederações, parlamentares, etc...;
- b) Elaborar um dossiê com todos os documentos já produzidos pelo vimento sobre a questão;
- c) Elaborar e enviar às ADs textos que sirvam de orientação para discussão sobre a proposta do CRUB e a definição do regime jurídico (dois assuntos constantes da pauta do VI CONAD).

2. Em vista disto, solicita:

- a) Que as ADs que ainda não editaram o documento "Proposta ..." que estão interessadas em adquiri-lo, entrem urgentemente em contato com a 1a. Secretaria definindo o número de exemplares que sejam comprar. O preço ainda não foi definido uma vez que depende do número de exemplares a ser impresso, e tão logo o tivermos informaremos a todos;
- b) Que as ADs remetam à 1a. Secretaria os documentos já produzidos no que diz respeito à Reestruturação, para que seja elaborado dossiê;

... de todos dever do Estado

ANDES - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

CGC: 00.676.296/0001 - 65
SEDE - RJ (PRESIDÊNCIA): COPPE/UFRJ, CAIXA POSTAL 68509
20000 - RIO DE JANEIRO - RJ TEL.: (021) 280-9322 R. 232
END. P/CORRESPONDÊNCIA: R. Cardoso de Almeida 990 - PERDIZES
05013 - S. PAULO - SP TEL.: (011) 864-7485

- c) Que as ADs que tenham contribuições no que diz respeito à questão da definição do regime jurídico as enviem à 2a. Tesouraria (Profa. Maria José Fêres Ribeiro);
 - d) Que as ADs que tenham contribuições quanto à proposta do CRUB as enviem à 1a. Secretaria.
3. Informar que notícias nos jornais "O Estado de São Paulo" e "Jornal da Tarde" do dia 08.08.82 revelam a presença de uma proposta pronta no MEC sobre a reestruturação da universidade (em anexo).
 4. Solicitar que as ADs e os Diretores que tiverem acesso a outras informações sobre a reestruturação, as remetam à 1a. Secretaria para que elas possam ser enviadas a todas as ADs.

Sem mais para o momento, apresento minhas cordiais

Saudações Universitárias

Prof. Raul Guenther
1º Secretário

2a. Tesouraria

Profa. Maria José Fêres Ribeiro
Rua Alfredo Teixeira Lopes, 220
Jardim do Sol
36.100 - Juiz de Fora - MG

1a. Secretaria

Prof. Raul Guenther
R. Dep. Antonio Edu Vieira, 482
Solar das Palmeiras, Bloco 1C, Ap.
88.000 - Florianópolis - SC

CONTRIBUIÇÃO DA DIRETORIA DA ANDES À DISCUSSÃO DO ITEM CAMPANHA ELO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO DA PAUTA DO 6º CONAD.

CONSIDERANDO:

- 1 – As dificuldades de mobilização que vem enfrentando a Campanha, conforme relatado na Circular nº 04/82 da Comissão Coordenadora Nacional;
- 2 – A ainda pequena quantidade de assinaturas de apoio à Campanha que vem sendo obtida nas cidades onde foram criados núcleos ou comitês e as dificuldades existentes para coleta nas Cidades onde sequer a Campanha foi lançada.
- 3 – A importância de só se encaminhar um dossiê ao presidente da república com o número expressivo de assinaturas de entidades que mostre a posição da sociedade, em todos os Estados pela defesa do ensino público e gratuito;
- 4 – A posição atual do MEC arquivando – mesmo que temporariamente – o projeto de cobrança de mensalidades nas IES Públicas, constituindo-se, nesse momento, numa importante batalha vencida pelo movimento dos docentes, nessa guerra em que se encontra envolvido;
- 5 – As dificuldades reais constatadas em função da atenção dedicada por todos às eleições de novembro quanto a organização de manifestações públicas específicas, como a realização, em 15 de outubro, o dia nacional pelo ensino público e gratuito;
- 6 – Propõe, que o CONAD sugira à Comissão Coordenadora Nacional da Campanha:
 - seja suspensa, nesse ano, a realização do dia Nacional de Luta pelo Ensino Público e Gratuito.
 - seja mantida a data de 30/9 para encaminhamento das assinaturas obtidas ao escritório da ANDES em São Paulo e que a Comissão as compile e às apresente ao movimento para se avaliar a situação.
 - seja continuado permanentemente o processo de coleta de assinaturas preparando-se assim uma ação concreta contra a eventual retomada da questão pelo MEC a partir de 16 de novembro, em especial solicitando empenho na obtenção de apoio nas reuniões das intersindicais a ser realizadas entre outubro e novembro.

DIRETORIA DA ANDES



associação dos docentes da universidade federal do espirito santo
c.p.270-29000-vitória.es

Vitória, 31 de agosto de 1982.

Of. Circular nº 01/82

Da: Comissão Organizadora do VI CONAD
As: Associações de Docentes e Diretores da ANDES

Companheiros,

Com o intuito de facilitar a vinda dos participantes para o VI CONAD, que se realizará em Vitória (ES) de 17 a 19 de setembro apresentamos os seguintes esclarecimentos:

1. Credenciamento de Delegados

O credenciamento poderá ser feito a partir das 8:00 horas do dia 17 na Sede da ADUFES, no CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE GOIABEIRAS, no prédio da Sub-Reitoria Comunitária da UFES. Lembramos que para o delegado se credenciar é necessário estar quitas com a tesouraria da ANDES, e trazer documento da AD confirmando a indicação (cópia da ata ou declaração).

2. Recepção dos Delegados

Os Delegados que vierem por via aérea, ao chegarem ao AEROPORTO DE GOIABEIRAS, devem se dirigir ao Balcão da Encatur em busca de informações sobre o acesso a Universidade. O mesmo para quem vier de onibus, ao chegar a Rodoviária.

3. Hospedagem

Segue em anexo relação de Hotéis situados próximo a Universidade além de hotéis, os delegados que assim o desejarem poderão se alojar em dormitórios ao preço de Cr\$ 100,00 por dia. As instalações do dormitório são as mais simples possíveis (beliches, sem



associação dos docentes da universidade federal do espírito santo
c.p.270-29000-vitória-es

café da manhã). Há também a possibilidade de hospedagem em residências de professores. Relação de endereços poderá ser obtida no ato do credenciamento.

Maiores informações poderão ser obtidas nos telefones:

Das 8:00 às 17:00 horas

227 01 87 - ADUFES

Qualquer horário

227 67 70 - Eugênia Célia Raizer

225 01 08 - Ademir Sartim

227 94 10 - Tania Mara Ferreira

Atenciosamente

Diretoria da ADUFES

Eugênia Célia Raizer
Comissão Organizadora



Associação dos docentes da universidade federal do espírito santo
c.p.270/29000 vitórias

VI CONSELHO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES

RELAÇÃO DE HOTEIS DE LOCALIZAÇÃO PROXIMA À UNIVERSIDADE -LOCAL DO VI CONAD

HOTEL ARUAM * * *

Av. Dante Micheline ,497 Praia de Camburi tel 2277022
Apartamento duplo cr\$ 5,000,00 (incluida taxa de serviço)

HOTEL MINUANO ***

Av. Dante Micheline , Praia de Camburi - Tel 2271877
Apartamento quartuplo.....Cr\$ 7.700,00
Apartamento triploCr\$ 6.600,00
Apartamento duploCr\$ 5.500,00 (desconto de 10 %)

CAMBURI PRAIA HOTEL **

Av. Dante Micheline 1007, Praia de Camburi Tel 2271322
Apartaemtno duploCr\$3.600,00(incluida taxa de serviços)

HORARIOS DE VOOS

VITÓRIA/RIO DE JANEIRO

PARTIDA - CHEGADA

09:45 - 10:35 - QD 201 - TRANSBRASIL - DIÁRIO.
15:45 - 16:35 - QD 481 - TRANSBRASIL - DIÁRIO.
16:35 - 17:35 - RG 319 - VARIIG - DIÁRIO.
17:30 - 18:40 - VP 113 - VASP - DIÁRIO - Exceto aos Sábados.
18:15 - 19:05 - QD 203 - TRANSBRASIL - DIÁRIO.

VITÓRIA/SÃO PAULO

1ª - OBS.: Os horários são os mesmos referente a VITÓRIA/RIO DE JANEIRO.
2ª - OBS.: O voo QD 201 - Faz conexão no Rio com troca de aeronave, chegando em São Paulo às 12:10h.

VITÓRIA/BRASÍLIA

09:45 - 11:25 - QD 201/490 - TRANSBRASIL - 2ª, 3ª e Domingo (Via Rio).
15:45 - 18:35 - QD 481/422 - TRANSBRASIL - 3ª, 4ª (Via Rio).
16:00 - 19:00 - RG 383/SC 440 - VARIIG - 5ª, 6ª - Sábado, Domingo (Via Belo Horizonte).
16:45 - 17:00 - VP 115/034 - VASP - 2ª, 4ª e 6ª (Via Belo Horizonte).
17:30 - 23:40 - VP 113/234 - VASP - DIÁRIO - Exceto Sábado (Via São Paulo).
18:15 - 23:40 - QD 203/420 - TRANSBRASIL - DIÁRIO - Exceto Sábado e Dom. (Via Rio).

SÃO PAULO/VITÓRIA

→ 07:15 - 09:20 - QD 202 - TRANSBRASIL - DIÁRIO - (Via Rio de Janeiro).
08:30 - 10:30 - RG 318 - VARIIG - DIÁRIO - (Via Rio de Janeiro).
10:30 - 12:35 - QD 490 - TRANSBRASIL - DIÁRIO - (Via Rio de Janeiro).
14:30 - 16:40 - VP 112 - VASP - DIÁRIO - Exceto Sábado - (Via Rio).
16:45 - 17:50 - QD 502/200 - TRANSBRASIL - DIÁRIO - (Via Rio de Janeiro).

RIO DE JANEIRO/VITÓRIA

08:30 - 09:20 - QD 202 - TRANSBRASIL - DIÁRIO.
09:50 - 10:50 - RG 318 - VARIIG - DIÁRIO.
11:45 - 12:35 - QD 490 - TRANSBRASIL - DIÁRIO.
15:50 - 16:50 - VP 112 - VASP - DIÁRIO - Exceto Sábado.
17:00 - 17:50 - QD 200 - TRANSBRASIL - DIÁRIO.

BRASÍLIA/VITÓRIA

03:30 - 09:20 - QD 177/202 - TRANSBRASIL - 2ª e 4ª - (Via Rio de Janeiro).
06:45 - 09:20 - QD 421/202 - TRANSBRASIL - DIÁRIO - Exceto 2ª e Domingo (Via Rio).
09:35 - 14:20 - VP 231/114 - VASP - 2ª, 4ª, 6ª - (Via São Paulo e Belo Horizonte).
10:30 - 15:25 - RG 443/392 - VARIIG - 2ª, 3ª, Sábado e Domingo - (Via B. Horizontal).
11:45 - 14:20 - VP 035/114 - VASP - 4ª, 5ª, 6ª - (Via Belo Horizonte).
11:45 - 15:25 - PONTE/RG 393 - VARIIG - 3ª, 5ª, Domingo - (Via Belo Horizonte).
12:30 - 17:50 - QD 423/200 - TRANSBRASIL - DIÁRIO - Exceto Domingo (Via Rio).
14:00 - 16:40 - PONTE/VP 112 - VASP - DIÁRIO - Exceto Sábado/Do. - (Via Rio).

MOÇÃO DE APOIO A CONSTITUINTE DA PUC – APROVADA NO VI CONSELHO NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DOCENTES

1 – Considerando que as Universidades Brasileiras continuam marcadas por práticas autoritárias, amparadas pela legislação e estatutos em vigor que cerceiam a cidadania e a participação comunitária e impedem a autonomia Universitária.

2 – Considerando que a PUC/SP vem desenvolvendo um processo de democratização de todos os setores da comunidade nas decisões, através de eleições diretas para cargos de direção e redefinição dos órgãos de gestão da Universidade.

3 – Considerando que a Comissão Constituinte da PUC/SP foi eleita paritária e democraticamente por todos os segmentos desta comunidade, com a tarefa de elaborar um novo estatuto que assegure institucionalmente as novas relações democráticas em desenvolvimento.

4 – Considerando que o novo estatuto da PUC/SP em seus objetivos assegura a liberdade de manifestação e expressão fundamentais à produção do conhecimento e ao debate crítico, define um compromisso social em especial com as classes populares e uma estrutura acadêmica administrativa baseada nos princípios de eleição direta aos cargos de direção e paridade nos órgãos de deliberação.

5 – A ANDES e as Associações de Docentes presentes no VI CONAD realizado de 16 a 19 de setembro de 1982, em Vitória – Espírito Santo, hipotecam irrestrito apoio à prática democrática desta Universidade e a seu ante-projeto de estatuto e reivindicam do MEC e CFE a homologação plena deste, em respeito à autonomia Universitária e princípios democráticos hoje reclamados pela sociedade civil brasileira.

Associação de Docentes

REGIÃO NORTE: ADUFA, ADUFPA. **REGIÃO NORDESTE I:** ADUFC, ADUFPI. **REGIÃO NORDESTE II:** ADUFPBCG, ADUFPB-Cajaceira, ADUFPB-JP, ADUFURNE, ADUFPE, ADUFRPE. **REGIÃO NORDESTE III:** ADUFAL, APUB. **REGIÃO LESTE:** PRO AD, ADUFES, APES-JF, ASPESAL, APUBH, ADUFU. **REGIÃO RIO DE JANEIRO:** ADURRJ, ADUFF, ADUFRJ, ADUSU. **REGIÃO SÃO PAULO:** ADUFSCAR, ADPM, ADUNIMEP, ADUNICAMP, APROPUC, APROPUC-SP, ADUSP. **REGIÃO CENTRO OESTE:** ADUNB, ADUFMAT, APUC. **REGIÃO SUL:** ADUNISINOS, ADUFRGS, ADUPUF, ADU-Caxias do Sul, APROFURG, APUFSC, APUSM, ADPVC/RS.

ANEXO II

CARTA/MANIFESTO SOBRE REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Proposta de Eixos / Estrutura do documento

1. Diagnóstico sobre a reorientação do MEC sobre a questão da Reestruturação.
2. Denúncia da tática do MEC de colocar o CFE como fórum de decisão acerca da Reestruturação.
3. Denúncia sobre a tática dos Reitores de modificações estatutárias/regimentais imediatas, isoladas e descentralizadas buscando a incorporação de idéias e medidas no sentido da manutenção da estrutura de poder e flexibilidade financeira. Mapeamento da situação das diversas IES.
4. A questão do enfraquecimento do CRUB.
5. Propor a criação de uma Comissão democrática nacional que contenha representantes da sociedade civil para discutir a questão da reestruturação.
- 5.A: Reiterar a posição do movimento de não aceitar soluções impostas, devendo, qualquer proposta passar pelo crivo democrático das Associações de Docentes.
6. Reiterar a questão do Ensino Público e Gratuito e a Vitória da ANDES.
7. Exigir a fiscalização dos lucros das instituições privadas de ensino superior.

ANEXO III

CONTRIBUIÇÃO DA DIRETORIA DA ANDES A DISCUSSÃO DO ITEM CAMPANHA PELO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO DA PAUTA DO VI CONAD

CONSIDERANDO:

1. As dificuldades de mobilização que vem enfrentando a campanha, conforme relatado na Circular 04/82 da comissão Coordenadora Nacional;
2. A ainda pequena quantidade de assinatura de apoio à Campanha que vem sendo obtidas nas cidades onde foram criados núcleos ou comitês e as dificuldades existentes para coleta nas cidades onde sequer a campanha foi lançada;
3. A importância de só se encaminhar um dossiê ao presidente da república com um número expressivo de assinaturas de entidades que mostre a posição da sociedade, em todos os Estados, pela defesa do ensino público e gratuito;
4. A posição atual do MEC arquivado – mesmo temporariamente – o projeto de cobrança de mensalidades nas IES públicas, constituindo-se nesse momento, numa importante batalha vencida pelo movimento dos docentes, nessa guerra em que se encontra envolvido;
5. As dificuldades reais constatadas em função da atenção dedicada por todos às eleições de novembro quanto a organização de manifestações públicas específicas, como a realização, em 15 de outubro, do dia nacional pelo ensino público e gratuito;
6. Propõe que o VI CONAD sugira à comissão Coordenadora Nacional da Campanha:
 - seja suspensa, nesse ano, a realização do dia Nacional da Luta pelo Ensino Público e Gratuito;
 - seja mantida a data de 30/09 para encaminhamento das assinaturas obtidas ao escritório da ANDES em São Paulo e que a Comissão as compile e às apresente ao movimento para se avaliar a situação.
 - seja continuado permanentemente o processo de coleta de assinaturas preparando-se assim uma ação concreta contra a eventual retomada das questão pelo MEC a partir de 16 de novembro, em especial solicitando empenho na obtenção de apoio nas reuniões das inter-sindicais a ser realizadas entre outubro e novembro.

São Carlos, 03 de agosto de 1982

DA: Secretaria
PARA: ADs e Diretores

CONVOCAÇÃO DO 6º CONAD

Prezados Companheiros.

A Diretoria da ANDES, reunida em São Paulo nos dias 30 e 31 de julho, definiu, com relação ao 6º CONAD, o que se segue:

DATA: 17 (à noite), 18 e 19 de setembro

CIDADE: VITÓRIA – ES

ORGANIZAÇÃO: ADUFES/ANDES

PAUTA PROPOSTA:

- 1 – Campanha pelo Ensino Público e Gratuito
- 2 – Reestruturação da Universidade
- 3 – Situação Política Nacional
- 4 – Lutas Setoriais
- 5 – Definição de local e data do 7º CONAD e/ou do 2º Congresso Nacional da ANDES.

Detalhamento da pauta

A Diretoria houve por bem indicar, em cada item, alguns assuntos específicos que devem merecer discussão das ADs:

- 1 – Campanha pelo Ensino Público
Próximos encaminhamentos da Campanha
- 2 – Reestruturação da Universidade
 - Discussão sobre o trabalho do professor e a pesquisa.
 - Posição sobre o documento do CRUB
 - Desdobramento da luta pela Reestruturação.
- 3 – Situação Política Nacional
 - Movimento Sindical / CONCLAT
 - Relacionamento com o movimento estudantil e dos funcionários.
 - Problemas de repressão.
 - Eleições de novembro
- 4 – Lutas Setoriais
 - Federais Autárquicas**
 - Campanha Salarial
 - Questões de carreira: avaliação da atuação das CPPDs; distorções na carreira; avaliação de desempenho dos docentes (especialmente com referência à progressão vertical)

Federais Fundações

Questões apontadas no relatório do setor do 5º CONAD

Particulares

Questões apontadas no relatório do setor do 5º CONAD

Estaduais

Detalhamento a ser proposto.

OBS. 1: - Na Plenária de abertura, propõe da Diretoria que além das questões de aprovação da pauta, credenciamento, finanças da entidade e informes (da Diretoria e das ADs) seja aberto um espaço para a discussão dos problemas da terra e da contínua e impune repressão aos posseiros e a quem os defenda.

OBS. 2: - Solicitamos que as ADs tragam seus informes **por escrito**, para agilizar a plenária de abertura, bem como servir de material para o Boletim da ANDES.

OBS. 3: - No dia 17 (sexta) às 14 horas, será realizada reunião da diretoria da ANDES.

OBS. 4: - A Plenária final deverá encerrar-se até às 19h do domingo. Solicitamos que as passagens de retorno sejam marcadas após este horário.

OBS. 5: - Lembramos a necessidade de a AD estar em dia com a mensalidade de agosto/82, bem como de o delegado ser eleito em Assembléia.

Em anexo apresentamos proposta para o programa do 6º CONAD.
Sem mais para o momento, apresentamos nossas,

SAUDAÇÕES UNIVERSITÁRIAS

Newton Lima Neto
Secretário Geral

PROPOSTA DE PROGRAMAÇÃO DO 6º CONAD

	SEXTA 17	SÁBADO 18	DOMINGO 19
M A N H Ã	- Credenciamento de delegados	Grupos Mistos Discussão dos itens 1 e 2 da pauta	- Plenária sobre itens 1 e 2
T A R D E	- Reunião de Diretoria - Credenciamento de delegados	Grupos Mistos Discussão do item 3 da pauta	- Plenária sobre itens 3, 4 e 5 - Plenária Final - Moções - Encerramento
N O I T E	- Plenária de Abertura - aprovação da pauta - questões de credenciamento - informes do momento	Reuniões Setoriais Discussão do item 4 da pauta	

VI CONAD – VITÓRIA/82
PRESTAÇÃO DE CONTAS DA 2ª TESOUREIRA DA ANDES

ADs DEVEDORAS QUE JÁ QUITARAM COM A 2ª TESOUREIRA DA ANDES O RATEIO DO VI CONAD/VITÓRIA

1. ADUNB	- 22/10/82	- Cr\$ 7.242,00
2. ADUFF	- 08/11/82	- Cr\$ 27.656,00
3. ADUFRJ	- 15/10/82	- Cr\$ 27.656,00
4. APUB	- 26/10/82	- Cr\$ 13.600,00
5. ADUFSCAR	- 15/10/82	- Cr\$ 15.506,00
6. ADEPM	- 10/11/82	- Cr\$ 14.821,20 (Incluiu na dívida o valor do telex = 684,80)

ADs DEVEDORAS QUE NÃO ACERTARAM COM A 2ª TESOUREIRA DA ANDES O RATEIO DO VI CONAD/ VITÓRIA

1. ADUSU	- Cr\$ 27.656,00	10. ADUNICAMP	- Cr\$ 15.560,00
2. ADUR-RJ	- Cr\$ 27.656,00	11. APROPUC/SP	- Cr\$ 15.560,00
3. ADUFU	- Cr\$ 15.506,00	12. ADUNIMEP	- Cr\$ 15.560,00
4. ADUFES	- Cr\$ 47.200,00	13. APES-JF	- Cr\$ 27.656,00
5. ASPESAL	- Cr\$ 29.242,00		
6. APUBH	- Cr\$ 29.242,00 (já quitada)		
7. APUFPR	- Cr\$ 4.186,00		
8. ADUSP	- Cr\$ 15.506,00		
9. APROPUC/C	- Cr\$ 15.560,00		

ADs CREDORAS JÁ QUITADAS O RATEIO DO VI CONAD/VITÓRIA COM A 2ª TESOUREIRA DA ANDES

1. ADUA	- 22/11/82	- CHEQUE Nº 883933	- Cr\$ 75.684,00
---------	------------	--------------------	------------------

ADs CREDORAS AINDA NÃO QUITADAS O RATEIO DO VI CONAD/VITÓRIA COM A 2ª TESOUREIRA DA ANDES

1. APUC/GO	- Cr\$.314,00	12. ADUNISINOS	- Cr\$ 15.298,00
2. ADUFPA	- Cr\$ 51.536,00	13. ADPUCRS	- Cr\$ 15.298,00
3. ADUFPI	- Cr\$ 44.978,00	14. APROFURG	- Cr\$ 15.298,00
4. ADUFC	- Cr\$ 29.938,00	15. ADUS	- Cr\$ 15.298,00
5. ADUFPB	- Cr\$ 11.036,00	16. APUSC	- Cr\$ 3.744,00
6. ADUFPB/CG	- Cr\$ 12.516,00	17. ADUFMAT	- Cr\$ 29.930,00
7. ADUFPE	- Cr\$ 7.278,00	18. AD. Un.REG NPRD	- Cr\$ 16.764,00
8. ADUFR-PE	- Cr\$ 7.278,00	19. ADUFAL	- Cr\$ 2.516,00
9. ASPEC	- Cr\$ 15.298,00		
10. APUSM	- Cr\$ 15.298,00		
11. ADUFRGS	- Cr\$ 15.298,00		

OBSERVAÇÃO:

Total de Entradas	Cr\$ 106.481,20
Total de Saídas	Cr\$ 75.684,00
Saldo em Caixa	Cr\$ 20.797,20

Juiz de Fora, 7 de janeiro de 1983

Marcelo de Azevedo Couto

Visto: Maria José Feres Ribeiro
2ª Tesoureira / ANDES

VI CONAD – VITÓRIA/82

ADs	PASSAGEM	A RECEBER	A PAGAR
APUC/GO	47.514,00	314,00	-
ADUFPA	98.736,00	51.536,00	-
ADUA	122.884,00	75.684,00	-
ADUFPI	92.178,00	44.978,00	-
ADUFC	77.138,00	29.938,00	-
ADUFPB	58.236,00	11.036,00	-
ADFUPB-CG	59.716,00	12.516,00	-
ADUFPE	54.478,00	7.278,00	-
ADUFRPE	54.478,00	7.278,00	-
ASPEC	54.478,00	7.278,00	-
APUSM	62.498,00	15.298,00	-
ADUFRGS	62.498,00	15.298,00	-
ADUNISINOS	62.498,00	15.298,00	-
ADPUCRS	62.498,00	15.298,00	-
APROFRUG	62.498,00	15.298,00	-
ADUS	62.498,00	15.298,00	-
APUSC	50.944,00	3.744,00	-
ADUFMAT	77.130,00	29.930,00	-
AD. UN. REG. NORD.	63.964,00	16.764,00	-
ADUFAL	49.716,00	2.516,00	-
ADUNB	39.958,00	-	7.242,00
ADUFF	19.544,00	-	27.656,00
ADUFRJ	19.544,00	-	27.656,00
ADUSU	19.544,00	-	27.656,00
ADUR/RJ	19.544,00	-	27.656,00
APUB	33.600,00	-	13.600,00
APES-JF	19.544,00	-	27.656,00
ADUFU	31.694,00	-	15.506,00
ADUFES		-	47.200,00
ASPESAL	17.958,00	-	29.242,00
APUBH	17.958,00	-	29.242,00
ADUFPR	43.014,00	-	4.186,00
ADUFSCAR	31.694,00	-	15.506,00
ADEPM	31.694,00	-	15.506,00
ADUSP	31.694,00	-	15.506,00
APROPUC-C	31.694,00	-	15.506,00
ADUNICAMP	31.694,00	-	15.506,00
APROPUC-SP	31.694,00	-	15.506,00
ADUNIMEP	31.694,00	-	15.506,00

2ª TESOUREIRA DA ANDES

Juiz de Fora, 04 de novembro de 1982